



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA



RAFAELA SANTOS PAZ

ENTRE A EXPLORAÇÃO E A SOBREVIVÊNCIA:
ESPACIALIZAÇÃO E PRECARIIDADE DO TRABALHO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERGIPE

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
2018

RAFAELA SANTOS PAZ

**ENTRE A EXPLORAÇÃO E A SOBREVIVÊNCIA:
ESPACIALIZAÇÃO E PRECARIEDADE DO TRABALHO
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josefa de Lisboa Santos

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Paz, Rafaela Santos

348e Entre a exploração e a sobrevivência : espacialização e precariedade do trabalho de crianças e adolescentes em Sergipe / Rafaela Santos Paz ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, SE, 2018.

189 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Geografia humana. 2. Trabalho infantil – Aspectos sociais – Sergipe. 3. Territorialidade humana. 4. Capitalismo. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:331-053.5/.6(813.7)

**ENTRE A EXPLORAÇÃO E A SOBREVIVÊNCIA: ESPACIALIZAÇÃO E
PRECARIEDADE DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SERGIPE**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a **Josefa de Lisboa Santos** (PPGEO/UFS)

ORIENTADORA

1º Examinadora: Prof.^a Dr.^a **Marleide Maria Santos Sergio** (PPGEO/UFS)

EXAMINADOR INTERNO

2º Examinadora: Prof.^a Dr.^a **Nelmires Ferreira da Silva** (UFV)

EXAMINADOR EXTERNO

Mestranda: **Rafaela Santos Paz**

São Cristóvão/SE _____ de _____ de _____

DEDICATÓRIA

*A minha mãe **Maria da Hora dos Santos Paz**, que é a razão pela qual todos os dias eu me empenho em ser uma pessoa melhor, para quem eu busco ser motivo de orgulho, aquela que eu mais amo. É pra você e por você mamusca.*

AGRADECIMENTOS

Não posso dizer que nasci propensa à revolução, indignada com as mazelas e desigualdades sociais, pelo contrário, muitas vezes fui preconceituosa, machista, sexista... Tive a sorte de ter sido sempre uma boa estudante, e a felicidade de escolher e ser aprovada na UFS, no curso de Geografia. Neste, aprendi a ter outra percepção do mundo ao meu redor, ampliei meus horizontes, aprendi com excelentes mestres, que a sociedade em que vivemos não nasceu assim, que foi construída socialmente, e que pode e deve ser desconstruída ou reconstruída. Hoje me orgulho de quem sou e do que me tornei. Militante das lutas das minorias políticas, esquerdista, feminista, anti-capitalismo. Tive grandes referências e incontáveis discussões e leituras que me fizeram ser o que sou hoje. Preciso agradecer a alguns desses exemplos, mestres, amigos e familiares, que tanto me ajudaram, me apoiaram e me incentivaram no caminho até aqui.

A minha orientadora e amiga **Josefa Lisboa**, toda minha gratidão e respeito pelo amadurecimento conquistado nessa trajetória. Sou imensamente grata pelas sugestões, orientações, ensinamentos, puxões de orelha, carinho, companheirismo e amizade. Tenho por você uma admiração inexplicável, tamanha são as suas qualidades enquanto profissional compromissada com um projeto de sociedade mais justa, crítica, pautada na coletividade e na redução das desigualdades. São grandes também os seus atributos como pessoa e amiga, sempre compreensível, me apoiando para além dos temas referentes à academia, a viver bem, viajar sempre que possível, e a aproveitar a juventude e a vida. Muito obrigada por tudo, amo-te profundamente.

A minha querida, doce e amável mãe, **Maria da Hora** que nunca duvidou da minha capacidade de concretizar esse sonho, que sempre se mostrou compreensível mesmo quando eu me trancava tardes e noites no quarto finalizando a dissertação. Por todo amor, dedicação e carinho, a ti dedico todas as minhas conquistas, para ti todo o meu amor e admiração, meu muito obrigada. **Mãe, te amo.**

A toda minha família, irmãos, cunhadas, sobrinhos, tios, tias, primos, primas, vizinhos, amigos, e a todos que torcem por mim, que acreditaram e acreditam em mim, meu muito obrigada.

As meninas da CASA DAS CINCO MULHERES, **Edinara, Francielle, Izabel e Silvia** não tenho palavras que expressem a gratidão que tenho ao universo por tê-las

conhecido. Agradeço imensamente a ajuda e as contribuições de vocês à minha dissertação e a meu crescimento pessoal. Tantas vezes indo comigo aos campos, conversando com as crianças e adolescentes trabalhadores que nos deparávamos, enviando-me áudios sobre discussões acerca do trabalho infantil nas reuniões em que vocês estavam nos estágios. Sugerindo-me discussões, caminhos, opinando nas minhas análises, me ouvindo nos momentos de angústias e em todo decorrer do processo de construção desta dissertação. Vocês fazem parte da minha história. Amo vocês. Meu muito obrigada se estende às agregadas **Taynara**, **Robertta** e **Thaís**, e a **Silas** e **Maicon**, pessoas que pelas quais aprendi a nutrir um carinho imenso no decorrer dessa trajetória, vocês que tanto torcem por mim, saibam que de modo igual estou na torcida para que todos os seus projetos e sonhos sejam concretizados.

Aos colegas e amigos do mestrado e da vida, em especial **Vanessa Modesto**, minha parceira das atividades das disciplinas, para quem tantas vezes desabafei os medos e os desafios enfrentados, uma amiga que o mestrado me deu. A **Heri**, que tanto me incentivou a sonhar, querer e buscar. Aquele que é mais que um amigo, um irmão. A **Thaís** por quem tenho um carinho inexplicável, uma menina que é a calma, serenidade e o ponto de equilíbrio entre as amigas, somos tão parecidas e tão diferentes ao mesmo tempo, te amo maguinha. A **Riclaudio**, colega de graduação, parceiro de casa, amigo do mestrado e da vida, agradeço pelas palavras de ânimo, pelo carinho, espero poder dividir com você muitos outros momentos nessa nossa trajetória de academia. A **Morgana** amiga, amora, irmã pouquíssimo mais velha, agradeço por todas as alegrias que partilhamos juntas, pelo amadurecimento pessoal que alcançamos nesses anos, pelas conversas, pelos conselhos sensatos e os não sensatos também, Amo você. Meu obrigado se estende a **Glória** que tantos nos ouviu falar sobre temas da geografia, que com paciência nos viu construir nossas pesquisas e que tanto torceu por nossas vitórias.

Á **Andressa**, minha parceira de todas as horas, conversas (sérias e não-sérias), festas, viagens, comemorações, inutilidades, alegrias e tristezas, meu muito obrigada. Espero poder continuar desfrutando do seu sotaque, da sua companhia, das suas patadas, da sua alegria e das conversas sobre planos e futuro e que possamos realizar a maior parte deles juntas. Agradeço também a **Lana** e **Camila** pela acolhida tantas vezes no “condomínio” de vocês, pelo carinho amizade e torcida.

Aos professores e mestres da graduação, meu carinho e mais sincero obrigada pelo comprometimento com a educação e pelos ensinamentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e aos professores do PPGeo, agradeço pela imensa contribuição e pelo enriquecimento teórico, profissional e pessoal conquistado nesse processo.

Agradeço também às Professoras Dra. **Marleide Santos Sérgio** e a Dra. **Nelmires Ferreira da Silva**, por terem aceitado participar da minha banca de qualificação e defesa. Agradeço pelas inúmeras contribuições na qualificação e sugestões que tanto me ajudaram no desvelar da pesquisa.

Aos amigos e colegas do LATER, em especial a **Alysson, Augusto, Hunaldo e Mário Jorge**, amigos que nunca me negaram ajuda, que tanto me ouviram e me aconselharam. Companheiros que me ajudaram de alguma forma e contribuíram direta e indiretamente nesta pesquisa, seja com correção de texto, sugestões de leituras, elaboração de mapas, divisão de lanche, caronas, fazendo dos meus dias no Later mais descontraídos e felizes.

Aos **funcionários** e **coordenadores** do PPGeo agradeço pelo apoio e pelo excelente trabalho prestado.

Aos pequenos sujeitos dessa pesquisa, agradeço a cada criança e adolescente entrevistado. Que o fardo do trabalho não lhes retire a capacidade de sonhar com um futuro melhor, e que não se resuma a um sonho, mas que seja uma possibilidade real. Que a revolução aconteça e outra forma de sociedade venha, para pôr fim a exploração do trabalho infantil.

Por fim, agradeço à **FAPITEC**, por ter financiado o desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

EPÍGRAFE

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Os sujeitos que hoje definimos como crianças e adolescentes, durante o período medieval e sob o modo de produção feudal, eram vistos como adultos em miniatura. A prática laboral realizada por eles é um fenômeno que existe há séculos. No entanto, no modo de produção capitalista, ela é intensificada e ressignificada para atender as necessidades de obtenção do lucro. Marx já revelava a busca pela força de trabalho de crianças e adolescentes nas nascentes indústrias da Inglaterra, onde esses pequenos meninos e meninas eram vislumbrados como necessários à extração da mais-valia absoluta. A continuidade da exploração desses sujeitos na sociedade atual figura as contradições do modo de produção, que perpetua desigualdades sociais. A busca incessante pela recuperação das taxas de lucro, como resultado da crise estrutural, no quadro atual das relações capitalistas, tem provocado sérios problemas à reprodução da classe trabalhadora. Reestruturações que repercutem em transformações profundas no setor produtivo e privilegiamento do financeiro, com desdobramentos agressivos no mundo do trabalho, como o desemprego estrutural, o subemprego, o achatamento dos salários e expropriação de direitos sociais, ampliam na sociedade atual, velhos problemas como a miséria e a pobreza, aprofundando a Questão Social, que tem como uma das expressões, a inserção de crianças e adolescentes na prática laboral, a fim de ajudar seus pais a garantirem a reprodução familiar. Esta pesquisa analisa a realidade da exploração da força de trabalho infantil e adolescente na cidade e no campo do estado de Sergipe, revelando a situação de precariedade a que esses sujeitos estão expostos e dos quais são vítimas. Para entender esta realidade, foram privilegiadas duas categorias como nucleares. A categoria Trabalho, como central na realização do homem enquanto ser social, mas que no capitalismo é apropriado e transformado em mercadoria, e a categoria Espaço, por que materializa a dialética riqueza x pobreza, da qual os sujeitos desta pesquisa são a expressão. A análise do objeto, calcada pelo materialismo histórico e dialético, com revisão bibliográfica adequada e trabalhos de campo, nos permitiu o desmascaramento do discurso do trabalho na infância e adolescência como edificador da moral e alternativa à marginalidade. Ao contrário, a inserção em muitas modalidades de trabalho, aproxima esses sujeitos da violência, do mundo do crime, do adoecimento, do abandono escolar e da perpetuação do ciclo da pobreza. Assim, percebemos que a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, visa garantir a lei geral da acumulação capitalista, que se vale dessa força de trabalho barata, dócil, ágil e por vezes gratuita, por meio de relações contraditórias de reprodução social que expõem a produção da pobreza materializada no espaço.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho, Questão Social, Exploração do trabalho de crianças e adolescentes, Produção do espaço geográfico.

RESUMEN

Los sujetos que hoy definimos como niños y adolescentes, durante el período medieval y durante el modo de producción feudal, eran vistos como adultos en miniatura. La práctica laboral realizada por ellos es un fenómeno que existe desde hace siglos. Sin embargo, en el modo de producción capitalista, ella es intensificada y cambia para atender las necesidades de obtención del lucro. Marx ya revelaba la búsqueda por la fuerza de trabajo de niños y adolescentes en las nacientes industrias de Inglaterra, donde esos pequeños niños y niñas eran vislumbrados como necesarios para la extracción de la plusvalía absoluta. La continuidad de la explotación de esos sujetos en la sociedad actual figura las contradicciones del modo de producción, que perpetúa desigualdades sociales. La búsqueda incesante por la recuperación de las tasas de ganancia, como resultado de la crisis estructural, en el cuadro actual de las relaciones capitalistas, ha provocado serios problemas a la reproducción de la clase trabajadora. Las reestructuraciones que repercuten en transformaciones profundas en el sector productivo y privilegiamiento de lo financiero, con desdoblamientos agresivos en el mundo del trabajo, como el desempleo estructural, el subempleo, el aplanamiento de los salarios y la expropiación de derechos sociales, amplían en la sociedad actual, viejos problemas como la miseria y la pobreza, profundizando la cuestión social, que tiene como una de las expresiones, la inserción de niños y adolescentes en la práctica laboral, a fin de ayudar a sus padres a garantizar la reproducción familiar. Esta investigación analiza la realidad de la explotación de la fuerza de trabajo infantil y adolescente en la ciudad y en el campo del estado de Sergipe, revelando la situación de precariedad a la que estos sujetos están expuestos y de los que son víctimas. Para entender esta realidad, fueron privilegiadas dos categorías como nucleares. La categoría Trabajo, como central en la realización del hombre como ser social, pero que en el capitalismo es apropiado y transformado en mercancía, y la categoría Espacio, por qué materializa la dialéctica riqueza x pobreza, de la cual los sujetos de esta investigación son la expresión. El análisis del objeto, calcado por el materialismo histórico y dialéctico, con revisión bibliográfica adecuada y trabajos de campo, nos permitió el desenmascaramiento del discurso del trabajo en la infancia y adolescencia como edificador de la moral y alternativa a la marginalidad. Por el contrario, la inserción en muchas modalidades de trabajo, acerca a esos sujetos de la violencia, del mundo del crimen, del enfermo, del abandono escolar y de la perpetuación del ciclo de la pobreza. Así, percibimos que la explotación del trabajo de niños y adolescentes, pretende garantizar la ley general de la acumulación capitalista, que se vale de esa fuerza de trabajo barata, dócil, ágil ya veces gratuita, por medio de relaciones contradictorias de reproducción social que exponen producción de la pobreza materializada en el espacio.

Palavras-Claves: Trabajo, "Cuestión Social", Explotación del trabajo de niños y adolescentes, Producción del espacio geográfico

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Fluxograma de funcionamento do PETI.....	89
Figura 02- Campanha do estado de Sergipe no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.....	99
Figura 03- Questionário do censo Demográfico do IBGE 2010.....	106
Figura 04- Pequenos trabalhadores no terminal de transporte de passageiros em Aracaju.....	129
Figura 05- Criança trabalhando em Feira Livre do município de Aracaju.....	130
Figura 06- Meninos trabalhando na feira livre do Conjunto Augusto Franco em Aracaju.....	135
Figura 07- Crianças trabalhando no Terminal Rodoviário de Aracaju.....	141
Figura 08- Trabalho infantil no campo de Itabaiana.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Dados sobre infantil em Sergipe entre 2006 e 2015.....	24
Tabela 02- Ranking da população entre 10 e 17 anos de idade ocupada na semana de referência no ano de 2010, por estado do Nordeste.....	79
Tabela 03- Crianças e adolescentes em 10 e 17 anos ocupados na semana de referência por município sergipano no ano de 2010.....	118

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Percentual de trabalho infantil e IDH, Sergipe, 2010.....	123
Mapa 02- Espacialização e mobilidade do trabalho infantil em Aracaju.....	144
Mapa 03- Localização do Município de Itabaiana – SE, áreas de pesquisa.....	146
Mapa 04- Espacialização do trabalho Infantil na zona rural do município de Itabaiana.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Evolução/redução do trabalho infantil no Brasil.....	77
Gráfico 02- Trabalho Infantil e Atendimento pelo SCFV e BF em Sergipe.....	94
Gráfico 03- Distribuição Percentual das pessoas ocupadas, de 5 a 15 anos de idade, segundo classe de rendimento domiciliar per capita.....	116
Gráfico 04- Trabalho infantil em números relativos.....	120
Gráfico 05 Quantidade de dias de trabalho informado por crianças e adolescentes trabalhadores.....	131
Gráfico 06- Horas de trabalho informada por crianças e adolescentes trabalhadores..	132
Gráfico 07- Renda média mensal das crianças e adolescentes entrevistados nas feiras livres de Aracaju.....	132
Gráfico 08- Dados sobre trabalho infantil nas feiras livres da cidade de Aracaju.....	136
Gráfico 09- Dados sobre faixa etária das crianças e adolescentes entrevistadas nas feiras livres e sobre faixa etária com a qual começaram a trabalhar.....	142
Gráfico 10- Estabelecimentos agropecuário por área no município de Itabaiana.....	149
Gráfico 11- Quantidade de dias de trabalho informados por crianças e adolescentes entrevistados.....	153
Gráfico 12- Horas de trabalho informada pelas crianças e adolescentes durante as entrevistas.....	154
Gráfico 13- Renda média mensal das crianças e adolescentes entrevistados nos povoados de Itabaiana.....	156
Gráfico 14- Dados sobre trabalho infantil no campo de Itabaiana.....	157
Gráfico 15- Dados sobre faixa etária das crianças e adolescentes entrevistados na zona rural e sobre faixa etária na qual começaram a trabalhar.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Marco da proteção das crianças e adolescentes e da busca pela erradicação do trabalho infantil no mundo.....	67
Quadro 02- Marco da proteção das crianças e adolescentes e da busca pela erradicação do trabalho infantil no Brasil.....	78
Quadro 03- Porcentagem dos trabalhadores entrevistados por atividade.....	160

LISTA DE SIGLAS

AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

BM - Banco Mundial

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CLT - Consolidação das lei do trabalho

CF – Constituição Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COOPERTALSE - Cooperativa de transporte de Sergipe

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FAPITEC/SE – Fundação de Amparo a Pesquisa Inovação e Tecnologia de Sergipe

FEPETI/SE - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de Sergipe

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação – MEC

MPC – Modo de produção Capitalista

MS - Ministério da Saúde

MT - Ministério do Trabalho

MPT/CE – Ministério Público do Trabalho do Ceará

MPT/SE – Ministério Público do Trabalho de Sergipe

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PETECA - Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio

PPGEO – Programa de Pós Graduação em Geografia

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo

SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social

SEIHD - Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos

SISC - Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

UNICEF - Fundo das Nações Unidas da Infância

Sumário

Dedicatória
Epigrafe
Agradecimentos
Resumo
Resumen
Lista de figura
Lista de tabelas
Lista de mapas
Lista de gráficos
Lista de quadros
Lista de siglas

INTRODUÇÃO 20

CAPÍTULO 01 - PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO: DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA 31

1.1- A produção do espaço no capitalismo 31

1.2- A relação homem-natureza no capitalismo e a apropriação desigual do espaço social 44

1.3- Da lei geral da acumulação capitalista, à centralidade da pauperização e do trabalho infantil 50

CAPÍTULO 02- A ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CAPITALISMO 57

2.1 Desenvolvimento capitalista e trabalho de crianças e adolescentes 57

2.2 O trabalho infantil no Brasil 70

2.3 Erradicação ou reprodução: os meandros das ações relacionadas ao trabalho infantil..... 81

2.4 O programa de Erradicação do Trabalho infantil 89

CAPÍTULO 03 - O TRABALHO QUE “DIGNIFICA O HOMEM” E EXPLORA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 100

3.1-	O campo e a cidade sob a ótica do trabalho infantil	101
3.2-	O trabalho de crianças e adolescentes em Sergipe	112
3.3-	A situação atual.....	118
CAPÍTULO 04- CRIANÇA E ADOLESCENTE TRABALHADOR EM SERGIPE: A EXPRESSÃO VISÍVEL DA POBREZA DO/NO ESPAÇO GEOGRÁFICO		128
4.1	Espacialização do trabalho infantil na cidade de Aracaju	129
4.2	Itabaiana/SE: espacialização do trabalho infanto-juvenil no campo, tradição e/ou necessidade?	147
4.2.1-	Campo e cidade na exploração/expropriação da infância e adolescência	169
5	- CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
6-	REFERÊNCIAS	177
Anexo 1- Roteiro de entrevista da criança e do adolescente trabalhador		189

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista tem como fundamento central a busca da extração da mais-valia, via relação capital/trabalho. Trata-se de um modo de produção baseado na produção destrutiva, que é ao mesmo tempo produção de mercadorias e destruição da natureza. Intrínseco ao seu desenvolvimento, estão as crises econômicas explicadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, aumento da composição orgânica do capital e inevitável queda da taxa de lucro, confirmando a assertiva de Marx (1988) no tocante à lei da tendência decrescente da taxa de lucro, quando o conjunto das condições objetivas mencionadas se encontram dadas. O resultado é marcado por momentos de depressão econômica, subconsumo, demissão em massa.

Para contrarrestar os efeitos do quadro de crises, o capitalismo sempre recorre à sua estrutura superior de comando (MÉSZÁROS, 2005), o Estado, que coordena as reestruturações necessárias, para proporcionar o retorno ao crescimento ou uma recuperação das taxas de lucratividade.

A crise estrutural vivenciada após a década de 1970 é apontada por Mészáros em “Para Além do Capital” como o atingimento dos limites absolutos do sistema do capital. Este autor aponta quatro questões que revelam os limites absolutos aqui mencionados. Tais limites são marcados pelo antagonismo entre capital global e Estados Nacionais, pela questão ambiental (a destrutividade da natureza e o esgotamento de seus recursos), pela emancipação das mulheres e pelo desemprego crônico. A este último, Paniago (2012) dá ênfase, pois “o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital” (PANIAGO 2012, p 66). O desemprego em massa, estrutural, atinge todos os países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, aos trabalhadores qualificados e não-qualificados, a todos os setores da economia, embora os apologéticos do capital atribuam o desemprego em massa a fatores naturais, ao crescimento populacional, ao desenvolvimento da tecnologia, mas nunca, aos limites do capital e as contradições de seu sistema.

A mesma autora reflete sobre o crescimento do emprego no Keynesianismo como resultado da intervenção estatal, no qual foi possível permitir uma série de

benefícios a classe trabalhadora em função do bom momento vivenciado pelo modo capitalista de produção. Ao afirmar que;

Por um curto período histórico no século XX, a aplicação das ideias Keynesianas impulsionou a acumulação e expansão do capitalismo. O crescimento do emprego foi favorecido devido a intervenção do Estado, como o corretivo necessário para as tendências negativas do capital (PANIAGO, 2012, 68).

Contudo, sob a vigência da crise estrutural os corretivos não podem mais evitar problemas como o desemprego em massa, a violência generalizada, a pauperização da população trabalhadora. No mundo do trabalho torna-se cada vez mais visível o subemprego, a flexibilização do trabalho, o trabalho, temporário, parcial, domiciliar, infantil.

A crise estrutural atual “significa restrição a pulsão à expansão, e expõe a ineficiência dos ajustes estratégicos antes utilizados para manter em equilíbrio um sistema naturalmente instável e dinâmico, devido à constituição estruturalmente antagônica” (PANIAGO, 2012, p 50).

O preço a ser pago para que o capital possa se reproduzir implica mazelas sociais não aceitáveis e aprofundamento da pauperização e das expressões da “questão social”. A acumulação e concentração da riqueza produzem de imediato, a disseminação da pobreza e da miséria, neste ínterim milhões de crianças e adolescentes são lançados ao trabalho precoce, a fim de ajudar na reprodução de sua família.

A pobreza aparece na literatura do Serviço Social como uma das principais expressões constituintes da “questão social”. Esta é entendida como um conjunto de expressões que definem a desigualdade, expressões como a pobreza, a miséria, a violência urbana, entre outras manifestações que se expandiram sob o sistema do capital. Assim sendo, a “questão social” é produto do desenvolvimento do modo capitalista de produção. A pobreza, na ordem social vigente é ineliminável. Ela é produzida e reproduzida pelo sistema produtor de mercadorias, mas também necessária para a sua acumulação. Ou seja, a pobreza na sociedade capitalista só pode ser explicada a partir da produção social da riqueza pelos trabalhadores e pela apropriação desta pelos capitalistas. Assim, o modo de produção capitalista tem no desemprego uma forma de pressionar a classe trabalhadora, proporcionando o rebaixamento dos salários, por meio da manutenção do exército industrial de reserva.

A pobreza é produto do capitalismo, que, ao tempo em que desenvolve o processo de acumulação, concomitantemente e como resultado, produz a pauperização. Assim, riqueza e pobreza devem ser compreendidas de forma indissociável, numa simbiose, uma dentro e produzindo a outra, logo, a intensificação da pobreza depende do aprofundamento da exploração do trabalho e concomitante extração da riqueza produzida pelos produtores de mercadorias, os trabalhadores.

A chamada “questão social” ganhou destaque na literatura a partir da terceira década do século XIX, quando a questão da pauperização e da marginalidade era entendida como uma produção do comportamento dos sujeitos, sendo as ações de contenção desta problemática exercida pelas organizações filantrópicas. Cerca de um século mais tarde, os conflitos entre as classes sociais, a organização sindical e a fase do capitalismo monopolista proporcionaram que os atendimentos das expressões da “questão social” fossem articulados pela ação do Estado, por meio das políticas sociais, que passaram a atender as demandas da população como a garantia de saúde, educação e moradia, entre outros benefícios vinculados, sobretudo, aos desempregados. Ao mesmo tempo, essas políticas foram responsáveis por criar condições para a produção e consumo mantendo intocáveis os fundamentos da ordem do sociometabolismo do capital (ORLANDINI, 2014; NETTO, 2001).

A crise estrutural impôs limites à intervenção estatal. Já não era mais possível que o Estado garantisse todos os benefícios de outrora. Assim,

No contexto da ordem neoliberal, o pauperismo é retomado como um problema individual-pessoal, devolvendo-o à filantropia, cuja responsabilidade de tratamento se dá mediante intervenção social, calcada em pilares como: voluntariado, solidariedade, autoajuda; substituindo o que o processo de lutas sociais historicamente garantiu – os direitos sociais, como dever do Estado e direito do cidadão (ORLANDINI, 2014, 8/9).

A questão da pobreza na sociedade do capital é entendida pelos autores aqui utilizados como uma deformação inerente do sistema, uma das expressões de suas contradições advindas da desigualdade presente no modo capitalista de produção. Sendo encarada de forma diferente no decorrer do processo histórico do modo de produção vigente. Nesta pesquisa, a pobreza como expressão da “questão social” é um conceito fundamental para a compreensão dos processos que levam a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

As inúmeras denúncias e as reivindicações da classe trabalhadora provocaram movimentos que pressionaram as instituições multilaterais e os Estados a criarem legislações que protegessem as crianças e os adolescentes do mundo do trabalho. Ainda que essas legislações fossem muitas vezes ignoradas, elas foram um grande ganho na luta contra a exploração do trabalho infantil. No Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, foi uma das principais políticas de enfrentamento a essa problemática. A transferência de renda e a Jornada Ampliada ocupavam esses sujeitos e possibilitavam além de renda, condições de melhorar seu desenvolvimento escolar e garantir a socialização, a discussão de temas relevantes e o acesso à atividades de cultura e lazer.

O PETI era constituído de inúmeras contradições, desde a ideia de erradicação sem a garantia de inserção dos pais das crianças trabalhadoras no mercado de trabalho em condições de reprodução das suas famílias, até o clientelismo político dos profissionais (orientadores sociais), escolhidos por indicação política, na maioria das vezes não tinham nenhuma experiência com crianças e adolescentes, nem possuíam formação acadêmica para o referido fim. Ainda que tenha sido uma política importante sobre tema, o PETI não pôde e nem poderia erradicar o trabalho infantil, conforme analisamos no texto.

O estado de Sergipe embora seja o menor estado da federação, possui elevados índices de trabalho infantil. Esse estado, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010, possuía no referido ano, 37.244 crianças e adolescentes ocupados, destes 18.799 trabalhavam na zona urbana, correspondendo a 50,5% do total e 18.455 trabalhavam na zona rural, o que correspondia a 49,5% do total. Segundo esses dados do Censo Demográfico de 2010, 11,14% da população na faixa etária de 10 a 17 anos trabalhavam em Sergipe.

Dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD 2015, demonstram que mais de 47 mil crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos trabalhavam em Sergipe.

Através dos dados da PNAD, referentes ao número de crianças e adolescentes em situação de trabalho no estado de Sergipe, foi possível estabelecer uma série histórica dos dados entre 2006 e 2015.

Tabela 1: Dados sobre trabalho infantil em Sergipe entre 2006 e 2015¹

Crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos ocupadas no Estado de Sergipe (mil pessoas)									
Grupos de idade	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
5 a 9	3	1	2	1	1	2	1	2	2
10 a 14	26	18	20	13	14	16	11	17	16
15 a 17	30	30	33	32	26	34	23	34	29
Total	59	49	55	46	41	52	35	53	47

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio - PNAD, elaboração Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Sergipe, 2017.

A série apresentada na tabela 1, mostra que os dados oscilaram, alguns anos com índices menores, outros maiores, contudo, os números de crianças e adolescentes trabalhadoras nunca chegaram próximos da erradicação de fato. Os dados apontam ainda elevados índices, sobretudo na faixa etária entre 10 e 17 anos.

Nossa investigação centrou as análises da pesquisa de campo nos municípios de Aracaju e Itabaiana, em função de estes serem os municípios com maior concentração de trabalho infantil no estado, sendo respectivamente o primeiro e terceiro municípios no *ranking* de trabalho infantil no estado. Aracaju não possui oficialmente zona rural, assim todo trabalho infantil aí presente situa-se na zona urbana. Destacamos o trabalho infantil em duas atividades neste município, o trabalho realizado junto ao setor de transportes, próximos aos terminais de integração e a rodoviária do centro da cidade e o trabalho realizado nas feiras livres dos bairros de Aracaju. Estes coexistem lado a lado, com a violência, o adoecimento, a criminalidade, e o baixo rendimento escolar.

No município de Itabaiana, centramos nossa atenção ao trabalho exercido na zona rural, em função do destaque que algumas atividades exercidas possuem no cenário local e regional. As pesquisas de campo foram realizadas em povoados como Carrilho, no qual se destaca o beneficiamento da castanha de caju, no povoado Rio das Pedras, muito conhecido pela fabricação de telhas nas olarias, e nos povoados Mangabeira e Agrovila, nos quais se destacam a produção de hortaliças e verduras, que abastecem as feiras livres da região. Nestes povoados encontramos sujeitos trabalhadores que ajudam suas famílias de forma esporádica e também aqueles são

¹ Os dados expostos na tabela 1 excluem adolescentes com mais de 14 anos, na condição de aprendiz, e trabalhadores formais, com 16 e 17 anos, já que a legislação brasileira os admite no mercado de trabalho.

trabalhadores explorados, que se inserem em função da condição de pobreza na qual se encontra a família.

Compreendendo o trabalho como categoria central, a revelação do processo histórico da exploração do trabalho realizado por crianças e adolescentes, num contexto mundial, nacional e com foco para a exploração no estado de Sergipe, é central nessa pesquisa. Foi possível ainda apresentar uma reflexão sobre como se dava o trabalho das crianças e adolescentes em outros modos de produção, ainda que o núcleo do trabalho se dedique à realidade no quadro atual das relações capitalistas.

O modo de produção capitalista enfrenta na sua fase atual, dificuldades de manter os níveis de acumulação com taxas elevadas, de modo que o achatamento dos salários e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, resultam em dificuldades de garantir a reprodução familiar, por parte dos pais. Esse quadro obriga crianças e adolescentes a se inserirem no trabalho, para complementar a renda familiar. Ou, em muitos casos, a pesquisa mostrou que, em função da ausência do provedor, as próprias crianças e adolescentes provém o sustento da família. Também na unidade de produção camponesa, o trabalho infantil está presente, ora sob a ótica da exploração, ora sob outra ótica, desassociada da exploração, mas vinculada ao repasse de aprendizagens para os futuros camponeses.

O capital se (re)produz através da relação capital-trabalho, relação essa (re)produtora do espaço, com suas contradições e desigualdades. O espaço é apropriado pelo capital que precisa dele para se reproduzir, promove nele ajustes e adequações, valoriza-o e desvaloriza, quando oportuno. As categorias Espaço e Trabalho são as norteadoras desta pesquisa, pois dão suporte conceitual ajudando a explicar o objeto dentro de um contexto maior das relações sociais.

A geografia enquanto ciência tem o espaço como categoria central de análise. Nesse ínterim, nossa investigação circunda a relação entre trabalho e produção do espaço, para mostrar como a apropriação da riqueza por alguns, joga os produtores de mercadorias, os trabalhadores, nos espaços da periferia do capitalismo, para mantê-los sob seu jugo, empurrando-os para as piores formas/tipos de trabalho, o que se cristaliza na espacialidade do trabalho dos homens e, com intensidade, na contemporaneidade, também na espacialização do trabalho de crianças e adolescentes.

Para a compreensão da categoria espaço e da noção de produção do espaço, realizamos leitura em Henri Lefebvre (2006), Neil Smith (1984), Lenyra Silva (1991), David Harvey (2005), Ana Fani Carlos (2011), autores que compreendem a produção

do espaço como um processo da relação homem-trabalho-natureza. Compreendem também que a reprodução da sociedade no capitalismo é também o momento de produção e reprodução do espaço. A centralidade da categoria espaço nos remeteu à análise do trabalho como categoria central na transformação do homem em ser social, meio de satisfação das necessidades humanas, e intermediador na relação homem-natureza. Buscamos como suporte para a compreensão e análises da categoria trabalho, leituras em Marx (1987), (2014); Gionanni Alves (2000); Ricardo Antunes (2006); Leandro Konder (2008), entre outros autores que nos possibilitaram compreender a ontologia do trabalho e o processo de alienação deste, no modo de produção capitalista.

A pobreza, mazela da sociedade desigual, produto da acumulação capitalista, é chave essencial na compreensão deste estudo, aqui analisada a partir das reflexões de Marx (2014) (capítulo XXIII, sobre a Lei Geral da Acumulação), Silva (2005) (2010), Neto (2001), Christiane Campos (2011) e Orlandini et al. (2014), que inserem a pobreza como um resultado da produção da riqueza na sociedade capitalista. Assim sendo, a pobreza não pode ser erradicada a partir de políticas públicas sem que se destrua o sistema produtor de mercadorias que a produz.

A análise da espacialização do trabalho de crianças e adolescentes no estado de Sergipe, à luz das mudanças no mundo do trabalho no quadro atual das relações capitalistas, norteou esse estudo exigindo a delimitação de objetivos específicos, tais como: explicar a dinâmica espacial do trabalho de crianças e adolescentes no estado de Sergipe; elucidar a relação entre trabalho infantil e pobreza em Sergipe; refletir sobre as políticas públicas de combate ao trabalho infantil e suas repercussões na realidade; identificar o perfil das crianças e adolescentes que trabalham prematuramente no estado de Sergipe.

Alguns questionamentos foram levantados para ajudar a responder a problemática aqui investigada. Questionamentos como; em que medida o processo de acumulação capitalista está relacionado ao crescimento da pobreza e a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho? Como a crise estrutural e a reestruturação produtiva contribuem para a inserção ou não-inserção de crianças prematuramente no trabalho? Quais os rebatimentos físicos e educacionais do trabalho na vida de crianças e adolescentes trabalhadores? Como funcionam e quais os rebatimentos das políticas públicas de combate ao trabalho infantil? Quais as diferenças e similitudes do trabalho precoce no campo e na cidade? E por fim, qual a lógica do trabalho de crianças e adolescentes na unidade de produção camponesa? Esses e outros

questionamentos foram construídos, a fim de nortear a pesquisa e responder a hipótese de que o modo de produção capitalista, se apropria do estado de pobreza das famílias. Pobreza essa, resultado da desigualdade produzida pelo próprio sistema do capital, para submeter milhões de crianças e adolescentes à prática laboral precoce. Sobretudo, nos países periféricos como é o caso do Brasil, no qual o desemprego o subemprego, e o trabalho informal são vivenciados por grande parte da população. Nos centros urbanos, no campo, em toda parte é possível identificar crianças e/ou adolescentes trabalhando, todos advindos da mesma classe social.

Para compreender os processos que provocam o crescimento do número de crianças e adolescentes exploradas, fez-se necessário adotar a totalidade como princípio metodológico para a compreensão dos processos da produção do espaço e do papel do Estado, enquanto principal agente do modo de produção vigente, agente esse que como uma instituição da classe dominante, realiza por meio da opressão militaresca, por meio do controle e da alienação imposta nas escolas, pela imposição de formas precarizadas de trabalho, a exploração de homens, mulheres e crianças.

Ante ao exposto compreendemos que somente o método materialista histórico dialético pode nos possibilitar a leitura de totalidade dos processos que (re)produzem mazelas como o trabalho infantil. Mesmo sendo este tão prejudicial, ao desenvolvimento físico e a moral das crianças e adolescentes, ele se refaz com mais intensidade como desdobramento das condições de desenvolvimento do sistema de produção, obrigando a leitura das contradições e da singularidade/lugar-realidade, a partir da universalidade/totalidade-mundo. Essa perspectiva metodológica permite analisar os fenômenos e compreender por que as políticas públicas que se destinam a resolução da problemática não são eficientes na realidade. Por esse método de análise podemos perceber o que está implícito no discurso dos sujeitos, nas ações das instituições multilaterais, que mesmo se dizendo empenhadas na erradicação de problemas como o trabalho infantil, estão por trás do ajuste estrutural que afeta diretamente o mundo do trabalho e a reprodução das famílias.

Dentro da pesquisa alicerçada pelo materialismo histórico e dialético, a confrontação da realidade empírica com as teorias que basileiam a produção do conhecimento geográfico, permite entender e explicar a realidade observada. Aqui o qualitativo e quantitativo não devem estar em oposição, já que ambas se complementam, no intuito de enriquecimento da pesquisa e compreensão do objeto de estudo.

Por meio da análise do discurso, a partir de Bakhtin, a leitura implícita na fala dos sujeitos pôde ser desvelada. Segundo esta acepção a leitura crítica do discurso possibilita “analisar as contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 18).

Como metodologia de análise, além do levantamento e da revisão bibliográfica, sobre os temas já abordados, com o intuito da compreensão dos processos que respondem a causa da prematuridade de crianças e adolescentes na prática laboral, tornou-se necessário a realização de trabalhos de campo que permitiram vislumbrar a realidade estudada.

Com base nos dados sobre trabalho infantil do IBGE 2010, somados as peculiaridades do trabalho na cidade e no campo. Foi delimitado para a realização das pesquisas de campo, o município de Aracaju e as características do trabalho infantil na zona urbana e o município de Itabaiana e as características do trabalho infantil na zona rural, em função da alta incidência desta problemática nos referidos municípios.

Os trabalhos de campo nos municípios tiveram como foco principal, a aplicação de questionários e realização de entrevistas, junto às crianças e adolescentes no intuito de conhecer um pouco sobre as atividades que exercem, a situação socioeconômica em que estão inseridos, além da situação escolar destes. Para tanto, realizamos seis trabalhos de campo no município de Aracaju e cinco trabalhos de campo no município de Itabaiana, com a aplicação de aproximadamente 80 entrevistas, sem utilizar critérios estatísticos para definição da amostra. Nesse processo realizamos 62 entrevistas com aplicação de questionários entre as crianças e adolescentes trabalhadores e 20 entrevistas realizadas junto aos pais desses sujeitos.

Além das entrevistas com alguns pais de crianças e adolescentes trabalhadores, conversamos com o promotor do Ministério Público do Trabalho do Estado de Sergipe – MPT/SE, com os coordenadores do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no estado de Sergipe – FEPETI/SE e com a coordenadora da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção e Erradicação do trabalho Infantil, a fim de realizarmos uma análise abrangente, sobre a problemática investigada.

Esta pesquisa buscou como universo de análise a amostragem por saturação, na qual o pesquisador cessa as entrevistas quando as informações coletadas com um certo número de sujeitos, passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo.

Fizemos uso, para melhor compreensão do objeto estudado, do diário de campo e de registo fotográfico.

Uma estratégia utilizada em alguns trabalhos de campo, foi visitas a escolas públicas para aplicação de questionários, uma vez que em algumas localidades o acesso aos sujeitos da pesquisa era dificultado pela resistência e medo de que a conversa com o pesquisador se constituísse uma fiscalização por meio do poder público. Também, o diálogo em sala de aula junto aos professores possibilitava que as crianças e adolescentes, trabalhadores, estabelecessem uma relação de confiança, mediada pelo professor e assim revelassem o quadro social, no qual estão inseridos.

Na busca por respostas aos processos tidos nesta pesquisa como responsáveis pela inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, foi se delineando a construção de quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado “Produção e apropriação do espaço no capitalismo: desigualdade social e pobreza”, se debruça nas análises da categoria espaço e nos conceitos de produção do espaço, sobretudo, na sociedade capitalista, observando a partir do ajuste espacial a tentativa de superação das crises do sistema e da possibilidade de acumulação capitalista. Neste capítulo, reforçamos a centralidade do trabalho como elemento fundamental na produção do homem enquanto sujeito social, e elo de mediação deste com a natureza. A tese da lei geral da acumulação capitalista proposta por Marx, é usada para explicar como no modo de produção vigente o processo de acumulação capitalista produz ao mesmo tempo a disseminação da pobreza. E como, para manter elevadas as taxas de acumulação, fenômeno como a exploração do trabalho infantil tornam-se necessário.

No segundo capítulo, intitulado, “A espacialização do trabalho de crianças e adolescentes no capitalismo” empenhamo-nos no resgate histórico sobre a inserção de crianças e adolescentes no trabalho, a partir do resgate da concepção de infância e da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes nos diferentes modos de produção, dando destaque ao modo de produção capitalista, sobretudo, a partir da revolução industrial. Buscamos mostrar as legislações que hoje protegem as crianças e adolescentes e proíbem a prática do trabalho infantil, como resultado de inúmeras reivindicações da classe trabalhadora, que denunciavam os maus tratos, os acidentes e mortes no trabalho a que eram sujeitas crianças e adolescentes. Realizamos um apanhado geral da exploração do trabalho infantil na escala mundo, Brasil, Nordeste,

finalizando com Sergipe. Findamos esse capítulo com a análise das políticas públicas que visam o combate ao trabalho precoce, dando destaque ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e seus rebatimentos quanto à problemática do trabalho infantil.

O terceiro capítulo, intitulado “O trabalho que “dignifica o homem” e explora a criança e o adolescente” busca revelar as especificidades do trabalho precoce no campo e na cidade. Nele abrimos um parêntese para explicar o trabalho infantil na unidade de produção não-capitalista (camponesa) de forma particularizada, desassociada da lógica de exploração, de produção de mercadoria e busca do lucro, presente nas unidades de produção tipicamente capitalistas. Também explicamos como o sistema do capital subverte a renda da terra da produção camponesa, para a acumulação do capital, a partir do mercado.

O quarto e último capítulo, intitulado “Criança e adolescente trabalhador em Sergipe: a expressão visível da pobreza do/no espaço geográfico” trás os dados e as análises das pesquisas de campo, na cidade de Aracaju e na área rural do município de Itabaiana. Em Aracaju focamos nossas investigações no trabalho infantil nas feiras livres dos bairros São José, Suíça, Santo Antônio e Conjunto Augusto Franco e no comércio no centro da cidade e nos terminais de ônibus. Já no município de Itabaiana, investigamos o trabalho infantil agrícola e não-agrícola nos povoados, Rio das Pedras, Mangabeira, Agrovila e Carrilho. Como produto final das pesquisas de campo foi possível a elaboração de mapas que revelam a espacialização do trabalho infantil nos municípios em foco.

Enfim, os capítulos que se seguem constituem um esforço de responder a problemática aqui brevemente exposta.

CAPÍTULO 01 - PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO: DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA

A problemática no Brasil do ingresso precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho perpassa a discussão do trabalho como categoria central na produção e reprodução da vida humana e do homem como ser genérico.

A categoria espaço e a compreensão de produção do espaço na sociedade capitalista constituem-se fundamentais neste estudo, uma vez que é no espaço que se materializam as interações e relações entre os sujeitos, e entre os sujeitos e a natureza. Essas relações sob o regime capitalista configuram-se um processo de exploração do homem pelo homem, da apropriação privada da produção social pelos agentes do capital, e simultaneamente pela disseminação da desigualdade e da pobreza entre aqueles que produzem a riqueza e dela não se apropriam. A grande maioria da classe trabalhadora troca sua força de trabalho, única mercadoria que possui por dinheiro, para permitir sua reprodução, como sujeitos.

Buscaremos nos capítulos que se seguem, mostrar como as contradições inerentes à relação capital trabalho são as principais responsáveis pelo ingresso precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

1.1- A produção do espaço no capitalismo

O trabalho se configura como ação necessária na mediação homem e natureza. Natureza da qual o homem retira as condições necessárias à reprodução da vida. Assim, a relação homem-natureza, por meio do trabalho tem como resultado a produção do espaço. De acordo com Carlos “é através do espaço (e no espaço), ao longo do processo histórico, que o homem produz a si mesmo” (2011, p 27). Ainda segundo a autora, “O espaço como produção emerge da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz enquanto ser genérico numa natureza apropriada e condição de sua produção” (Idem, p 33).

O trabalho enquanto ação mediadora da relação homem-natureza é apropriado pelo capital, que transforma ambos em mercadorias, extraindo delas as bases para sua produção e reprodução ampliada. A natureza da qual o homem extraía as matérias-primas que necessitava para se reproduzir, a partir da transformação desta, numa segunda natureza humanizada e imbuída de história, é separada do homem pela criação da propriedade privada, que se estabelece como um processo fundamental na separação entre o sujeito e a natureza. Neste processo, ambos são incorporados no circuito da mercadoria, e só podem ser acessados por meio da compra. Logo o homem despossuído dos meios de produção, vende sua única mercadoria – a força de trabalho, para ter acesso à alimentação, vestuários e outros bens, produto do trabalho humano.

O processo de trabalho se materializa como produção do espaço geográfico. Assim, as diversas relações de reprodução humana, produz o espaço, que é apropriado de formas diferentes, pelas diferentes classes sociais. Nesse interim visualizamos o espaço daqueles que dominam e daqueles que são dominados, o espaço da produção, do consumo, do lazer, entre outros.

Para Silva (1991, p 50), “o homem é espaço, está no espaço e produz o espaço a um só tempo”, essa afirmação releva a natureza social do espaço geográfico, sendo este compreendido por Carlos (2011) no livro “A Condição Espacial” como condição, meio e produto da reprodução social ao longo do processo civilizatório. Para a autora,

O ato de produzir da sociedade – no sentido de permitir sua reprodução enquanto espécie como atividade que produz a vida em todas as suas dimensões – apresentar-se-á como o ato de *produção do espaço*. (Grifo da autora, IBID, p 33).

O homem relaciona-se com a natureza a fim de reproduzir-se socialmente por meio do trabalho, essa relação histórica, se configura como a relação de produção e reprodução do próprio homem enquanto ser genérico, constituindo-se também a relação de produção do espaço, entendido por diversos autores como Lefebvre (2006), Neil Smith (1984), Lenyra R. da Silva (1991), Harvey (2005) e Ana Fani Carlos (2011), como o resultado da produção e reprodução das relações sociais no planeta. Como afirma Carlos (2011, p 39), “o homem, primeiro reunido em grupo e depois organizado em sociedade, transforma a natureza numa segunda natureza por meio da atividade do trabalho”.

Partindo da premissa de que o espaço é resultado das relações sociais no decorrer do processo histórico, significa dizer que a produção do espaço é anterior ao capitalismo, porém sob a vigência do mesmo, o espaço assume novas formas e funções. Assim, a produção do espaço se inicia “no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominando-a)” (CARLOS, 2011, p 64). Esse processo é contínuo e inovador e o seu produto também o é.

O entendimento da categoria espaço foi, e ainda é alvo de discussões dentro do campo da ciência geográfica. São realizadas análises do espaço atreladas ao conceito de localização geográfica, espaço como superfície e receptáculo universal, no qual os objetos existem e os eventos ocorrem, o espaço como anterior ao homem, o espaço dado, enfim diversas concepções a respeito do conceito e da categoria espaço.

Neil Smith (1984) apresenta-nos um resgate acerca da concepção de espaço nas ciências matemáticas e posteriormente na ciência geográfica, mostrando como as dimensões equivocadas da categoria espaço advêm da teoria Newtoniana de espaço absoluto e espaço relativo. Para Smith “o espaço social geográfico é produto da segunda natureza humanamente produzida” (1984, p 115).

Ainda a luz de Smith (1984, p 135) “O desenvolvimento capitalista resulta da transformação continua do espaço natural, espaço absoluto herdado, no espaço relativo produzido²”. Para ele, “a medida em que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, a contradição aparentemente abstrata entre o espaço absoluto e o espaço relativo se introduz cada vez mais na própria economia espacial do capitalismo” (Idem, p 137).

Carlos (2011) afirma que na geografia a análise sobre o espaço passa a ter uma dupla determinação, espaço como localização das atividades, lócus da produção e espaço como expressão das relações sociais e produto social.

A corrente marxista explica que o espaço geográfico é simultaneamente objetivo e produto das forças sociais. Assim, “Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes” (SMITH, 1984, p 122). Desta forma, o espaço geográfico visto como um produto social, difere de acordo com as diferentes sociedades e momentos

² No livro Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço, de 1984, Neil Smith realiza uma análise acerca da concepção de espaço absoluto e espaço relativo. Segundo o autor, o espaço absoluto é anterior a matéria, e apresenta-se como imóvel e imutável por qualquer ação humana, contudo, a transformação da natureza por meio das relações humanas produzem outros espaços, mutáveis e caracterizado pelo campo dos sentidos, estes dão origem ao espaço relativo.

históricos como afirmou Smith. Nessa direção, observamos que o espaço é produzido pelas relações sociais subordinadas ao modo de produção em vigência na sociedade e diverge no tempo e nos lugares, mas tem em comum a subordinação ao modo de produção. Também Carlos (2011) reforça a análise do espaço como constructo da sociedade, ao afirmar que:

O espaço apresenta características diferentes, com atributos diferentes; local de troca, local de produção. Em seus atributos os lugares são produzidos sob leis definidas pela sociedade em cada lugar de realização do ciclo do capital, como momento da reprodução social coloca-nos diante de um espaço produzido para determinado fim (2011, p 110).

A citação acima reflete que a análise do espaço no capitalismo é resultado das relações dialéticas entre diferentes agentes diretos e indiretos no processo produtivo em relação com a natureza. O produto dessa relação, resultante da correlação de forças desses agentes é o espaço social.

A luz das reflexões anteriormente expostas é possível perceber o espaço produzido como a condição de reprodução do ser humano enquanto sujeito social, contudo as características dessa produção espacial, são condicionadas pelo modo de produção em operação, que refletem em formas específicas de apropriação do espaço e condições materiais de reprodução humana como afirmam Lefebvre (2006); Smith (1984); Silva (1991) e Carlos (2011).

Sendo espaço produto das relações sociais dentro de determinado tempo histórico e sendo a sociedade o reflexo do modo de produção que ela vivencia, sob o capitalismo o espaço geográfico possui determinadas características, pois, o espaço geográfico “[...] têm um conteúdo diferenciado, conflituoso, contraditório e coisificado. A existência desse espaço é sinônimo da existência das classes sociais. Assim como elas sofrem uma determinação histórica o mesmo acontece com espaço geográfico” (SILVA, 1991, p 24).

A análise do espaço a partir da acepção crítica marxista nos possibilita uma compreensão mais ampla e precisa sobre os processos que o constituem, os conflitos presentes na produção e reprodução das relações sociais, bem como nas formas de apropriação. Compartilhamos do pensamento de Silva (1991), para a qual

Compreender o espaço geográfico, de acordo com uma visão marxista, significa apreendê-lo como ele é, na sua essência, como

totalidade, com todos os conflitos, contradições, mediações, que se articulam num processo incomensurável, interminável (SILVA, 1991, p 19-20).

Nesse sentido, compreendendo que o espaço geográfico possui em suas composições diversas conflitualidades, para além da aparência, Conceição (2005), contribui para essa análise, ao acrescentar que,

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações (CONCEIÇÃO 2005, p 169).

O modo de produção capitalista subverte também o espaço em mercadoria, ao utiliza-lo de acordo com os interesses do mercado. Dessa forma se apresenta o caráter desigual, do modo de produção que tem a desigualdade como premissa. Segundo Smith (1984, p 139) “O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta do espaço sob o capitalismo”.

Assim, o espaço apresenta-se de forma desigual, uma vez que é apropriado desigualmente pelos sujeitos também desiguais. Em termos de residência, as camadas mais pobres da sociedade, ocupam os espaços mais periféricos, carentes de serviços e estruturalmente mais deficientes, enquanto que às camadas mais ricas são ofertados os melhores lugares, com uma gama de serviços, promovendo um processo de segregação sócioespacial³, esta é resultado do preço dos solos e dos interesses socialmente construídos em determinados lugares.

Carlos (2011), desenvolve esta acepção e analisa que

A produção do espaço do ponto de vista econômico ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano da política, sob a lógica do planejamento, o espaço se normaliza e se instrumentaliza, já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos. Pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana (Idem, p. 75).

³ Sobre esse tema ler “A cidade como negócio” de Ana Fani Alessandri Carlos; Danilo Volochko e Izabel Pinto Alvarez.

É atrelada a busca do lucro que a produção do espaço, urbano ou no campo, se mostra de forma tão desigual, deixando de lado o valor de uso do espaço como local de realização da vida, local de moradia, de reprodução social e de construção de relações, o espaço passa a se configurar como uma mercadoria, na qual, a terra ou alguns lugares possuem preços exorbitantes, em função das possibilidades de extração da renda da terra ou do distanciamento das camadas mais pobres, e pela oferta de serviços de lazer, entre outras formas de alienação impostas pela sociedade do consumo.

No caso do espaço rural o sistema do capital, opera na valorização do espaço, pela subsunção de diferentes e variadas formas de produção, incluindo as pré e não capitalistas (MORAES, 2000). Ou seja, a produção camponesa e formas de exploração não legitimadas pelo modo de produção capitalista a exemplo do trabalho infantil, servem a acumulação capitalista, pela extração da renda da terra. Assim o MPC

[...] possui uma lógica que visa subordinar todas as formas de produção [...] o que não implica de imediato em destruí-los. Ao contrário, o capitalismo em sua expansão demonstrou uma grande capacidade de adaptação e convivência com estruturas que lhes eram estranhas (MORAES, 2000, p 45).

Ainda segundo Moraes (2000), a produção do espaço se dá pela transformação da primeira natureza, em formas eminentemente humanas, numa segunda natureza pensada e criada pelos homens, que vão se depositando na superfície terrestre, ao longo da história humana. Em termos gerais é o adensamento das formas, provenientes do trabalho que resulta na valorização do espaço.

Harvey (2005) apresenta uma análise de ‘espaço criado como o princípio supremo da organização geográfica. O espaço dialetizado e de conflito produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições.

Embora se afirme que Marx negligenciou o espaço nos seus estudos, quando esse autor apresenta o esforço do capitalismo na busca para contrariar a lei tendencial de queda das taxas de lucro, a dimensão espacial ganha centralidade. Essa dimensão dá à interpretação marxista a clareza de que a produção e a reprodução do espaço são mecanismos necessários à acumulação, inclusive como possibilidade de contrarrestar os efeitos das suas crises, ainda que em curto prazo.

Um dos autores que desenvolvem essa tese é David Harvey (2005), em ‘A produção capitalista do espaço’. Para ele, uma das condições de perpetuação do modo de produção é o ajuste espacial e a expansão geográfica e, portanto, a produção e

reprodução do espaço. Assim, a dominação territorial, o colonialismo e o imperialismo expressões mais expoentes da expansão geográfica tem como papel a estabilização e perpetuação do capitalismo: “A expansão geográfica a partir do imperialismo e do colonialismo são interpretados como soluções necessárias para as contradições internas acumuladas que assediam qualquer sociedade civil “madura”” (2005, p 101).

Harvey (2005) usa as reflexões de Hegel para explicar as contradições presentes no capitalismo:

A crescente acumulação de riqueza, por um lado, e a produção de uma “ralé penuriosa”, mergulhado nas profundezas da miséria e do desespero, por outro lado, criam o cenário para a instabilidade social e a guerra entre classes, que não pode, segundo sua análise, ser mitigado por qualquer transformação *interna* no funcionamento da sociedade civil. A superprodução e o subconsumo provocados por desequilíbrios na distribuição da renda, também solapam a coerência interna do empreendimento industrial. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação *externa* por meio da expansão geográfica, pois sua dialética interna cria contradições, não admitindo soluções internas (HARVEY, 2005, p 101).

Para embasar sua formulação a respeito do ajuste espacial como forma de perpetuação do modo de produção capitalista e minimização dos efeitos das crises de superprodução inerentes a esse modo de produção, Harvey (2005) utiliza as análises propostas por Marx, Hegel e Von Thünen, formulações que apresentam as contradições e os conflitos internos da sociedade civil dentro do modo de produção capitalista, e apresentam como saídas para mitigação dessas contradições, a expansão geográfica, por meio da criação de novos mercados.

Assim para Harvey (2005), Marx termina o livro ‘O capital’ com o capítulo sobre o colonialismo porque vê na expansão geográfica uma das formas de acumulação do modo de produção capitalista.

O autor observa ainda nas análises de Hegel sobre o imperialismo e o colonialismo que para este, a expansão geográfica pode ser uma forma conter os conflitos pela aparente superação da pobreza e das contradições internas da sociedade civil burguesa, porque a migração para “novas regiões vazias” ocuparia uma parcela da população e minimizaria os conflitos internos relativos à pobreza daquela sociedade. Harvey também ver nas argumentações de Von Thünen sobre o salário de equilíbrio uma tentativa de análise, que apresente possíveis saídas para a contenção dos conflitos da sociedade capitalista, segundo este autor, o salário justo só seria alcançado em países

abertos, com livre mobilidade de capital e de trabalho, este minimizaria os conflitos entre as classes e o crescimento da pobreza, assim, também Von Thüner pensa de alguma forma a expansão geográfica como possibilidade de redução das desigualdades, contradições e conflitos presentes no modo de produção capitalista.

Contudo, sobre as análises de Hegel e Von Thüner, Harvey (2005), realiza uma crítica a respeito das ideias de imperialismo e colonialismo de Hegel e sobre a ideia de salário de equilíbrio proposto por Von Thüner. Para Harvey (2005) os autores acertam quando pensam a expansão espacial (ajuste espacial) como uma possibilidade de contenção dos conflitos e da desigualdade tão presentes nas fases mais avançadas do modo de produção capitalista. Contudo, erram ao não perceberem que essa contenção se dá a curto prazo, e que a desigualdade e o conflito de classes não podem ser evitados no modo capitalista de produção. Portanto erram ao construir argumentos de certo modo românticos e que não se sustentam no plano do real, na eliminação dos problemas a que se propôs eliminar.

A análise marxista de Harvey (2005) a respeito do ajuste espacial como forma de perpetuação da acumulação capitalista, através do investimento de capital em novos mercados (novo mercado consumidor e a exploração de sua força de trabalho), da possibilidade de superação das taxas de lucros decrescentes e consequente do retardamento das crises inerentes ao sistema do capital, ao menos a curto prazo, apresenta o ajuste espacial como forma de sobrevivência do modo de produção capitalista e sua sede insaciável de elevadas taxas de lucro. Entretanto, esse autor considera que parece haver uma impossibilidade de ajuste espacial *permanente*, uma vez que o capital excedente de um país pode ser empregado em outro com a obtenção de retornos lucrativos ainda maiores, porém esse retorno deve ser reempregado com a finalidade de obtenção de mais lucro, o que se apresenta como uma barreira para a expansão geográfica, já que o ajuste espacial produz sempre, de um lado superacumulação e superprodução, do outro, subconsumo, o que acaba a mais ou menos tempo resultando em crises que podem se tornar globais.

Nesse ponto interessa destacar que as crises econômicas inerentes ao modo de produção capitalista são marcadas na história, por momentos de ascensão econômica, seguidas de redução das taxas de lucro, superprodução, subconsumo, depressão e desemprego em massa. O fato é que no decorrer do processo histórico, as crises eram consideradas conjunturais, uma vez que eram provocadas por uma série de fatores que passados alguns anos e tomadas algumas medidas, se extinguiu e o crescimento voltava

a se realizar com taxas de lucro ainda maiores que as anteriores. Contudo, a crise experimentada a partir da década de 1970 é entendida por muitos autores como Mészáros (2011) e Antunes (2007), por exemplo, como uma crise estrutural do sistema, sem possibilidades de superação. Para esses autores o sistema do capital tem se valido de reestruturações e reorganizações em todas as esferas para permanecer se reproduzindo.

Ao apontar as justificativas para a afirmação de que a crise que vivenciamos é estrutural, Mészáros (2011) chama atenção para a incapacidade das medidas tomadas pelo Estado para superação das crises, ao afirmar que

A grave crise em curso de nossa época é estrutural no sentido de não poder ser superada nem mesmo com os muitos trilhões das operações dos Estados capitalistas. Assim, cada vez mais aprofunda crise estrutural do sistema combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em escala inimaginável, torna o perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes (Ibid, p 137).

As economias dos países regidos pelo modo de produção capitalista têm vivenciado momentos de aparente estabilidade, logo freados por novas recessões e crises. O período desde a década de 1970 é entendido como um período de crise estrutural, porque o avanço das forças produtivas no setor produtivo, cresceu de tal forma que o trabalho humano (vivo), não possibilita as taxas de lucro que historicamente o modo de produção capitalista obtinha no ramo produtivo, as taxas de crescimento não mais alcançaram os níveis de outrora, o desemprego passou a ser uma realidade ininterrupta. Nas palavras desse autor, a crise estrutural é marcada por um Continuum depressivo. No que concerne ao desemprego crônico sob a crise estrutural, o autor avalia que

[...] o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica que adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. [...] o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis (MÉSZÁROS, 2011, p 69).

O setor financeiro apresentou-se como uma saída para a fuga do capital do setor industrial e a possibilidade de novos lucros, muito embora esse novo setor não possa se sustentar por muito mais tempo, uma vez que a lei geral da acumulação capitalista discutida por Marx (2014) em “O capital” aponta para que a acumulação capitalista só possa vir do emprego da força de trabalho humana. Quanto maior for o número de trabalhadores explorados, maior será a extração de mais-valia e a acumulação do capital. O setor financeiro se sustenta a base das taxas de juros pelo empréstimo do capital, advindo do setor produtivo. Porém a constante fuga de capitais do setor de produção de mercadorias para a acumulação financeira, tende a impor limites a esse processo.

Outro setor que ganha grande destaque nesse momento de crise estrutural é o setor de serviços e o setor informal, ambos em grande medida não estão atrelados à produção, mas sim ao comércio, que está em grande medida refém do bom funcionamento do setor produtivo industrial. Tanto o setor de serviços como o setor informal, são considerados fundamentais para a manutenção do modo de produção capitalista na atualidade, uma vez que além de realizarem o ciclo do capital, mantém ocupada boa parcela da população mundial e controla os níveis elevados do exército industrial de reserva.

Sob a crise estrutural a instabilidade, a insegurança, a perda de direitos, tornam-se máximas constantes da sociedade atual. Como afirma Mészáros (2011) o sistema do capital por não ter limites para sua expansão, acaba se mostrando incontrolável e profundamente destrutivo, por sua vez, tende a aprofundar a pauperização. A partir do uso da força de trabalho em regime; parcial, temporário, informal, domiciliar e pela exploração, sobretudo, da força de trabalho feminina e infantil, que acabam promovendo o processo de expulsão dos jovens em idade adulta e dos “velhos”, aqueles com mais de 40 anos, do mercado de trabalho.

Harvey finaliza o capítulo sobre o ajuste espacial afirmando que para Marx “não há “ajuste espacial” a longo prazo para as contradições internas do capitalismo” (2005, 122). Assim outros processos devem auxiliar na acumulação continuada, tais processos podem ser observados no crescimento populacional e na expansão do exército industrial de reservas, esse último processo, pode ser obtido pela exploração da força de trabalho latente, constituída por mulheres e crianças ou pela incorporação de novas máquinas que dispensem trabalho vivo, aumentando assim o quantitativo de trabalhadores desempregados, e o rebaixamento da força de trabalho. Esse processo é visto neste

estudo, ao mesmo tempo como fundamental à acumulação capitalista, mas também denunciativo dos limites absolutos desse modo de produção.

A relação entre espaço e capitalismo é objeto de análise de Lefebvre (2006), no livro ‘A produção do espaço’, cuja tese central afirma que;

O modo de produção capitalista organiza, produz, ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia deixar de considerar o que rege sobre ele. (LEFEVBRE, 2006, p 14).

A luz da afirmativa anterior é possível perceber que o modo de produção capitalista, não só subjuga as relações sociais e o espaço, como também percebe a influência deste na constituição das relações.

O espaço aparece como produto do capitalismo. Ele cria, recria e organiza-o de acordo com seus interesses. Sua expansão sempre crescente é a própria condição de sobrevivência do capitalismo. Muito embora os limites dessa expansão não sejam discutidos por Lefebvre (1973), quer dizer, sua finitude, para esse autor, o espaço tem contribuído para a sobrevivência do capitalismo.

[...] o capitalismo conseguiu atenuar (sem resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao capital. Qual o preço disso? Não há números que exprimam. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço (LEFEVBRE, 1973, p 21).

Carlos (2011) corrobora com Lefebvre chamando atenção para que a produção do espaço no modo de produção capitalista é:

Uma das formas de superação da crise de acumulação do capital [...] é a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral expandindo-se rumo à direção do que Marx denominou mercado mundial (CARLOS, 2011, p 103).

Segundo a aceção anterior o reinvestimento de capital em novos lugares, portanto a expansão geográfica é uma das formas mais eficientes de expansão do capital, uma vez que em novos mercados, este possui um grande leque de possibilidades a explorar. Um exemplo deste processo foi o que ocorreu no continente Africano, no

qual o capital pôde se valer, de grande população a ser explorada, um novo mercado consumidor de seus produtos, e grande quantidade de reservas naturais a ser utilizada.

O modo de produção capitalista para ser bem sucedido, precisa se organizar em escala mundial, circular, em escala mundial e assim universalizar-se (SMITH 1984). Decorre daí as acepções de que a produção do espaço e expansão geográfica, ou o ajuste espacial e a expansão do domínio do trabalho assalariado são essenciais à acumulação capitalista e a perpetuação desse sistema, uma vez que a expansão geográfica põe o espaço em escala global a serviço do capital. Nesse aspecto, Smith (1984), destaca a atualidade do pensamento de Marx, que, já no século XVIII, mostrava a expansão colonial como mecanismo da expansão desse modo de produção:

[...] as colônias desempenhavam uma função especial para o capital. Através das relações de comércio exterior e a expansão geográfica e econômica, as contradições no âmago do capital podem, em maior ou menor medida, ser deslocadas em direção à periferia do sistema, e os limites do capital poderiam ser ampliados (SMITH, 1994, p 144).

Deste modo, os países periféricos apresentam-se como essenciais por garantir amplo mercado consumidor de mercadorias com maior valor agregado, das quais a lucratividade retorna para os países de origem. As periferias apresentam-se também como lócus de extração de reservas naturais necessárias ao bom funcionamento do sistema, e lugar no qual as principais mazelas inerentes ao modo de produção capitalista podem ser destinadas. Assim o desenvolvimento e a riqueza dos países exploradores ocorrem de forma simultânea ao subdesenvolvimento e pauperização das periferias do sistema.

O capital enfrenta de tempos em tempos o problema da sobreacumulação, caracterizada pelo excedente de capital e por vezes de trabalho sem perspectiva de aplicação em investimentos rentáveis. A fuga do capital do setor produtivo, para o setor financeiro (instável e arrisco) parece ameaçar a acumulação ampliada do capital, que tem como base a exploração do trabalho. Assim uma “nova” forma de acumulação primitiva, denominada por Harvey (2003) como acumulação por espoliação, busca a partir de processos antigos como a mercantilização e privatização de terras públicas, da expulsão forçada de camponeses, povos indígenas e quilombolas, do uso de força de trabalho escrava, e infantil, transformar tudo e todos em mercadorias rentáveis ao capital. Desta forma a acumulação por espoliação busca manter o “bom” funcionamento do capital (a acumulação em níveis elevados) à custa do processo de mercantilização

ainda maior da natureza e de relações de produção não-capitalistas, que permite o crescimento da acumulação da riqueza num polo, e o crescimento da pobreza da população no polo oposto.

Novas formas de acumulação por espoliação foram desenvolvidas, esta se dá por meio da dívida pública dos Estados e do sistema de crédito que submete grande parte da sociedade a uma espécie de servidão por dívida (HARVEY, 2003).

Cabe destacar, no entanto, que o processo que dá sustentação a acumulação por espoliação, são as privatizações de empresas públicas, universidades, centros de pesquisa e de bens essenciais como a água. Tais privatizações realizadas pelo Estado neoliberal solucionam o problema do capital excedente e de garantia de investimentos rentáveis.

Na acumulação primitiva, tal como na acumulação por espoliação o Estado se apresenta como um agente fundamental na legitimação da fraude, do roubo e da precariedade a que é exposta a população. No que concerne às diferenças fundamentais entre a acumulação primitiva ou originária e a acumulação por espoliação, entendemos que a primeira se constituiu como as bases que possibilitou o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com a instituição da propriedade privada, a alienação da relação homem-natureza, a criação do exército de reserva, por exemplo. Já a acumulação por espoliação, busca a superação das crises de sobreacumulação vivenciadas pelo MPC, marcada pela impossibilidade de crescimento do setor produtivo, e busca de outras modalidades rentáveis de acumulação.

A onda de privatização por parte do Estado neoliberal, dos serviços e bens essenciais, de que necessita a população, tem provocado um surto de empobrecimento e expansão de formas de exploração do trabalho, que figuram as bases da acumulação por despossessão, caracterizada pela redução e perda de direitos.

Segundo Harvey (2011), a acumulação por despossessão visa à superação das recentes crises do MPC, pela despossessão dos direitos, que vão desde a habitação até a previdência, tais perdas de direitos acabam reduzindo os padrões de vida da população e os colocando em situações de dificuldades de reprodução social.

No item que se segue formulamos uma análise sobre a forma desigual de apropriação do espaço no modo de produção capitalista, desde a acumulação originária, com base na separação homem-natureza por meio da expropriação dos meios de produção, à produção da pobreza em primeira instância e da constituição da força de trabalho humana como mercadoria.

1.2- A relação homem-natureza no capitalismo e a apropriação desigual do espaço social

A apropriação e expansão do espaço pelo capitalismo respondem à busca de áreas de acumulação. Nelas, a natureza se converte em recursos naturais e o homem em trabalhador e produtor de trabalho excedente ou mais-valia. A materialidade do espaço produzido, reflete as diferenças de classes. A apropriação é desigual porque corresponde a realidade de cada uma das classes que o ocupa.

Sendo o espaço um produto das relações sociais determinadas pelas condições materiais e objetivas dadas pelo modo de produção ao qual está subjugada a sociedade e reconhecendo-se que é por meio do trabalho (relação homem-natureza) que o homem se produz, produzindo o espaço, reconhece-se a produção geográfica desigual do espaço e a concomitante desigualdade no processo de apropriação do espaço pelos homens. Sobre esse aspecto, Lefebvre (2010), ao analisar o conceito de produção, atribui a este um duplo sentido, um de caráter abstrato, subjetivo, em seu sentido *latu sensu* como produção do humano, enquanto ser genérico e produção no sentido *stricto sensu* como produção no sentido material de objetos. O conceito de produção, assim, possui relação direta com a categoria trabalho, que também possui dupla dimensão, é fonte criadora do homem como sujeito social e fonte criadora de objetos materiais. Também Godoy (2008) contribui com essa análise ao afirmar que,

Embora o conceito de ‘produção’ encontre-se além da materialidade, a categoria central que o fundamenta é, sem dúvida, a categoria Trabalho. Na concepção de Marx, o conceito de Trabalho pode ser entendido como aquele ligado a atividade teleológica de transformação da natureza e como síntese inseparável da natureza objetiva, circundante, e a natureza subjetiva do homem. O trabalho constitui o “princípio gerador” do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas de constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. O conceito apresenta dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, estes trazem o momento da objetividade de sua produção (2008, p 126).

Godoy (2008) é assertiva quando problematiza a preocupação de Lefebvre sobre a relação entre produção e trabalho, chamando a centralidade do trabalho para à cena das relações de produção no capitalismo. Para ela:

Embora o conceito de produção implique necessariamente em realização efetiva de trabalho, este se apresenta muito mais decisivo para a fundamentação da concepção sobre a ‘produção do espaço’, do que o próprio conceito de produção. A categoria Trabalho, na visão de Lefebvre, estabelece, em princípio, uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e as relações espaço/sociedade (2008, p 126).

O trabalho aparece nesse estudo como categoria central da reprodução do homem enquanto ser social, Assim, sendo a Geografia uma ciência social, preocupada com a construção do espaço pelas relações sociais de produção, compreendemos que é pelo trabalho que este é (re)construído. Compreendemos também que é pelo trabalho que o homem satisfaz suas necessidades, modifica a natureza e a si mesmo, o trabalho é por tanto, ação necessária à sobrevivência humana, e é na relação do homem com a natureza por meio do trabalho que o espaço geográfico se produz e se reproduz. Deste modo para Marx:

O trabalho é em primeiro lugar um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla sua própria ação [...] e ao mesmo tempo em que age sobre a natureza exterior a ele e a transforma, transforma também sua própria natureza (1987 p 202).

Também Oliveira (2014), corrobora com a análise de trabalho como categoria central a vida humana, ao afirmar que

O trabalho é categoria fundante do mundo dos homens ao atender simultaneamente as necessidades de toda sociabilidade: produção e reprodução da subsistência sem a qual nenhum ser humano sobreviveria, e na medida em que os homens, ao transformarem esse mundo natural, transformam a sua natureza social, esta transformação se processa objetivamente e subjetivamente (OLIVEIRA, 2014 p 185).

Silva (2016) contribui também com a mesma análise ao afirmar que “se é através da mediação do trabalho com a natureza que a unidade entre sociedade e natureza se materializa – com seus versos e reversos – então torna-se viável afirmar que o trabalho na sua dimensão concreta é indispensável a reprodução humana [...]” (idem, p 38).

O homem como parte da natureza retira desta as condições para sua sobrevivência, contudo, a natureza não lhe fornece tudo que precisa em quantidade e na qualidade necessária, assim o homem desenvolve por meio do trabalho a construção de

ferramentas e meios capazes de transformar essa primeira natureza numa segunda, capaz de atender seus interesses de reprodução social. Como aponta Silva (2016)

É a necessidade de assegurar a vida humana que ampara, ininterruptamente, o processo normal de apropriação e transformação da natureza pela ação do homem, já que ela não oferece em uma abrangência quantitativa e qualitativa os bens condizentes ao desenvolvimento humano, a natureza é alterada a fim de produzir os objetos de produção para suprir suas carências (p 36).

Essa forma de apropriação da natureza se dá por meio do trabalho, uma vez que é por meio do trabalho que o homem transforma a natureza de forma a atender suas necessidades e interesses. Desta forma o trabalho em sua dimensão ontológica apresenta-se essencial a reprodução do homem enquanto ser social.

Ao construir por meio do trabalho valores de uso que permitam a reprodução humana, o homem naturaliza-se, e ao atribuir a natureza a dimensão da segunda natureza parte da história do homem em sociedade, a natureza ganha atributos históricos. Assim, por meio do trabalho se dá o processo de naturalização do homem e de humanização da natureza. À medida que a natureza primeira é alterada e transformada numa segunda natureza por meio do trabalho humano, esta passa a se inserir na história dos homens. Transformando-se numa natureza imbuída de história.

O homem está intrinsecamente ligado à natureza satisfazendo suas necessidades através do trabalho concreto, que cria valores de uso e permitem a sobrevivência humana. Assim, a construção de abrigos, de ferramentas de caça e coleta de alimentos, a confecção de armas para proteção contra animais e inimigos, a invenção da agricultura, a domesticação de animais, a domínio do fogo, os represamentos e a criação de canais de irrigação, dentre outros, foram fruto do trabalho humano, a fim de facilitar sua reprodução social.

É possível identificar nas obras de Marx (1987) que o trabalho se apresenta como uma atividade própria do ser humano seja ele material, intelectual ou artístico. O homem é também o único capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando essa atividade caracteristicamente humana. Para Marx,

O trabalho concreto, criador de valores de uso, como trabalho útil é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – necessidade natural e eterna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza e, portanto de manter a vida humana (1987, p 50).

Historicamente o homem se relaciona com a natureza por meio do trabalho, contudo, no modo de produção capitalista, a apropriação da natureza e dos meios de produção por parte de alguns, obriga a submissão do homem pelo homem por meio da venda da força de trabalho. A apropriação por uns, faz os demais alienarem-se do processo de produção e distanciarem-se cada vez mais da natureza fonte de reprodução social. O afastamento do homem em relação à natureza é condição necessária da acumulação no modo de produção capitalista, já que o homem fica obrigado a vender a única mercadoria que lhe pertence, sua força de trabalho.

O rompimento da relação orgânica do homem com a natureza pelo capitalismo é condição de manutenção da alienação do trabalhador em relação ao próprio homem, e como das condições de sustentação da produção da natureza e da relação contraditória capital/trabalho que transforma e produz desigualmente o espaço geográfico. (SILVA, 2016, p 46).

O modo de produção capitalista subverte a relação do homem com a natureza numa relação estranhada e alienada, na qual o homem não reconhece o fruto do seu trabalho como seu. É necessário que se compreenda que a alienação não é uma dimensão essencial do homem, mas sim um fenômeno criado, a partir das relações sociais de produção capitalista, estabelecidas no decorrer do seu processo histórico. Segundo Diniz (1999), o processo de alienação é resultado de produções históricas como a propriedade privada, a divisão social do trabalho, a generalização das trocas mercantis, dentre outros. Segundo esta autora; “Expressavam um conjunto de determinações históricas, produzidas socialmente que resultavam naquele “estranhamento”, naquela alienação do sujeito diante do processo e dos produtos de suas objetivações” (DINIZ, 1999 p 18).

A fase atual do modo de produção capitalista, busca novas formas de produzir e gerir o trabalho em duas direções; pela redução quantitativa de emprego formal e pela alteração qualitativa das formas de trabalho, por meio da terceirização, precarização, e como denomina Antunes (2006) hifenização das formas de trabalho.

Assim no capitalismo contemporâneo amplia-se o uso de uma força de trabalho desqualificada, o trabalho autônomo, o trabalho doméstico, o trabalho infantil, o trabalho clandestino e as múltiplas expressões de serviços precarizados.

No livro “O que é dialética” Leandro Konder (2008) esclarece as reflexões idealistas de Hegel e materialistas de Marx sobre a categoria trabalho, segundo o referido autor, Hegel concebe o trabalho como mola que impulsiona o desenvolvimento humano, assim o homem transforma ativamente a realidade, mas tem seu ritmo imposto por sua realidade objetiva. Segundo Konder (2008, p 24) para Hegel “foi com o trabalho que o ser humano “desgrudou” um pouco da natureza e pôde, pela primeira vez, contrapor-se como sujeito ao mundo dos objetos naturais”.

Marx por sua vez, mostra como o trabalho passa de atividade recriadora do homem para seu carrasco, um objeto de tortura. Segundo Konder (2008), Marx mostra que esse processo se inicia com a divisão social do trabalho, com a apropriação dos meios de produção e no aparecimento das classes sociais. Uma vez que para Marx pelas condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada iniciou-se o estranhamento entre o trabalho e o trabalhador. Assim para Marx na sociedade capitalista o trabalho em vez de realizar o homem, aliena-o.

O trabalho humano é a única fonte criadora de lucro, apenas por meio da compra da força de trabalho, enquanto mercadoria é possível gerar mais-valia na produção das mercadorias. Desta forma o trabalhador trona-se no modo de produção capitalista também uma mercadoria, o que leva Silva (2016) a afirmar que:

O trabalhador é guiado para a produção de mais-valia a serviço da acumulação do capital. Assim, quanto mais valores cria mais sem prestígio, infelicidade, exaurido e irrealizado se torna; a riqueza do capital sustenta, contraditoriamente, no empobrecimento do trabalhador que se torna “inferior” ao fazer “superiores” os representantes do sistema do capital (Ibid, p 43).

O esforço até aqui empreendido foi no sentido de mostrar a relação do homem com a natureza como uma necessidade de existência do ser humano enquanto espécie, dada as limitações da natureza, o trabalho aparece como fundamental para sua reprodução enquanto um ser social que vive coletivamente e que escreve sua história. Entretanto, no modo de produção capitalista, através da propriedade privada que separa possuidores e não possuidores da “natureza” e dos meios de produção, homem e natureza aparecem separados. A força de trabalho humana é, dessa maneira, vista como disponível para o mercado, alguns homens possuindo apenas a propriedade de sua força de trabalho, veem-se obrigados a vendê-la para reproduzir-se socialmente. Nesse processo, o homem é alienado de sua própria produção e não mais reconhece-o como

produtor de coisas, que deveria lhe pertencer. A riqueza produzida por estes é apropriada por outros e à grande parte da população trabalhadora resta subjugar-se a fim de sobreviver.

É no debate sobre trabalho que compreendemos que sob o capitalismo a relação homem-natureza foi alterada. Uma vez que a relação do homem com a natureza deixa de ser em essência uma relação de realização da vida, para se transformar em uma relação estranhada, e mediada pelo dinheiro, o homem não reconhece o resultado do seu trabalho como seu. Não se percebe na relação com a natureza, não se percebe na produção e reprodução do espaço. O capital passa a ser a relação de mediação, na troca da mercadoria força de trabalho, pela mercadoria dinheiro, que lhes permite a troca por outras mercadorias que possibilitam sua reprodução enquanto ser humano e enquanto ser social.

Nesta alienação e apropriação da riqueza produzida socialmente se produz ao mesmo tempo em que a pobreza e a desigualdade, expressões da “questão social” que tomaremos à frente. Nesse processo dialético de produção da riqueza e produção da pobreza é que se dá a produção de diferentes espaços, apropriados por diferentes classes sociais.

O trabalho assume função distinta deixando de ser o metabolismo entre homem e natureza, passa a servir à valorização do capital, torna-se trabalho abstrato a partir da extração da mais-valia.

Essa é a relação capital-trabalho no sistema sociometabólico do capital na contemporaneidade. Somente a sua compreensão ou a compreensão da lei geral de acumulação permite identificar a desigualdade de classes e a indissociabilidade entre a produção da riqueza de uns e da pobreza dos produtores de mercadorias. É no espaço produzido que a materialidade da pobreza se expressa. De um lado vivem as camadas pobres, que vendem sua força de trabalho, no outro, os possuidores dos meios de produção. O que explica essa desigualdade na apropriação do espaço produzido é a lei geral da acumulação capitalista. É a partir dela que discutiremos a produção da pobreza.

1.3- Da lei geral da acumulação capitalista, à centralidade da pauperização e do trabalho infantil

Ao apresentar a lei geral da acumulação capitalista, Marx (2014) anuncia que a acumulação do capital só é possível quando há a separação entre o homem e os meios de produção. A partir dessa dissociação é possível obter-se o resultado da exploração da mais-valia produzida pela classe trabalhadora.

Para chegar até esta afirmativa, Marx (2014), em sua obra *O Capital*, Livro 1 volume 2, demonstra a partir dos conceitos de capital constante e capital variável⁴ como os capitalistas se valem deste último para extração do trabalho não pago, por tanto da mais-valia. Segundo as proposições de Marx (2014) a acumulação do capital só pode se dá por meio da exploração da força de trabalho, uma vez que o trabalho é a única fonte criadora de valor, segundo essa acepção os meios de produção e, portanto, as máquinas, apenas transferem valor à mercadoria, ao mesmo tempo, somente o trabalho humano vivo gera valor. Destas concepções propostas por Marx, compreendemos que a expansão da acumulação do capital só pode se dá pelo processo de ampliação da exploração do trabalho da classe trabalhadora, uma vez que o capital expropriado da classe trabalhadora só pode crescer com nova exploração de trabalho.

Marx (2014) ao dissertar sobre as formas de exploração do capital variável para acumulação capitalista, afirma que,

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva de trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensivo ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. [...] ele compra mais força de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela de jovens ou crianças (2014, p 747).

Da extração da mais-valia resulta a apropriação por uma classe, da riqueza produzida pela classe que vive do trabalho ou classe trabalhadora. Esse processo expõe a acumulação capitalista como condição e causa do crescimento da pobreza da classe

⁴ Para Marx (2014) o preço da mercadoria é determinado por dois condicionantes o capital constante e capital variável, o primeiro é determinado pela soma dos meios de produção e do segundo constituído do valor da força de trabalho.

que vive do trabalho, ainda que desempregada, uma vez que os salários da grande maioria da classe trabalhadora, devem apenas manter sua sobrevivência e reprodução, mantendo seus corpos e mentes tão cansados a ponto de não lhes oferecer tempo para o questionamento das condições impostas. Para Marx (2014) a acumulação do capital e a riqueza dos capitalistas se perpetuam pelas condições de precariedade da classe trabalhadora, pois:

Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precárias, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 2014, p 756).

A apropriação da riqueza por uma classe, a que detém os meios de produção, garante a esta o controle do trabalho. Esse controle só foi possível pela separação do homem em relação aos meios de produção. Os homens, expropriados ficaram à mercê dos capitalistas que o subjugam como mercadorias úteis. Esse processo garantiu a formação do exército industrial de reserva e da superpopulação relativa em suas fases flutuante, latente ou estagnada, que têm como função pressionar a classe trabalhadora e manter os níveis de submissão, exploração e os baixos salários que garantem a acumulação capitalista: “quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*” (Grifos do autor, MARX, 2014, p 756). A citação anterior reforça e sintetiza a compreensão da exploração a que está submetida à classe trabalhadora e a pobreza como condições de perpetuação da acumulação capitalista.

O processo de acumulação capitalista é segundo as acepções de Marx (2014) acompanhado pelo processo de degradação da classe trabalhadora. A produção da riqueza é condição da produção da pobreza e vice-versa, “Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentado, ou escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído da classe cujo produto vira capital” (MARX, 2014, p 757).

Esse quadro nos dá a dimensão de que a pobreza não pode ser vista por nós como um produto natural, mas como um resultado das relações sociais, estabelecidas pelo modo de produção que rege a sociedade.

Para o marxismo, a pobreza é produzida pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, sendo, portanto, a pobreza consequência da acumulação capitalista.

Campos (2011, p 51) chama atenção para que “[...] a pobreza não é um fenômeno natural inerente à existência da totalidade ou de uma parcela da humanidade em um determinado tempo e lugar; ao contrário, a pobreza é produzida e reproduzida socialmente”.

A pobreza é o resultado da distribuição de recursos na sociedade, podendo ser fruto da desigualdade na distribuição (CAMPOS, 2011). No caso do Brasil, o principal entrave é a distribuição da renda e da produção, uma vez que a riqueza produzida no país está concentrada nas mãos de poucas famílias enquanto a maioria da população, que produz a riqueza se encontra nas camadas mais baixas da sociedade. Para Campos (2011, p 67)

[...] a desigualdade na distribuição de renda é apenas a “ponta do *iceberg*”, é o que é mais visível, uma vez que nas sociedades capitalistas as relações de consumo são mediadas pela mercadoria dinheiro. Todavia uma análise mais aprofundada das causas da desigualdade de renda revela que ela é uma consequência da concentração das riquezas (das terras, fábricas, bancos, imóveis urbanos e rurais, títulos públicos e assim por diante) nas mãos de uma parcela muito pequena da população.

De acordo com Silva (2010) e nós concordamos com sua linha de pensamento, a explicação da pobreza deve partir de uma análise estrutural, assim.

[...] a pobreza, tal como conhecemos na contemporaneidade, é inerente ao sistema de produção capitalista, enquanto exploração decorrente do processo gerador de mais valia e da repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais (idem, p 4).

Piana (2009) por sua vez identifica aquilo já explicado por Marx, que

O fundamento das desigualdades sociais está alicerçado na forma de produção da riqueza que, na sociedade capitalista, se sustenta sobre a propriedade privada dos meios de produção e nas contradições de classe (PIANA, 2009, p 40).

O discurso de que a pobreza persiste no mundo em função da falta de recurso suficiente para a população não se sustenta, pois na história da humanidade nunca se produziu tanta mercadoria, no entanto milhares de pessoas ainda morrem de fome, sede,

frio e outras mazelas que assolam a população mais pobre da sociedade. Segundo Campos (2011), na história do modo de produção capitalista

[...] o avanço das forças produtivas que possibilita a geração de maior excedente econômico e, por conseguinte a redução da escassez, não se traduz em bem-estar para o conjunto da população. Tanto que na América Latina, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, a urbanização e a industrialização promoveram elevação da capacidade produtiva, resultando em aumentos do Produto Interno Bruto – PIB e da renda *per capita*, mas isso não promoveu a eliminação da pobreza, ao contrário intensificou-a e engendrou novas formas (CAMPOS, 2011, p 52).

A literatura das ciências sociais como é o caso do Serviço Social, coloca a discussão sobre pobreza como umas das principais expressões da “questão social”, esta é entendida como um conceito que aglutina um conjunto de expressões da desigualdade existente a partir do modo de produção capitalista. Expressões como o desemprego, a pobreza, a violência urbana, a miséria, o trabalho infabtil, entre outras, que denotam a desigualdade na sociedade atual e se apresentam como condição *sine qua non* da acumulação capitalista.

Netto (2001) apresenta-nos um panorama do surgimento do conceito de “questão social” a partir da terceira década do século XIX, com a generalização do fenômeno da pobreza na Europa. Após a população camponesa ser expropriada das terras onde vivia no campo, a venda de sua força de trabalho nas cidades aparece como a única opção de reprodução desta, contudo os salários pagos a esses trabalhadores eram extremamente baixos, sendo criadas, inclusive, diversas leis que puniam as empresas que pagassem acima de determinado valor.

A baixa remuneração obrigava mulheres e crianças a se inserirem nos postos de trabalho, a fim de ajudarem no sustento familiar. Sobre a inserção de mulheres e crianças no trabalho, Santos (2012) afirma que

Era comum o emprego de mulheres e crianças nas fábricas. No caso inglês, mais da metade dos trabalhadores dos engenhos de algodão entre 1834 e 1847 era de mulheres e crianças também do sexo feminino [...] Essa questão tinham uma explicação: além de oferecerem menos resistência à disciplina própria dos novos processos de trabalho, mulheres e crianças eram úteis também as necessidades crescentes de superexploração da força de trabalho, como *forma de superar as pequenas crises que resultavam na queda da taxa de lucro* (p 36, grifos da autora).

A situação de pobreza a que estavam submetidas às famílias, aparece como a condição responsável pela entrada, já naquela época, de mulheres e crianças no mercado de trabalho.

Netto (2001) é bastante elucidativo ao situar que a generalização da pobreza naqueles anos, não condizia com o avanço das forças produtivas que já naquele momento, proporcionava uma produção de bens como nunca antes se havia produzido.

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelou capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetiva tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p 42-43 grifo do autor).

A denominada “questão social” tem como base a lei geral da acumulação capitalista. O avanço das forças produtivas e a incorporação das novas tecnologias permite a redução das horas de trabalho que o trabalhador precisa para pagar o próprio salário, o que significa mais horas de trabalho expropriadas pelo capitalista, portanto mais-valia e lucro para este. Como afirma Siqueira (2013, p 165) “a população trabalhadora ao produzir a acumulação do capital, produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela uma população supérflua, que por sua vez é fundamental para a acumulação capitalista”.

A redução de gastos com capital variável no quadro do desemprego estrutural produziu uma repulsão muito maior que atração de novos trabalhadores. O exército industrial de reservas cresce de tal maneira que se dissemina ainda mais a pauperização absoluta da população. O desemprego cresceu de tal modo que expressões como a pobreza se agravaram na sociedade como um todo. Duarte (2017) confirma a importância do exército industrial de reserva ao explanar que:

A existência do exército industrial de reserva é fundamental ao capitalismo a medida que impulsiona a concorrência entre os trabalhadores e permite aos capitalistas pressionarem para baixo o salário da parcela ocupada da população devido às pressões da parte excedente, submetendo-a a elevação da taxa de exploração dos trabalhadores (DUARTE, 2017, p 48).

A luz de Siqueira (2013) a força de trabalho é a única mercadoria da maior parte da população, logo o desemprego apresenta-se como um agravante da situação de pobreza desta, uma vez que o trabalhador sem emprego corresponde ao trabalhador sem salário, ou seja, sem fonte de renda, o que o faz mergulhar no processo de pauperização. A pauperização se divide em absoluta e relativa. A primeira é caracterizada pela expulsão e/ou exclusão do mercado de trabalho, o que lhe impede de obter os próprios meios de sustento. Já a pauperização relativa denota o distanciamento entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela apropriada por este. Assim, mesmo o país mais desenvolvido no qual o desemprego não perturbe a classe trabalhadora, promovendo a pauperização absoluta, a riqueza produzida socialmente não é distribuída de forma equivalente, resultando no processo ininterrupto da pauperização relativa. Como ressalta Siqueira (2013)

No capitalismo quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação de capital, e maior pobreza (absoluta ou relativa) (...) quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capitalista). Assim não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos), que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (p 183).

A “questão social” e suas expressões decorrentes da lei geral da acumulação, de um lado acumulam e concentram a riqueza e do lado oposto produz as expressões da “questão social” de forma generalizada, sobretudo nos países periféricos como é o caso do Brasil.

O que se designa por “questão social” não é a desigualdade e a pobreza indistintamente, mas sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista, (SANTOS, 2012). Quer-se dizer que a pobreza já existia antes ao surgimento do modo de produção capitalista, contudo “[...] a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre as classes. Mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas” (ibidem, p 29). Já no modo de produção capitalista a pobreza é resultado direto da produção da riqueza, e da apropriação desta, pelos capitalistas. Também Siqueira (2013), pensa a produção da pobreza dentro do modo de produção vigente, percebendo que

A pobreza não é um resquício de sociedades pré-capitalista, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento. Ela é *um produto necessário ao MPC*. O capitalismo, como sistema social de produção de valores, tem como resultado seu próprio desenvolvimento a acumulação de capital por um lado, e a pauperização absoluta e relativa por outro. (SIQUEIRA, 2013, p 164 grifo da autora).

Logo sob o capitalismo, quanto maior a produção de riqueza e a acumulação desta, maior a pauperização da classe trabalhadora. Como afirma Duarte (2017, p 49) “É dinâmica inerente ao capitalismo e sua contradição fundamental: a produção de riqueza sob a forma de capital na mesma proporção que produz pobreza e desigualdade”.

Nesse modo de produção, a pobreza não é transitória, mas estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. Destarte, o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente as expressões da “questão social”, estas expressões são multiplicadas ao longo do seu desenvolvimento. Logo, o fenômeno da pauperização se alastra na mesma proporção que se amplia a produção social da riqueza, que denota que a “questão social” e suas expressões não podem ser solucionadas enquanto persistir o modo de produção capitalista.

Encontrar referências que liga o avanço do modo de produção capitalista à expansão do número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é uma tarefa fácil, uma vez que o modo de produção vigente aprofundou e agudizou as desigualdades e a pobreza no mundo e no Brasil.

O capítulo seguinte busca mostrar os momentos mais relevantes do processo de exploração do trabalho infantil na história do capitalismo. Partindo da concepção de infância, do uso da força de trabalho infantil em outros modos de produção, para explicar como e por que no modo de produção capitalista esta força de trabalho foi inserida, e quais os rebatimentos para a sociedade. Também serão abordadas, as lutas da classe trabalhadora por legislações que protejam estes sujeitos, bem como as políticas públicas criadas pelo Estado brasileiro para o combate ao trabalho infantil.

CAPÍTULO 02- A ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CAPITALISMO

A acumulação capitalista e a produção da riqueza resultam na disseminação da desigualdade, da pobreza e da miséria por todo o mundo, e, sobretudo nos países fora do centro capitalista. A pobreza generalizada obriga a criação de políticas públicas de caráter social, a fim de impedir a convulsão da sociedade pauperizada e a digladição entre as classes sociais. Contudo, essas políticas não são capazes de solucionar o problema ao qual informam intencionalidade em erradicar, ao contrário, se observa a multiplicação por toda parte, de crianças e adolescentes pagando com o doloroso fardo do trabalho precoce.

2.1 Desenvolvimento capitalista e trabalho de crianças e adolescentes

[...] milhares de braços tornaram-se de súbito necessários. [...] Procuravam-se principalmente pelos pequenos e ágeis. [...] Muitos, milhares desses pequenos seres infelizes, de sete a treze ou quatorze anos foram despachados para o norte. O costume era o mestre (o ladrão de crianças) vesti-los, alimentá-los e alojá-los na casa de aprendizes junto a fábrica. Foram designados supervisores para lhes vigiar o trabalho. Era interesse destes feitores de escravos fazerem as crianças trabalhar o máximo possível, pois sua remuneração era proporcional à quantidade de trabalho que deles podiam extrair. (...) Os lucros dos fabricantes eram enormes, mais isso apenas aguçava-lhes a voracidade lupina. Começaram então a prática do trabalho noturno, revezando, sem solução de continuidade, a turma do dia pelo da noite o grupo diurno ia se estender nas camas ainda quentes que o grupo noturno ainda acabara de deixar, e vice e versa. Todo mundo diz em Lancashire, que as camas nunca esfriam. (MARX 1988, p 875-876).

A citação introdutória de Marx revela a busca pela força de trabalho de crianças e adolescentes nas nascentes indústrias da Inglaterra, onde esses pequenos meninos e meninas eram vislumbrados como necessários à extração da mais-valia absoluta. A realidade vivenciada por grande parte das crianças e adolescentes, desde o século XVIII até parte do século XX, era de jornadas de trabalho às vezes superiores a 12 horas

diárias, trabalho noturno como uma prática comum, ambientes de trabalho insalubres e acidentes de trabalho constantes. A pobreza a qual estavam submetidas era tamanha, e os obrigavam a aceitar toda forma de exploração.

A prática laboral realizada por crianças e adolescentes é um fenômeno que existe há séculos, no entanto no modo de produção capitalista é intensificada e ressignificada para atender as necessidades de obtenção do lucro.

Aqui vale primeiro destacar que a concepção de infância não existia até por volta do século XV e XVI, quando os pequenos sujeitos desta pesquisa, passaram a ser vistos sob uma nova ótica. Os sujeitos que hoje definimos como crianças e adolescentes eram vistos como adultos em miniatura durante o período medieval e sob o modo de produção feudal. Assim não existia nenhuma diferenciação entre esses e os adultos, logo que desgrudavam do seio materno eram inseridos na sociedade adulta e logo, no trabalho, visto como uma obrigação de todos. “[...] a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos” (ARIÈS, 1978, p. 3).

Ainda segundo Ariès (1978), era muito comum que as crianças fossem separadas dos pais, com os quais viviam enquanto pequenos. Nesta fase, chamada pelo autor como período da paparicação, eram vistos como seres engraçados, semelhantes a um animalzinho, pequeno e brincalhão, passada esta fase, eram enviados para o convívio com outros,

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não era portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos à educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las (ARIÈS, 1978, p 3).

Somente por volta do século XVII que a família foi assumindo seu papel no acompanhamento da educação das crianças e adolescentes, as relações entre pais e filhos ficaram mais sólidas, os pais passaram a se afeiçoar e se importar mais com esses pequenos sujeitos, que passaram de seres permutáveis por filhos insubstituíveis. Também a igreja teve um importante papel na instituição das escolas e no incentivo dos pais para o acompanhamento da educação dos filhos, por motivos, sobretudo de caráter moral.

Neste processo institui-se a preocupação com o período da infância, o aprendizado formal, a escola, a preparação para a vida adulta, diferenciando obrigações das crianças (escolarização, valores cristãos, honra e a preparação para o trabalho) e obrigações dos adultos, em termos gerais mais ou menos como temos atualmente. Contudo, tal como na contemporaneidade, o trabalho para a criança pobre sempre foi uma realidade, colocada como opção à vadiagem, marginalidade, a delinquência e muitas vezes sinônimo de prática educativa.

Desde o modo de produção escravista, as crianças trabalhavam para seus senhores, de modo semelhante, tal fenômeno ocorreu no modo de produção feudal, uma vez que em ambos os casos as famílias se subordinavam aos interesses do senhor de escravos ou do senhor feudal. Os capitalistas e em geral os donos das indústrias observavam nestas experiências passadas, como esses pequenos trabalhadores se constituíam como trabalhadores dóceis, baratos e de fácil adaptação as mais diferentes necessidades impostas. No século XIX, remessas de crianças pobres, órfãs ou abandonadas eram encaminhadas para as indústrias, sob a alegação de lhes serem ensinados um ofício, e que o trabalho poderia modificar sua condição socioeconômica.

Também o Estado, e em específico o Estado europeu, no apogeu dos “30 anos dourados” sob o regime do Estado de Bem-Estar Social foi um agente que permitiu e facilitou a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, como mostra Sergio Lessa em seu livro ‘Capital e Estado de Bem-Estar’. Segundo este autor o Estado Inglês deportou entre 1959 e 1966 centenas de navios lotados crianças e adolescentes, para servir de mão-de-obra barata, semiescrava e escrava em países como Austrália, Canada e Nova Zelândia. Como mostrou Lessa,

Milhares de crianças foram enviadas para as colônias, quase sempre sem autorização ou conhecimento dos pais e, muitas vezes, ainda que os pais não quisessem entregar seus filhos para a custódia do Estado. A escala de migração foi tal, que calcula-se, cerca de 100 milhões de canadenses são descendentes de crianças imigrantes. A estas crianças com regularidade espantosa, era-lhes dito que seus pais tinham morrido e que, agora, eram órfãs. Com regularidade não menos espantosa, isto era falso (2013, p 78).

Essa política social de importação de crianças e adolescentes para o trabalho, “[...] foi alvo de seguidas denúncias de maus tratos, trabalho escravo e abusos sexuais, encaminhada aos órgãos oficiais” (LESSA, 2013, p 82). Ainda segundo Lessa (2013, p 82) diversas denúncias foram publicas em grandes jornais, nos quais se veiculavam que

se tratava de esquemas para fornecer trabalho barato aos fazendeiros canadenses e que o único interesse que importava era trazer crianças pobres para serem exploradas até quase a morte.

Com a emergência da revolução industrial no século XVIII, as famílias que viviam nos feudos foram obrigadas a migrar para as cidades, onde também lá, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes ocorria, seja nas corporações de ofícios, pequenas oficinas que se utilizavam também do trabalho desses sujeitos sob o discurso de estar-lhes ensinando uma profissão, ou nas fábricas principalmente de tecidos, que se aproveitavam da agilidade e baixa remuneração das crianças e do seu tamanho reduzido para fazer reparos em máquinas onde um adulto não conseguiria entrar. Marx salienta segundo Diniz (1999) que já nesta fase do capitalismo, os homens adultos eram substituídos por crianças e mulheres, provocando o desemprego dos primeiros em detrimento da exploração do trabalho dos segundos.

Autores como Huberman⁵ (1981), e Bizerra (2016) mostram que a inserção de crianças e adolescentes no trabalho a partir do modo de produção capitalista é uma necessidade da expansão do mercado no capitalismo concorrencial, uma vez que o período pós Revolução Industrial foi de grande crescimento do comércio que demandou muita produção de mercadorias, nas nascentes indústrias, assim, mulheres e crianças foram inseridas no trabalho nas fábricas de produção têxtil ou em indústrias de aço, como forma de atender as demandas. Anos depois, a problemática da miséria se consolidava na Inglaterra, pela expulsão de homens adultos do trabalho, uma vez que se percebia que o trabalho feminino e infantil era altamente lucrativo e abundante, de forma que o trabalho do homem era dispensável nas fábricas (Huberman, 1981). Na Inglaterra pós Revolução Industrial:

Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-los, como mulheres e crianças, deram-lhes trabalho, enquanto o homem ficava em casa, frequentemente sem ocupação. A princípio, os donos das fábricas compravam o trabalho das crianças pobres dos orfanatos; mais tarde, como o salário do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham em casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e nas minas (HUBERMAN, 1981, p 190).

⁵ Huberman (1981) no livro 'História da riqueza do homem', ao apresentar sua análise sobre a exploração do homem no modo de produção capitalista, mostra o processo de utilização do trabalho infantil nas nascentes indústrias europeias, como forma de apropriação da mais-valia absoluta, e forma de sobrevivência das famílias expulsas do campo e expropriadas dos seus meios de produção.

Ainda para o autor “o trabalhador infantil não era novidade. [...] Mas antes o trabalho das crianças era complemento do trabalho dos pais, agora, passa a ser base do novo sistema” (HUBERMAN, 1981, p 192). A exploração do trabalho infantil contou também com a ajuda e o amparo no Estado, ao criar legislações específicas que permitiam tal prática.

O Estado europeu no período do capitalismo concorrencial, organizava-se de forma a proteger as economias nacionais e a assegurar o crescimento industrial, nesse sentido instituía o fim das corporações artesanais, através do decreto de Lei *Le Chapelier*⁶, instituía também o livre mercado, que colaborava para a expansão da produção. Parte também do Estado, à criação de leis que impunham barreiras às organizações coletivas e sindicais (BIZERRA, 2016).

Partindo do cenário no qual as modernas máquinas do período concorrencial impunham aos trabalhadores ritmos de trabalho que lhes provocava grandes danos físicos, além de se encontrarem submetidos a longas jornadas de trabalho, com o desemprego despontando como uma problemática real, além da miséria e da fome que passam a se constituir como uma problemática vivenciada por grande parte das famílias operárias, a classe trabalhadora industrial passa a se organizar, a fim de reivindicar melhores condições de trabalho, salário e vida. Nesse cenário organiza-se um movimento da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho, pelo descanso semanal e por melhores condições de trabalho, reivindicações essas expressadas através de greves.

Grandes batalhadas foram travadas entre a classe trabalhadora e a burguesia no século XIX. Esse autor mostra a criação de cinco leis referentes ao trabalho entre os anos de 1802 e 1833. Leis que não passaram de “letras mortas”, uma vez que não eram colocadas em prática, ou quando as questões das quais essas versavam iam ao tribunal, o juizado era claramente favorável ao patrão e não escondiam que este deveria ser visto como um homem benevolente que lhes oferecia trabalho e que não deveria ser questionado. No que se refere à inserção de crianças e mulheres no trabalho fabril, Bizerra afirma que,

⁶ A Lei Le Chapelier, foi instituída para beneficiar a burguesia em detrimento da classe trabalhadora, proibia as greves, aniquilava todas as espécies de corporações de cidadãos. E tinha como fundamento a implantação da doutrina do liberalismo econômico.

Constata-se que na Inglaterra a inserção ilegal de crianças e mulheres no espaço produtivo se deu a partir das leis promulgadas pelo Parlamento em 1802, 1819 e 1833; na França em 1813; na Alemanha em 1839 e 1869 e na Itália em 1866. Efetivamente isso resultou em força de trabalho barateada para os capitalistas que agora exploravam intensamente o trabalhador e sua família na busca incessante por lucro, ao ponto de transformar “sangue infantil em capital” (BIZERRA, 2016, p 104).

Para esse autor, a Lei Fabril de 1833, que versava sobre a regulação das jornadas de trabalho foi alvo de intensas batalhas entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. À princípio, no que diz respeito a problemática aqui investigada, esta lei permitia que os burgueses utilizassem adolescentes entre 13 e 18 anos a qualquer hora do dia, por um período que não ultrapassasse 12 horas diárias. O Estado permitia às crianças a partir de 9 anos de idade uma jornada de 8 horas desde que diurnas. No entanto, essa regulamentação do Estado não agradou aos capitalistas que se empenharam em revogar esta lei. Para agradar a classe industrial burguesa o Estado instituiu o prazo de três anos para a adaptação da Lei Fabril de 1833. Ocorre que a referida lei manteve-se fora da prática até 1844, quando as pressões da classe trabalhadora exigiram redução da jornada de trabalho de 12 para 10 horas diárias (BIZERRA, 2016).

As alterações da Lei Fabril em 1844, constitui-se como uma grande vitória para a classe trabalhadora, esta instituía a redução da jornada de trabalho feminina para 12 horas diárias e o trabalho dos menores de 13 anos, para 6 horas e meia ou 7 a depender do local de trabalho. Novas reivindicações da classe trabalhadora exigiam a redução da jornada de trabalho das pessoas jovens entre 13 e 18 anos de idade, de 12 horas para progressivamente 11 e 10 horas de trabalho, a partir dos anos de 1847 e 1848.

Contudo, os capitalistas não aceitaram tranquilamente as reformas instituídas pela Lei Fabril. Segundo o autor “*A Court of Exchequer*, em 1850, atendeu o grito do protesto capitalista ao revogar a lei das 10 horas” (BIZERRA, 2016, p 106). Também os trabalhadores não aceitaram essa derrota, e, a partir de protestos em praças públicas, lutaram para restituir os ganhos da classe trabalhadora. Tendo os conflitos um impasse irreconciliável, o Estado Britânico firmou um acordo entre fabricantes e trabalhadores no qual delimitava-se que:

Para “pessoas jovens e mulheres” a jornada de trabalho foi elevada de 10, para 10 horas e meia nos cinco primeiros dias da semana e aos sábados foi limitada a 7 horas e meia. O trabalho deve ser realizado no

período de 6 da manhã até 6 da tarde, com 1 hora e meia de intervalo para as refeições [...] (MARX 1988, p 222).

O Estado proclamou no capitalismo concorrencial uma legislação que regulava o período, os limites e os intervalos no trabalho. Esses ganhos foram resultado de prolongadas lutas da classe trabalhadora, muito embora os capitalistas não tenham permitido esses ganhos sem um retrocesso compensador.

Analizando especificamente a problemática do trabalho infantil nas fábricas inglesas do século XVIII, Diniz (1999) percebe que:

A literatura internacional mostra que a preocupação com a infância pobre data do surgimento da industrialização. [...] passam a se preocupar com os altos índices de abandono, vadiagem e mendicância constatados nos grandes centros da Europa, e o universo fabril se apresenta como a alternativa salvadora, mecanismo de afirmação, disciplina e ordem (DINIZ, 1999 p 31).

Segundo Giosa (2010), a revolução industrial do século XVIII, é um marco importante na produção de mercadorias, por meio da utilização da máquina e da eletricidade, é um marco também, pois é nessa fase que se dá o aumento do número de crianças e adolescentes na produção de mercadorias, por meio do manuseio das máquinas, que já não exigia que o trabalhador fosse necessariamente especializado, podendo assim ser substituído por estes sujeitos:

O trabalho infantil estava presente nas atividades algodoeiras, nas minas e nas indústrias metalúrgicas, setores que exigiam o trabalho pesado sem seguranças e que muitas vezes levavam a crianças a adoecer e não raro a morte (GIOSA, 2010 p 38).

Também Santos et al., analisam as condições a que estavam submetidas as crianças trabalhadoras durante as décadas pós revolução industrial, este afirma que

[...] durante o século XVIII, as crianças operárias executavam suas tarefas sob forte pressão psicológica e maus tratos físicos, submetidas a prolongadas jornadas de trabalho incluindo o alto grau de periculosidade do qual eram expostas diariamente, acarretando consequências mais nefastas da exploração do trabalho infantil, a degradação física, destacando-se as deformidades corporais em virtude do excessivo número de horas trabalhadas; problemas respiratórios devido ao ambiente úmido e asfixiante das fábricas e os constantes acidentes de trabalho que provocavam inúmeras mutilações e muitas vezes ocasionavam a morte de crianças (SANTOS et al., 1999 p. 17).

Por certo que o modo de produção capitalista não se preocupa com a qualidade de vida dos trabalhadores, sejam eles adultos ou crianças, nesse sentido, nunca importou se as crianças e/ou adolescentes pobres corriam ou correm riscos de saúde, física ou psíquica, desde que as taxas de lucros sejam crescentes, desde que o consumo esteja em alta e desde que o sistema do capital esteja funcionando bem.

Em alguns momentos a preocupação com a perpetuação de um exército industrial de reserva, somados a luta da classe trabalhadora, se transformou em contenção do número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Frente às pressões estabelecidas por escritores, jovens pensadores, médicos humanistas e políticos liberais, a Inglaterra foi o primeiro país a criar uma lei que regulava o trabalho. Esta lei ficou conhecida como Lei da Saúde e da Moral dos Aprendizes, e instituía como carga horária máxima, 12 horas de trabalho por dia, proibia trabalhos noturnos e obrigava as fábricas a adequarem suas instalações para que tivessem melhores condições de higiene e ventilação. Em 1833, foi criada a lei FactoryAct (Ato de Fábrica) que proibia o trabalho para menores 9 anos de idade, limitava a carga horária máxima de 69 horas semanais, e exigia escolas para os menores de 13 anos.

Santos et al. contribuíram com a análise das medidas de proteção à criança e adolescente na Inglaterra no começo do século XIX ao mostrar que a partir de 1802 várias leis que regulavam as condições de trabalho das crianças da Inglaterra foram votadas. Segundo estes autores “A primeira regulamentação aprovada, a Apprentices Bill (Carta do aprendiz), abrangia somente a indústria têxtil [...] abordando a limitação da jornada trabalho dos aprendizes a doze horas e a proibição do trabalho noturno” (SANTOS et al., 1999 p 17). Como muitas outras, esta lei, apesar de ser considerada um marco na proteção do trabalho infantil, não foi respeitada na prática pelos capitalistas, devido à ausência de controle quanto a sua aplicação.

Por sua vez Giosa (2010), ao tratar sobre as legislações de proteção das crianças e adolescentes nos países mais ricos do mundo, mostra que,

Sob diferentes alegações, a resistência em proteger as crianças e adolescentes da exploração do trabalho era contundente. Inúmeras leis foram criadas, tardiamente, na França, Alemanha, Áustria, Suíça, Rússia, sendo que a Itália (1886) foi um dos últimos países a definir normas quanto a proteção para esse segmento. Nos Estados Unidos

apenas no início do século XX surgiram as primeiras leis restritivas ao trabalho infantil (2010 p 42).

Ainda que tardias as reivindicações operárias foram fundamentais na constituição das leis proibitivas e restritivas do trabalho infantil no setor industrial. Em virtude do importante papel que as crianças e adolescentes possuíam nas fábricas, uma vez que sua estatura possibilitava que as mesmas entrassem facilmente em máquinas para realizar reparos, tinham maior agilidade e disposição além de se constituírem uma força de trabalho extremamente dócil e ainda mais barata. Também para Giosa (2010) o trabalho da criança se intensificou principalmente na indústria têxtil, tendo alguns condicionantes que facilitavam o uso de sua força de trabalho.

Se por um lado o seu porte e a agilidade física facilitavam o manuseio das máquinas por outro a necessidade de colaborar no sustento da família fazia das crianças uma figura moldável aos interesses dos proprietários das fábricas, recebendo salários irrisórios e cumprindo longas jornadas de trabalho (2010, p. 37-38).

A condição socioeconômica das famílias era determinante para a inserção das crianças não só na indústria têxtil, como também em todas as fábricas que não demandassem especialização. Consoante Neto

A exploração do trabalho infantil era de tal forma alarmante em meados do séc. XIX, que, nas manufaturas metalúrgicas em Birmingham, Inglaterra, era empregado o trabalho de cerca de 30.000 crianças. Eram atividades extremamente insalubres, nas fundições de cobre, na fabricação de botões, nas oficinas de esmaltar, de galvanizar e de laquear (2007, p. 22).

A legislação implantada pelos Estados, possuíam pouca eficácia no combate ao trabalho infantil, ainda que elas sejam reconhecidamente um marco no debate de tal problemática. Por volta da década de 1990 do século XX, as instituições e órgãos multilaterais, começaram a organizar estudos e firmar acordos com os países, para que estes se empenhassem de fato na busca pela diminuição e erradicação do trabalho infantil.

As reivindicações da classe trabalhadora nas décadas finais do século XX, se transformaram em políticas públicas de combate ao trabalho infantil, sobretudo em meados da década de 1990 e nos anos 2000. Contudo, as políticas públicas além de se constituírem como políticas de focalização de algumas modalidades do trabalho infantil,

elas foram implementadas em meio a uma conjuntura política de retirada de direitos, o que contribuiu para a dilapidação da economia familiar, reverberando em empecilhos para o combate a problemática a qual se buscava combater, além de se desdobrarem em novas modalidades do trabalho infantil.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, surge em 1919 como parte do tratado de Versalhes, a Organização Internacional do Trabalho – OIT⁷. Esta instituição tem como finalidade a formulação e aplicação de normas internacionais de regulação do trabalho, dentre eles o realizado por crianças e adolescentes.

Segundo os dados da OIT, a Ásia é o continente que concentra o maior número de crianças e adolescentes no trabalho, seguido pelo continente africano, depois o americano. Ainda segundo a OIT, mais de 168 milhões de crianças e adolescentes estão subordinados ao trabalho infantil no mundo, das quais 120 milhões possuem entre 5 e 14 anos de idade, estando mais 5 milhões sujeitas ao trabalho escravo.

Las últimas estimaciones mundiales de la OIT sobre el trabajo infantil para el año 2012, revelan que pese a los importantes avances logrados, 168 millones de niños en todo el mundo siguen siendo víctimas del trabajo infantil, una cifra que ronda el 11 por ciento del total de la población infantil (OIT 2015 p 1).

A tabela 1 mostra as principais ações e organizações no âmbito mundial que se propõem a proteger e assegurar os direitos das crianças e adolescentes, ações como a regulamentação da idade mínima para o trabalho e a criação de instituições e acordos que envolvem a problemática do trabalho infantil.

⁷ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Disponível em <<http://www.ilo.org/brasil/comece-a-oit/lang-pt/index.htm>>

Quadro 3 Marco da proteção das crianças e adolescentes e da busca pela erradicação do trabalho infantil no mundo

Ano	Ação	A que se propunha
1919	Criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a 1ª Entidade Internacional de Apoio à Criança e ao adolescente	OIT proíbe o trabalho realizado por pessoas com menos de 14 anos.
1924	Aprovação da Declaração de Genebra	É considerado o primeiro documento internacional sobre os direitos das crianças, este dá suporte para o documento da convenção dos direitos das crianças em 1989.
1945	Criação da Organização das Nações Unidas – ONU	É criado para manter a paz e segurança internacional, além de promover a cooperação entre os países membros e apoiar ações de combate a exploração do trabalho infantil.
1946	Criação do Fundo das Nações Unidas da Infância - UNICEF	As primeiras ações forneciam ajuda para milhões de crianças atingidas pela Segunda Guerra Mundial.
1948	Aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Importante instrumento de abrangência internacional, foi criada pela ONU e ampliava os direitos em relação a população infantil.
1973	Convenção 138 da OIT	Importante instrumento para as questões do trabalho na infância, instituía a idade mínima para admissão no trabalho de 15 anos.
1979	Instituição do Ano Internacional da Criança	Tinha como objetivo chamar atenção para os problemas que afetam as crianças no mundo.
1989	Aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança	Um dos mais importantes tratados dos direitos humanos, fortalecido por quase todos os países membro da ONU.

1997	1ª Conferência Global sobre o Trabalho Infantil	Ocorreu em Amsterdã e estabelecia ações de combate ao trabalho infantil.
1999	Convenção 182	Estabelecia a proibição sobre as piores formas de trabalho infantil e as ações para sua eliminação.
2010	2ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil	Com representantes de mais de 80 países estabelecia o fim do trabalho infantil como uma necessidade moral.
2013	3ª Conferência Global sobre o Trabalho Infantil	Reforçou a necessidade de erradicar o trabalho infantil e a meta de erradicar as piores formas até 2016.
2014	Ativista indiano ganha Nobel da Paz por combater o trabalho infantil	Na década de 1980 o indiano Kailash Satyarthi, abandona sua carreira para combater o trabalho infantil em seu país.

Fonte: Fundação Telefônica⁸, Elaboração da autora, 2017.

Os principais acordos no âmbito mundial que versam sobre o trabalho infantil foram as convenções da OIT, conhecidas como Convenção 138 e Convenção 182. A Convenção 138 ocorreu em 1973 e buscava principalmente estabelecer uma idade mínima para o trabalho no mundo. Esta estabelecia os 15 anos de idade para admissão ao trabalho. Outra reunião importante foi a convenção das Nações Unidas, sobre os direitos das crianças e dos adolescentes que ocorreu 1989 e reforçava para os países membros a necessidade de combate do trabalho infantil e proteção das crianças.

Adicionando às duas convenções anteriormente esboçadas em 1999, a OIT realizou a Convenção 182, que complementava as normas da Convenção 138, e estabelecia o enfrentamento às piores formas de trabalho a serem erradicadas no mundo.

E ao mesmo tempo em que órgãos como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o Banco Mundial – BM e a Organização das Nações Unidas - ONU, que aparece no cenário de defesa da criança e adolescente já nos anos de 1919, em

⁸ Fundação Telefônica/ Brasil, disponível em:
<http://fundacaotelefonica.org.br/promeninino/trabalho infantil/historico/> acesso em: 01 de mar. de 2017.

específico no Brasil a partir de 1950 através da UNICEF, considera-se que essas instituições participam direta e indiretamente na promoção de medidas que acabam causando o aumento do número de crianças e adolescentes na prática laboral, ações como as imposições do ajuste estrutural do capital, via Consenso de Washington por exemplo⁹, desregulamentações trabalhistas, a abertura das economias nacionais à capitais livres, à mercadorias e empresas de todo o mundo, são portanto, responsáveis pelo impulsionamento do trabalho infantil em todo o mundo pobre. Como podem então ser instituições incentivadoras do combate ao trabalho infantil? Trata-se de um paradoxo a ser compreendido ou de uma contradição inerente ao modo de produção ao qual a sociedade atual faz parte.

Uma análise profunda sobre o papel do Banco Mundial na busca do crescimento econômico dos países mostra que esta agência deixa de lado demandas sociais e que, portanto, instituições multilaterais como BM, produzem problemas sociais, desemprego e o aprofundamento da pobreza. Uma vez que o Banco mundial busca o fortalecimento do mercado e o crescimento econômicos, demandas sociais acabam ficando em último plano. Dessa forma amplia-se a pobreza e a miséria, que diretamente influem na inserção desses sujeitos no mundo do trabalho.

Santana (2016) apresenta um trecho do próprio Banco Mundial em que se pode observar algumas de suas orientações,

No Brasil, assim como em qualquer outro país latino-americano, reformas orientadas pelo mercado foram implementadas com o objetivo de promover o ajuste estrutural na economia. Estas reformas buscaram liberalizar as relações comerciais, desregulamentar as economias e promover políticas de privatização. [...] As reformas orientadas pelo mercado colocam, no curto prazo, altos custos para as populações urbanas e tendem a acentuar problemas sociais, dado que estas quase sempre implicam reduzir cortes significativos nos gastos públicos e perda de empregos em diversos setores [...]. Os ganhos sistêmicos de eficiência resultantes da exposição à competição internacional deverão surgir no longo prazo. (Banco Mundial, 2000, p 16 Apud SANTANA, 2016, p 87).

⁹ No Consenso de Washington foram abordados temas e medidas que mais tarde seriam adotadas pelos países participantes, dentre eles o Brasil, medidas como a modernização da economia, a abertura comercial, o retorno a política de exportação de bens primários como principal elemento da economia brasileira, a intervenção mínima dos Estados e liberalização da entrada de capital internacional na economia, a venda das empresas públicas dos setores de produtos de base, a redução do Estado como promotor de políticas públicas universais e o desmonte de direitos trabalhista.

A citação anterior mostra que a agência tem dimensão dos prejuízos sociais, impostos por suas políticas de desenvolvimento. Dizem se configurar como prejuízos a curto e médio prazo, no entanto sabe-se que esses prejuízos tendem a se acentuar cada vez mais, a partir do ajuste estrutural imposto aos países que demandam empréstimos a esta agência. Como produto têm-se o crescimento da desigualdade e da pobreza, a ausência de políticas sociais universais, a precariedade dos serviços públicos essenciais e a redução cada vez maior dos postos de trabalho formais. Esse quadro impulsiona a precarização e precariedade do trabalho, com o incontestável crescimento da imersão de crianças e adolescentes no labor, sobretudo nas nações cuja estrutura econômica não reverbera em desenvolvimento social.

2.2 O trabalho infantil no Brasil

No Brasil o trabalho de crianças e adolescentes remonta o período da colonização, em que crianças negras e indígenas eram obrigadas a trabalhar, tal como os adultos escravizados, mais tarde com a abolição da escravidão esta realidade não sofreu mudanças. A maioria das famílias pobres sempre precisou inserir todos os seus membros na atividade laboral, incluindo crianças e adolescentes, jovens e adultos, sejam eles homens ou mulheres, além dos idosos, a fim de promover a reprodução familiar. Essa realidade ocorreu principalmente no trabalho ligado à agricultura, atividade de base da economia do Brasil desde a sua ocupação territorial, com mudanças parciais até os dias atuais.

Também no Brasil houve legislações que protegeram a prática do trabalho desde tenra idade, a primeira é datada de 1891, quando após a abolição da escravidão foi instituído o decreto 1.313, que proibia o trabalho para menores de 12 anos, permitindo na modalidade de aprendiz a partir dos 8 anos de idade. Mesmo essa legislação contribuindo muito pouco para a proteção das crianças no Brasil, ainda assim a pouca proteção dada não se efetivava no cotidiano, uma vez que a exploração das crianças menores de 12 anos continuou, sem grandes empecilhos.

Historicamente nesse país, o trabalho infantil esteve mais presente no espaço rural e em específico na agricultura, sobretudo por que, esta foi e é à base da economia

do país. A presença massiva da população no campo e a situação de pobreza em que se encontravam as famílias, tornava o trabalho realizado por crianças e adolescentes era normal e até incentivado.

Na agricultura, a exploração de crianças e adolescentes remonta a instituição das capitanias hereditárias no ano de 1536, quando povos indígenas e africanos foram escravizados para a utilização da força de trabalho principalmente ligados a cana-de-açúcar e outros itens de exportação e consumo interno. Os pequenos trabalhadores, como propriedade de seus senhores eram obrigados a exercer longas jornadas de trabalho, sem qualquer remuneração. Só no ano de 1871, a princesa Isabel promulga a lei do Ventre Livre, que torna livres, as crianças nascidas a partir daquele ano, no entanto fica evidente que esta lei não modificou a exploração existente, uma vez que as crianças e adolescentes permaneciam com seus pais e assim, continuavam sob o jugo dos senhores de escravos. Eram mantidas trabalhando para estes até que completassem os 18 anos de idade, quando continuavam trabalhando, no entanto teoricamente, em troca de salário.

Com a promulgação da lei Áurea e a abolição da escravatura em 1888, a realidade do trabalho infantil tenderia a diminuir, este fato certamente ocorreria se os ex-escravos tivessem alguma política de proteção social. Os escravos libertos, não tinham acesso à terra, uma vez que não tinha como comprá-la, nem a educação, não sabiam fazer muita coisa além do trabalho manual que exerciam nas fazendas. Após a proibição do trabalho escravo no Brasil, se institui o trabalho assalariado para aqueles trabalhadores que outrora eram forçados a trabalhar, contudo, os salários pagos extremamente baixos, e a alimentação, vestuário e tudo mais, passavam a ser de responsabilidade dos mesmos. Ocorria que os custos da reprodução familiar eram altos e os salários recebidos não eram suficientes para garantir essa reprodução e assim toda família precisava ser inserida na prática laboral.

Aqui importa dá destaque ao ano de 1850 como marco decisivo pela promulgação da Lei de Terras, que regulava o nascente mercado de terra no país e pela promulgação da abolição do tráfico de escravos, que regulava o nascente mercado de venda de força de trabalho assalariada (MOREIRA, 1990). A Lei de Terras se constituiu o ponto pé para formação do exército industrial de reserva no país, pela constituição de uma população supérflua, sobrando, desempregada, tendo como rebatimento último a regulação da venda da força de trabalho, pela negação do acesso à terra:

Num anúncio público do fim do acesso à terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de Terras estabelece o mercado de terra mediante compra. Por conseguinte, só a quem a pode comprar fica ela assim franqueada, excluindo-se desse acesso quem não tem recursos, o que quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina a lei de regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho (MOREIRA, 1990, p 36).

A elevação dos custos do escravo o torna muito oneroso, assim libertar o escravo para que ele pudesse sozinho manter os custos da sua reprodução aparece como mais vantajoso já em meados do século XIX. Os trabalhadores tornaram-se “livres”, porém continuavam subjugados aos mandos dos latifundiários, pela instituição das relações campesinato-latifundiários. O sistema de barracões, nos quais os camponeses trocavam sua produção por itens para a reprodução familiar, e assim garantiam mais lucros aos antigos patrões ajuda a compreender as condições às quais foram submetidos os trabalhadores “livres” do campo. Em tempos de escravidão, esse sistema de barracões garantiu uma das formas da acumulação primitiva no Brasil, o que explica que o trabalho de todos os membros da família era condição de sobrevivência e da inserção nos padrões do mercado capitalista (idem).

O trabalho das crianças e adolescentes na agricultura persiste hoje, com menor intensidade, porém sempre reflexo da pobreza e subvalorização do trabalho no campo, ou como condição de resistência e reprodução das famílias camponesas.

A exploração de crianças e adolescentes em atividades como o comércio, a indústria e o setor de serviços também foi largamente utilizado no Brasil, de modo que Vasconcelos (2009), afirma que por volta da década de 1870 anúncios buscavam crianças e adolescentes para trabalhar em indústrias têxteis.

Em 1875 anúncios de jornais como “A Província de São Paulo” buscavam crianças para o trabalho com releases como “Na Rua São Bento nº 85 admitem-se meninos de 10 anos para cima para aprenderem o ofício de empalhador e envernizador e marceneiros” (apud MOURA, 1991, 114). Com o discurso de estarem lhes ensinando um ofício, crianças trabalhavam durante horas, eram maltratadas e castigadas.

O levantamento documental de Priore (2004), revela que de 194 indústrias de São Paulo no ano de 1919, 25% da força de trabalho utilizada era constituída de

adolescentes menores de 18 anos, essa realidade revela a exploração e a lucratividade, alcançada através do trabalho desses sujeitos. Priore (2004) relata ainda a gravidade da situação das crianças e adolescentes na produção têxtil, atividade em que majoritariamente estavam concentrados.

Adentrando o século XX, o Departamento Estadual do Trabalho observa que, no ano de 1912, é bastante expressivo o aproveitamento de mão-de-obra menor na indústria têxtil do estado de São Paulo. Nos estabelecimentos então visitados na capital - aproximadamente -, os menores representam pouco mais de 30% do total de operários absorvidos pelo setor, sendo empregados sobretudo na fiação e na tecelagem, funções nas quais constituem respectivamente, 50% e 30% da mão-de-obra (PRIORE, 2004, p 53).

Vasconcelos (2009) revela que por volta da década de 1930, famílias inteiras eram recrutadas para trabalhar nas fábricas têxteis, com a condição de que as crianças e os adolescentes também trabalhassem.

Não só os empresários, a imprensa (os jornais) e a sociedade concebiam a exploração do trabalho infantil como algo natural e positivo, também a própria legislação incentivava a inserção de todos os membros da família no trabalho. Diniz observa que

Desde 1940, com a regulamentação do salário mínimo, foi incentivado no país a colocação pelas famílias de um maior número de membros trabalhando, como forma de melhorar a renda familiar e resistir às dificuldades. A família era obrigada a entrar coletivamente no trabalho, com a anuência da lei (1999 p 39).

Fora do ramo industrial, historicamente no Brasil dos pobres, sobretudo das zonas rurais nordestinas, milhares de meninas foram retiradas dos abrigos ou do seio familiar para trabalhar em “casas de família”, essa realidade persistiu com intensidade até meados da década de 1990, quando surgem as primeiras políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

Outra autora que corrobora com as análises sobre a inserção de crianças no trabalho é GIOSA (2010) ao afirmar que:

Crianças eram retiradas de orfanatos para trabalhar em troca de comida e guarida. Muitas famílias pobres, sem outra alternativa de subsistência, ofereciam seus filhos para as indústrias em troca de salários precários. A criança trabalhava para a complementação dos

rendimentos, sendo em alguns casos o seu único provedor. (2010 p 38).

As condições de trabalho das crianças brasileiras se assemelhavam em muito com as condições de trabalho das crianças europeias na época da revolução industrial, pois eram comuns os problemas ligados às péssimas condições de higiene, longas jornadas de trabalho e má alimentação (RODRIGUES, 2002).

Outro elemento importante a ser considerado diz respeito ao fato do trabalho realizado por crianças e adolescentes no Brasil, ter sido visto como algo positivo e incentivando até por volta da década de 1990, quando os movimentos sociais e sindicais passaram a combater essa prática por meio da defesa dos direitos desses sujeitos estabelecidos pela ONU e pela OIT.

O quadro 2 abaixo busca sintetizar a proteção das crianças e adolescentes no Brasil. Ações que vão, desde a instituição da lei do Ventre Livre até a criação de órgãos e pactos para a proteção e combate do trabalho infantil. Muitas dessas ações podem ser questionadas se realmente tinham como objetivo a proteção desses sujeitos, uma vez que a lei do Ventre Livre e a lei Áurea, por exemplo, embora importantes, não asseguravam mecanismo de defesa, ou políticas efetivas de redução ou erradicação do trabalho infantil, pois não afetavam a verdadeira causa do ingresso desses pequenos trabalhadores no mercado de trabalho informal. Um dos rebatimentos foi a legitimação do trabalho de crianças e adolescentes, já que se constituía consequência das condições socioeconômicas de seus pais, que por não possuírem condições materiais para suprir as necessidades da família, permitiam que seus filhos assumissem formas de trabalho precárias.

Quadro 4 Marco da proteção das crianças e adolescentes e da busca pela erradicação do trabalho infantil no Brasil

Ano	Visavam a proteção	Sobre
1871	Lei do Ventre Livre	Assinado pela princesa Isabel, considerava livres as crianças nascidas a partir da promulgação desta lei. É considerada a primeira lei de proteção as crianças.
1888	Lei Áurea	Assinado também pela princesa Isabel, considerava livres todos os escravos.
1891	Idade mínima para o trabalho no Brasil	Instituiu a idade mínima para o trabalho de 12 anos.
1923	Criação do Primeiro Juizado de Menores	Buscava um tratamento mais humano as crianças e adolescentes infratoras.
1927	Promulgação do Código de Menores	Foi o primeiro documento legal para os menores de 18 anos e dentre outras coisas, regulava sobre os menores infratores e a idade mínima para uso da força de trabalho dos menores.
1930	Criação do Ministério da Educação	Criação do governo de Getúlio Vargas.
1943	Consolidação das lei do trabalho – CLT	Dentre as pautas de reivindicação, buscava regular o trabalho dos aprendizes, adolescentes entre 14 e 18 anos.
1950	Criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF no Brasil	Com sede em João Pessoa, buscava garantir o direito de saúde às crianças e gestantes do nordeste.
1964	Criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM	Criada no início do governo militar, substituía o antigo Serviço de Assistência ao Menor, Algumas dessas novas instalações apresentaram inovações pedagógicas outras mantinham o regime de tortura e repressão.
1979	Aprovação do Segundo Código de Menores	Segue a mesma linha de repressão e autoritarismo do primeiro, no entanto com algumas modificações.
1983	Criação da Pastoral da Criança	Busca através da religião Católica proteger as crianças e adolescentes.
1988	Promulgação da Constituição Federal do Brasil	Proíbe o trabalho realizado por pessoas com menos de 14 anos
1990	Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Criação da Fundação Abrinq	Criado pela Lei 8.069/90, o ECA é considerado um documento exemplar dos direitos Humanos. Fundação que visa garantir os direitos e a cidadania das crianças e adolescentes.
1992	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA	A principal contribuição deste órgão é a formulação de políticas públicas e a destinação de recursos destinados ao cumprimento do ECA.
1995	I Conferência	Buscava ampliar a discussões sobre direitos da

	Nacional dos Direitos da Criança	criança e do adolescente no Brasil.
1996	Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Política pública criada pelo governo federal para erradicar as piores formas de trabalho infantil, a partir da transferência de renda.
2000	Regulamentação da Lei do Aprendiz	Altera alguns dispositivos e aperfeiçoa a CLT.
2010	Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador	Visa à proteção do adolescente trabalhador, foi elaborado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT); tendo por principal meta eliminar as piores formas do trabalho infantil até 2016.

Fonte: Fundação Telefônica, Elaboração da autora, 2017.

O quadro acima apresenta de modo sintético alguns marcos jurídicos de proteção das crianças e adolescentes no país. Sobre essa jurisdição, dois exemplos importantes foram a criação do código de menores, que tratava sobre causas de menores infratores com base em suas normas, e a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM, instituição que mantinha sob cárcere as crianças e adolescentes infratores. Dos marcos de proteção das crianças e adolescentes, dois outros exemplos importantes foram a criação do Estatuto da Criança e adolescente – ECA e a criação do Programa de erradicação do Trabalho Infantil – PETI. O primeiro é um documento considerado exemplar no âmbito dos direitos humanos, pois aborda questões referente aos direitos das crianças e adolescentes, atribui os sujeitos responsáveis pela proteção destes e institui ações que tem por finalidade a proteção desses sujeitos. O segundo tem como pretensão o combate e a erradicação do trabalho infantil no Brasil, por meio de transferência de renda as famílias como crianças e adolescentes trabalhadores, com a condição de que estes mantenham níveis altos de frequência na escola e participem no contra turno escolar da Jornada ampliada, oferecida pelo PETI.

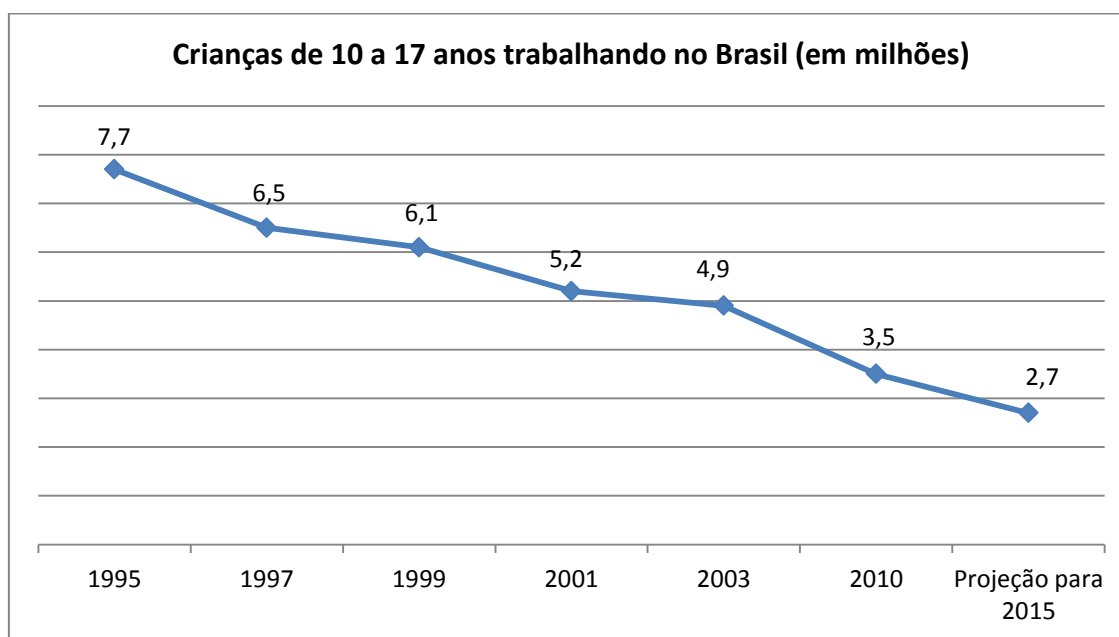
O modo de produção em que vivemos necessita desta mão de obra, porque além de rentável na produção de mercadorias ou na realização do ciclo do capital, trabalhando na realização do consumo, mantém a pressão sobre aqueles que estão no mercado de trabalho e só lhes permite a pobreza, o que é necessário para que se sujeitem as necessidades de uso de sua força de trabalho no modo de produção capitalista.

Em termos absolutos, a concentração do trabalho infantil se encontra no estado de São Paulo, mas em números relativos, a região que possui as maiores taxas da exploração do trabalho infantil é a região Nordeste, que possui 31,24% das pessoas entre 10 e 17 anos de idade ocupadas, seguidos respectivamente pela região Norte, com 26,68%, pela região Centro-Oeste, com 15,03%, pela região Sul, com 14,58% e por último pela região Sudeste, com 12,43% das taxas de trabalho infantil do país.

Não por acaso, o Nordeste, que é a região com a população mais pobre em termos econômicos, é também a região com a maior concentração de trabalho realizado por crianças e adolescentes no país. Nesta região o desemprego e o subemprego se dão de forma mais acentuada, pela própria dinâmica econômica da região, que apresenta no campo latifundiário e expropriador um espaço de expulsão de trabalhadores e produção da pobreza. Quando permanecem no campo, grande parte da população desta região subsiste da produção no campo, seja nas pequenas propriedades, ou na venda da força de trabalho seja no campo, ou na cidade, sem na maioria das vezes, nenhum contrato formal.

O Gráfico 1 apresenta a evolução e redução do trabalho infantil no Brasil, refletindo o resultado da criação de instituições, convenções, leis, campanhas e políticas públicas de combate à exploração de crianças e adolescentes.

Gráfico 1: Evolução/redução do trabalho infantil no Brasil



Fonte: OIT/IBGE, 2010.

A principal política pública com esta finalidade no país é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, instaurado no ano de 1996, no qual se propôs através de transferência de renda às famílias com crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos, que estivessem em situação de trabalho, uma remuneração que variava entre 25 e 40 reais, por criança ou adolescente retirado do trabalho, a depender da população total do município. Além da remuneração mensal, o Programa oferecia atividades culturais e de aprendizagem em horário complementar a escola.

Embora consideremos essa redução significativa, dados oficiais mais recentes obtidos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT para o ano de 2015, informam que o Brasil possui mais de 2,5 milhões de crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil na faixa etária entre 5 e 17 anos de idade. A OIT (2015) afirma ainda que o trabalho informal concentra as piores formas de trabalho infantil no Brasil.

A pesquisa do PNAD (2015) mostra também o número de crianças por faixa etária que exercem algum trabalho no Brasil.

O país ainda possui meio milhão de crianças e adolescentes trabalhando na faixa etária de 5 a 13 anos; 61 mil de 5 a 9 anos [...] e 446 mil de 10 a 13 anos. O maior índice de trabalho está na faixa de 14 a 17 anos, sendo 2,6 milhões de adolescentes trabalhando (BRASIL, PNAD, 2015).

A região Nordeste se apresenta como a de maior concentração do trabalho infantil no país. No estado de Alagoas a presença de grandes latifúndios e do agronegócio, provocou um processo de expropriação de grande parte dos camponeses da terra e do campo, o que resultou na piora das condições de vida e na pauperização da população, essa expropriação provocou a migração desta população para as cidades, e o crescimento urbano, agravando a situação de desemprego e obrigando grande parte desta população a se submeter às mais degradantes formas de trabalho, incluindo crianças e adolescentes na prática laboral precoce.

O estado da Bahia é, segundo os dados do IBGE (2010), o segundo colocado do Nordeste em relação ao trabalho infantil. Neste estado, 125 municípios apresentam em cada um, mais de 400 crianças e adolescentes em situação de trabalho, o que revela a gravidade da problemática no estado, onde há concentração é nas atividades agrícolas e no comércio, sobretudo nas feiras livres. Na Bahia, o latifúndio e o agronegócio também se configuram como uma realidade presente, os camponeses que resistem, são obrigados a se subordinarem às formas de exploração do capital, seja por meio da venda da força de trabalho no campo a outros, nos momentos de entre safras, ou por meio do uso de toda força de trabalho familiar, quando necessário, a fim de possibilitar a reprodução da família. Aqueles dos centros urbanos, residente nas cidades, encontram trabalho no comércio das feiras livres, sobretudo no carrego e na venda de produtos.

De forma semelhante no estado de Sergipe, assim como na Bahia e em Alagoas, o trabalho infantil também se concentra no comércio e no campo. No campo historicamente a presença de crianças e adolescentes no estado estava associada à produção da laranja, a extração do coco, ao trabalho na cana-de-açúcar, a produção de farinha de mandioca, entre outros. De forma semelhante a outros estados do Nordeste, a situação de pobreza em que se encontram, se apresenta como a principal motivação que leva as crianças e os adolescentes ao mundo do trabalho.

A tabela 2 apresenta dados importantes sobre o trabalho infantil no Nordeste, a referida tabela apresenta dados por unidade da federação como; população total, pessoas ocupadas na semana de referência e taxa de ocupação de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos. Para melhor compreensão foi elaborado também o ranking destacando os maiores índices de trabalho infantil entre os estados do Nordeste.

Tabela 2 Ranking da população entre 10 e 17 anos de idade ocupada na semana de referência no ano de 2010, por estado do Nordeste

Estados do Nordeste	População Total 10 a 17 Anos/ 2010	População Ocupada /2010	Taxa de Ocupação /2010 (%)
Alagoas	532.186	78.284	14,7
Bahia	2.157.790	290.636	13,46
Maranhão	1.140.250	144.909	12,65
Piauí	493.686	62.402	12,64
Paraíba	563.828	69.508	12,32
Ceará	1.372.450	160.885	11,72
Sergipe	334.090	37.244	11,14
Pernambuco	1.329.230	147.865	11,12
Rio Grande do Norte	478.146	43.304	9,05
Brasil	24.064.052	3.406.514	14,15%

Fonte: IBGE 2010, elaboração da autora.

Quando se analisa a aspectos que colaboram com o ingresso precoce das crianças e adolescentes no Brasil, observamos desde o golpe imposto pela classe dominante, e que retirou a Presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, uma série de reformas promovidas pelo Estado, que tenderão a retardar a eliminação de algumas modalidades do trabalho realizado por esses sujeitos e a aumentar outras. Ações como a PEC 55 de congelamento por 20 anos dos investimentos públicos de saúde e educação, a Reforma do Ensino Médio, que visa em sua essência, criar cursos técnicos, para os estudantes da escola pública e assim qualificar trabalhadores para funções de baixa remuneração e reduzir a demanda pelo ensino superior, acentuam ainda mais as desigualdades internas entre as diferentes classes no país.

Outra reforma de grande prejuízo para a classe trabalhadora, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional foi a Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, que dilapida ainda mais a legislação trabalhista e prejudica sem precedentes os trabalhadores, uma vez que o mercado da terceirização se acentua e se multiplica ainda mais em todas as esferas do trabalho e das empresas públicas ou privadas, enfraquecendo ainda mais os sindicatos, ao permitir os acordos diretamente entre patrão e empregado, a fragmentação das férias, o aumento da jornada de trabalho, entre outras problemáticas que afetam de forma irrestrita o mundo do trabalho, as famílias e por conseguinte as crianças e adolescentes, que terão que mais cedo arcar com o ônus de ajudar na reprodução familiar.

Além destas, mais uma reforma, extremamente prejudicial aos trabalhadores se encaminha no Congresso Nacional, a Reforma da Previdência, que obrigará os trabalhadores a ingressarem cada vez mais cedo no mercado de trabalho, uma vez que a aposentadoria integral passa a ser a partir dos 65 anos de idade para homens e mulheres, do campo ou da cidade.

Vale salientar que todas as reformas impostas pelo Estado brasileiro, pós golpe ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, desde 11 de maio de 2016, regido pelo governo ilegítimo do Presidente Michel Temer, passaram facilmente nas votações do Congresso Nacional, sem que fossem levadas em consideração, as lutas populares nas ruas, as diversas manifestações e a inconformidade popular com o governo ilegítimo e os prejuízos das tais reformas para a classe trabalhadora. Essas reformas e a facilidade com que as quais foram aprovadas só reafirmam o quão o Estado “democrático” capitalista brasileiro se assemelha em muito com o regime de escravidão que aqui sofremos por séculos, com trabalhadores que devem apenas servir, e se reproduzir para o trabalho, sem bem-estar social ou qualidade de vida. Trabalhadores que ingressam no mercado desde criança e permanecem em alguma forma de trabalho até o fim da vida, enquanto do outro lado, os detentores dos meios de produção acumulam cada vez mais, através da exploração dessa grande massa de trabalhadores, utilizando de estratégias do Estado para atacar a classe trabalhadora e se distanciar cada vez mais dela.

2.3 Erradicação ou reprodução: os meandros das ações relacionadas ao trabalho infantil

A realidade da exploração do trabalho de crianças e adolescentes é conhecida por todos, como uma realidade presente no campo e na cidade, nas mais diversas atividades e tendo como pano de fundo a pobreza e a miséria a que estão submetidos. São também recorrentes, às propagandas e discursos que nos incentivam a contribuir individualmente e coletivamente com o combate e erradicação do trabalho infantil.

Muitas são as instituições internacionais que se debruçam no combate ao trabalho infantil como, por exemplo, a OIT e a UNESCO, muitas outras são as Organizações Sem Fins Lucrativos, ONGs nacionais e internacionais, órgãos e

instituições do Estado que criam projetos e ações apresentados como protagonizadores do combate ao trabalho infantil. Sobre esse aspecto, Viella (2008) salienta que:

Organizações do mundo inteiro se mobilizam na luta contra as formas abusivas do trabalho infantil, culminando nas mais diversas ações, convênios, protocolos, recomendações com vistas para erradicar esse tipo de trabalho. É preciso, entretanto, compreender em profundidade o sentido e a direção que ele assume no interior da sociedade capitalista em que sua exploração adquire uma dimensão mais drástica, pagando menos e explorando mais (Ibid, p 128).

A contradição apresentada é exatamente de combater o trabalho infantil, por meio das campanhas e dos projetos de transferência de renda e não com mudanças estruturais, seja de distribuição de renda via trabalho, seja com distribuição de terra, por exemplo. Num contexto em que o desemprego estrutural é incentivado pelas medidas de austeridade e as mudanças na economia global, essas instituições, muitas vezes, se constituem incompatíveis com os interesses das suas próprias diretrizes. Muitas delas são inclusive originárias das mesmas instituições que instituem as mudanças estruturais danosas ao mundo do trabalho, precarizadoras do trabalho, que permitem o aumento do desemprego e expandem os mecanismos que provocam a pobreza na sociedade, neste viés Viella (2008) afirma ainda que

Num momento em que a precarização do trabalho é uma constante, a destrutividade do ser humano pouco importa ao capital e onde se percebe toda uma mobilização de diversos setores sociais empenhando-se na luta pela proibição do trabalho infantil, o tamanho do interesse pela causa da criança e do trabalho sinaliza também que o fluxo do trabalho de crianças não pára (Ibid, p 119).

No decorrer desta pesquisa ficou evidente que não é possível se pensar em erradicação do trabalho infantil, dentro do modo de produção capitalista, já que a exploração do trabalho é a base da obtenção da mais valia e da concentração e centralização da riqueza nas mãos de poucos. Analisando os programas que dizem pretender erradicar o trabalho Infantil no Brasil, Silva (2002) critica o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁰, pelo fato de:

¹⁰ O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, foi criado em 1996, será discutido no item subsequente.

[...] operar ideologicamente com a palavra erradicação [...] com o mito da erradicação da exploração. [...] Nos meandros dessa lógica [...] de arrancar pela raiz a exploração do trabalho infantil, vejo uma impossibilidade de tal promessa, uma vez que a exploração é inerente e necessária à perpetuação do próprio modo de produção capitalista. [...] Não é possível erradicar a exploração do trabalho infantil sem antes erradicar toda e qualquer forma de exploração da condição humana (2002, p.158-59).

Trata-se, portanto, a erradicação do trabalho infantil como uma fabula, uma vez que, como afirma Mészáros na

[...] sociedade de consumo produtora de desperdício, que depende para seu ciclo de reprodução “industrial-moderno”, não apenas da mais cínica manipulação da demanda dos consumidores, mas também da mais desumana exploração dos “despossuídos.” (MÉSZÁROS, 2002, p.1005).

Por mais que a OIT, organize páginas e mais páginas sobre a redução do trabalho infantil e a possibilidade de erradicação das piores formas, a curto prazo (cerca de 10 anos) e do trabalho infantil como um todo, a longo prazo (sem qualquer data estabelecida), autores como Viella (2008) apontam que essas afirmações se apresentam como discursos falaciosos, uma vez que a realidade difere dos discursos apresentados pela OIT. A mesma autora levanta a hipótese de que a redução numérica do trabalho infantil, se é que existe, pode estar atrelada ao desemprego estrutural que afeta também os adultos. O que se observa é que em que pesem os discursos de defesa, ou de anúncio de defesa por essas instituições, o que se percebe destes é que a desempregabilidade joga com o aumento das atividades exercidas por crianças, já que se projeta milhares de adultos ao desemprego. Para Viella,

Fica também aberta a indagação: se é que acontece a redução do trabalho infantil em alguns setores isso não poderia ser atribuído também ao encolhimento do emprego para todos? Com o surgimento de um novo cenário, no tocante à distribuição setorial e espacial do trabalho infantil demandando novas estratégias e instrumentos de combate, afirmada nos documentos oficiais deduz-se que inúmeras situações de trabalho continuam invisíveis, impossíveis de serem captadas pela fiscalização e pode-se ainda afirmar que o motivo da anunciada diminuição deva-se ao desenvolvimento atual do capitalismo caracterizado pelas formas dispersas, fragmentadas, informais de exploração, de mais complicada apreensão (2008, p 116).

Sabidamente hoje, todos temos conhecimento da irregularidade que configura o trabalho de crianças e adolescentes. Os dados são muitas vezes ocultados nas realizações de censos e pesquisas. Também essas pesquisas parecem não buscar de forma adequada essas informações, a exemplo da pesquisa do IBGE, que coleta dados de trabalhadores a partir dos 10 anos de idade o que deixa a margem milhares de trabalhadores em 5 e 9 anos. O desemprego é outro fenômeno que atinge a todos, como apontou Viella (2008), assim elevados e invisíveis é o quantitativo de crianças e adolescentes que procuram trabalho e não o encontram.

Como afirma Delgado (2004)

La presencia de las transnacionales de la caridad (ONGs) y las declaraciones e intervenciones “humanitarias” de los organismos internacionales (UNICEF, OIT) coinciden [...] con la retirada del Estado y con los efectos producidos por el ajuste. Las ONGs, funcionales al modelo neoliberal, pretenden aliviar los desastres sociales del enriquecimiento desenfrenado de unos pocos: “aliviar la pobreza” para hacerla más soportable, pero a cambio de que los empobrecidos no cuestionen el modelo que los empobrece, al contrario, terminen aplaudiendo a sus verdugos. En efecto, en la misma medida que se establecen programas para aliviar la pobreza, crece la concentración de la riqueza (2004, p.74).

Os principais doadores que financiam os projetos organizados pela OIT no mundo, são os Estados Unidos da América, a União Europeia, dentre outros. Entretanto, a acumulação capitalista desde as últimas décadas do século XIX vem tendo as lideranças desses dois blocos. Seus monopólios encontram-se instaladas no Brasil, assim como em muitas outras nações pobres, ocorrendo em muitas delas o próprio trabalho infantil, ou, pela via da apropriação de territórios, realizando a expropriação, a extração de trabalho excedente e produzindo a pobreza. Esses monopólios possibilitam através de diferentes meios, formas de exploração do trabalho, seja domiciliar, do trabalho nas atividades realizadas no campo, no qual a fiscalização é mais deficiente, por meio do trabalho análogo a escravidão, encontrados diversos exemplos em galpões e garagens de grandes cidades, onde trabalham imigrantes, sujeitos ainda mais suscetíveis a exploração de toda sua família, incluindo as crianças e os adolescentes. Sem contar nos prejuízos que os trabalhadores brasileiros sofrem em decorrência das imposições dos países desenvolvidos que acabam por atacar nossas legislações trabalhistas fazendo com que a pobreza e a miséria cresçam ainda mais entre as famílias

brasileiras, o que acaba por impulsionar e submeter crianças à realidade do trabalho precoce.

Viella (2008) elucida algumas das afirmações por nós apresentadas, ao afirmar que:

Como a OIT é financiada por instituições financeiras internacionais e outras agências das Nações Unidas no apoio à cruzada contra o trabalho infantil, o seu Relatório Global não poupa louvores às benfazejas instituições que ajudam aos países pobres (Brasil, Índia, Indonésia, Quênia, Turquia e Tailândia, países que subscreveram o IPEC, lançado em 1992) que mostraram disposição para aventurarem-se por um território desconhecido e a trabalharem com a OIT na luta contra o trabalho infantil. Com o primeiro apoio financeiro vindo da Alemanha, juntaram-se outros trinta países financiadores; entre eles, os maiores são os Estados Unidos, e mais recentemente, a Comissão Europeia e outras 86 onde o programa é aplicado (2008, p 119).

Para explicar a condição e perpetuação do trabalho pelos pequenos sujeitos, objeto dessa pesquisa, nos valem da análise de Conceição (2007), nas quais a autora afirma que:

À contramão do modelo modernizante da organização da produção e do trabalho, a reprodução ampliada do capital é garantida por formas de desqualificação do trabalho e do trabalhador. [...] a perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos assujeitados do capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, sujeitando-se a racionalidade do capital e à lógica do mercado (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95).

Assim, os processos que afetam o mundo do trabalho adulto, acabam também por atingir de forma direta ou indireta as crianças e os adolescentes, uma vez que estes acabam arcando com os custos de se inserir no trabalho para ajudar na reprodução de sua família. Sendo assim como afirma Viella “Soa eloquente proibir as piores formas de trabalho infantil num momento em que a precarização do trabalho é uma constante. A destrutividade do ser humano pouco importa ao capital (2008, p 155)”.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (1990) “ARTIGO 2º considera-se criança, para efeito desta lei, a pessoa com até doze anos de idade incompleto e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”. No tocante a

legislação de proteção a crianças e ao adolescente, a Constituição Federal de 1988 determina que:

ARTIGO 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Também o Estatuto da Criança e adolescente – ECA é claro quanto a proibição do trabalho infantil. Segundo o ECA (1990), trabalho infantil é todo aquele exercido por um menor de 16 anos, exceto dos 14 aos 16 na condição de Adolescente Aprendiz. Aos menores com idade entre 16 e 18 anos, o trabalho é permitido desde que seja com carteira assinada, excetuando-se o trabalho noturno, insalubre, perigoso ou danoso, atividades essas proibidas e se realizadas por adolescentes entre 16 e 18 anos, consideradas como trabalho infantil. Os trabalhos domésticos dentro do seio familiar é considerado parte da educação das crianças e adolescentes e assim não são considerados trabalho infantil.

Existe uma série de discussões envolvendo o tema do trabalho infantil. Para o senso comum e, sobretudo para a elite, o trabalho realizado por crianças e adolescente é posto e visto como uma alternativa à marginalidade e a delinquência, usando a máxima que “o trabalho dignifica o homem”, máxima essa que apenas é imposta as crianças e aos adolescentes pobres.

Barros (1980); Mendonça (1996); Vasconcelos (2009); enxergam como raiz do trabalho infantil, a modalidade do capitalismo em nosso país que busca através da exploração da mão de obra, sobretudo de crianças e adolescentes, como também na mão de obra feminina, uma maior possibilidade de lucratividade.

Vasconcelos (2009) realizou um estudo junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO sobre o trabalho infantil no estado de Sergipe tendo como foco o trabalho na citricultura. Este autor percebe que é necessário que se considerem os interesses mercadológicos e do modo de produção capitalista na exploração desses trabalhadores. Também Viela reforça esse pensamento ao afirmar que:

[...] para o capital, tudo é igual à mercadoria força de trabalho, a atividade criadora de valor. Então, faixa etária, gênero e fase de

desenvolvimento, pouco importam. Detalhes. Desde que se consiga extrair mais trabalho, não importa de onde. Nem importa o que possa vir a se transformar em mercadoria (mente, imagens, sexo, órgãos etc.) (2009 p 74).

Muitos estudos comprovam que o trabalho infantil provoca grandes danos ao futuro das crianças e a adolescentes, mostram ainda que o ingresso na prática laboral precoce tem ligação direta com as piores formas de trabalho na vida adulta.

A OIT (2015) reforça esses danos físicos, psíquicos e morais aos pequenos trabalhadores ao afirmar que “abundan las pruebas que demuestran de qué manera el trabajo infantil puede poner en grave peligro, de inmediato o a largo plazo, la salud y la seguridad de los niños” (p 1), o mesmo estudo afirma ainda que, as crianças e adolescentes “verse marginados de la sociedad y son más propensos a comportamientos arriesgados y violentos”(p 2). O trabalho infantil pode também “[...] repercutir en los patrones de empleo, remuneración y permanencia en el empleo a lo largo de sus vidas” (p 2).

Ainda a luz da OIT

Los niños que gozan de una buena educación y de un entorno de desarrollo favorable tienen más probabilidades de estar dotados de las competencias y habilidades para la vida que les permitirán realizar una transición eficaz a la vida laboral durante la adolescencia y la adultez temprana (2015 p 5).

Assim a educação é vista como uma importante ferramenta para a preparação das crianças para a vida adulta e o trabalho, e que o trabalho precoce causa grandes danos ao futuro das pequenas gerações. Vasconcelos (2009), corrobora com esta análise ao compreender que:

Além dos danos físicos e psicológicos que o trabalho infantil pode ocasionar, como fadiga, dores musculares, deformações ósseas, fraturas e até mutilações e mortes, a atividade laboral de crianças e adolescentes contribui para mantê-los num ciclo de miséria, pois, como elas não têm oportunidades de se desenvolver, de aprender, serão adultos incapazes, formando um grupo de pessoas que estarão sempre à margem da sociedade (2009 p 187).

Boa educação e um contexto de desenvolvimento favorável são fundamentais para que as crianças possam se desenvolver de forma plena e para poder ingressar em um trabalho decente na fase adulta (OIT 2015). A OIT, em sua essência formativa e normativa, esquece que no modo de produção em que vivemos a mercantilização se

especializa de forma generalizada, dessa forma não é possível que tenhamos uma educação de qualidade e um contexto social favorável ao bom desenvolvimento, já que:

[...] a absorção precoce da força de trabalho das crianças no mundo do trabalho não só trás consequências físicas e psicossociais, como também aumenta o contingente de adultos desempregados, pois estes perdem os seus postos de trabalho para as crianças, que em troca, recebem uma remuneração inferior a do adulto (SILVA, 1998 p 105).

Vivemos hoje num contexto de mercantilização dos serviços, das pessoas e das necessidades básicas, para alimentar a concentração e centralização da riqueza e a generalização da pobreza como regra, com isso, os trabalhadores são sujeitos a degradação constante da sua força de trabalho.

O Estado, nesse cenário, aparece como o agente, junto ao capital, da promoção das desigualdades. Entretanto, informa, por meio dos seus representantes, estar constantemente em busca do desenvolvimento, a partir da elaboração e disseminação de políticas públicas e sociais. Porém, não se trata de um desenvolvimento universal, uma vez que as políticas implementadas por ele, são de caráter focalizador e não universais, não atingem, portanto, a raiz do problema e não são capazes de atender a todos, ao contrário, trata-se de um desenvolvimento cada vez mais desigual.

Esse Estado que é planejador das ações capitalistas, não poderia atender a maior parte das demandas sociais, portanto não poderia atender a todos, buscando a equidade, menos ainda ele pode promover a superação da pobreza e da riqueza, constituintes fundamentais do modo de produção capitalista.

Apesar do papel intrínseco do estado, na sua relação com o capital, assim como ele produz as legislações como já expostas, no Brasil o ECA, entre outras, o Estado criou uma política pública, o PETI, no ano de 1996, no contexto de grande efervescência do debate da proteção de crianças e adolescentes no cenário internacional, marcado também pelas inúmeras denúncias de exploração do trabalho infantil, sobretudo, nas carvoarias no Centro-Oeste, no qual era comum o adoecimento e a morte desses sujeitos. As inúmeras denúncia se multiplicaram por todo o país, em diversos setores, o que demandou a criação e implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conforme discutiremos a seguir.

2.4 O programa de Erradicação do Trabalho infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, foi instituído pelo extinto Ministério da Previdência e Assistência Social através da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS, pela Portaria de nº 2.917, de 12 de setembro de 2000. O referido programa tem como prioridade o combate ao trabalho infantil nas atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes.

Segundo Zadra, exemplos de atividades perigosas, são,

Na área urbana: lixões, comércio em feiras e ambulantes, engraxates, distribuição e venda de jornais e revistas, comércio de drogas; [...] Na área rural: cultura do sisal, algodão, fumo, horticultura, laranja e de outras frutas, coco e outros vegetais, pedreiras e garimpos, salinas, cerâmicas, olarias, madeiras, marcenarias, tecelagem, fabricação de farinha e outros cereais, pesca, cultura da cana-de-açúcar, carvoaria (2008, p. 30).

Nesta pesquisa tomamos como foco de análise duas dessas atividades perigosas, na cidade, o trabalho relacionado as feiras livres e nos semáforos; no campo, o trabalho na agricultura. A partir deles buscamos analisar os rebatimentos do ingresso precoce na prática laboral e as condições a que estão sujeitos os pequenos trabalhadores.

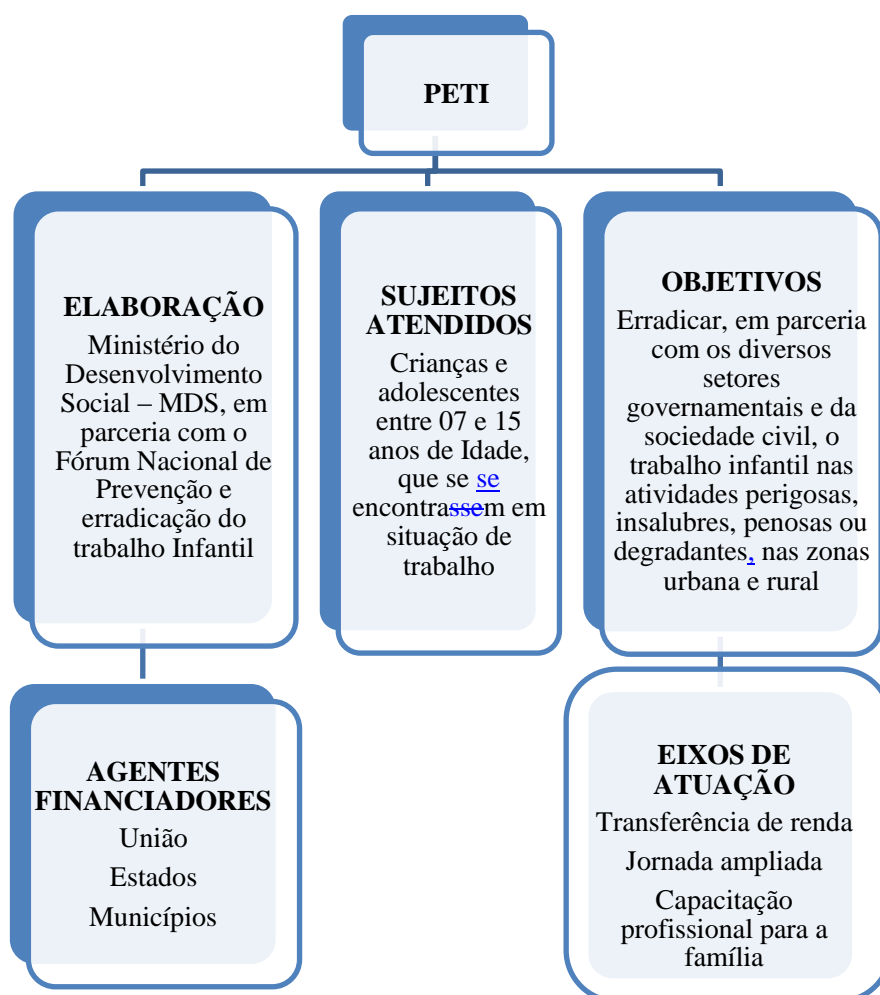
O PETI “é um Programa de Transferência de Renda implementado em parceria com a União, Estados, municípios e a sociedade civil, propondo-se a erradicar as piores formas de trabalho infantil nas zonas rurais e urbanas (SILVA, 2005, p 14).” Segundo a portaria de nº 2.917, de 12 de setembro de 2000¹¹, o Programa se constitui uma política social destinada a famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e com a complementação de renda de 25,00 e 40,00 reais para a zona rural e urbana respectivamente, para retirar crianças e adolescentes do trabalho e mantê-los na escola. De acordo com o PETI, esses sujeitos podem permanecer no programa até os 15 anos de idade, desde que seja garantida a frequência na escola e na Jornada Ampliada, caracterizada por ações socioeducativas no contra turno escolar. O fluxograma a seguir sintetiza o funcionamento do PETI, identificando os principais agentes formuladores do

11

http://www.editoramagister.com/doc_19049_PORTARIA_N_2917_DE_12_DE_SETEMBRO_DE_2000.aspx

Programa, os agentes financiadores, seus objetivos e formas de atuação tidas como possibilitadoras do combate e erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Figura 1: Fluxograma de funcionamento do PETI



Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social, Elaboração da autora, 2017.

O PETI enquanto programa de combate ao trabalho infantil possuía grande relevância principalmente em relação às atividades da Jornada Ampliada, nestas eram oferecidas oficinas de dança, teatro, aulas de violão, pintura, debates de temas como sexualidade, drogas, gravidez na adolescência. Ações que além de tira-los do tempo ocioso, proporcionavam atividades educativas.

De acordo com a Pesquisa Nacional de amostras por Domicílios - PNAD, o PETI mostrou-se significativo para a redução dos índices de trabalho infantil no Brasil, uma vez que após sua implementação, os índices de trabalho infantil foram sendo alterados. Em 1998 cerca de 7,7 milhões de crianças e adolescentes se encontravam em

situação de trabalho, 6,5 milhões em 1999 e 5,5 milhões em 2001, 3,4 milhões em 2010. Os últimos dados publicados em 2015, mostraram uma estimativa de aproximadamente 2,5 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

Os dados de 1999 a 2015 demonstraram que as iniciativas do Estado e da sociedade civil, aliadas as ações do PETI, se mostraram importantes para a redução dos elevados índices do trabalho infantil. Entretanto, considera-se que esse quadro não demonstra sustentabilidade em face das condições reais de reprodução das famílias no contexto de crise estrutural.

No que se refere as ações de enfrentamento, a portaria 666, de 28 de dezembro de 2005 estabelecia a integração do PETI ao Programa Bolsa Família. A unificação dos Programas possibilitou uma série de ganhos, já que mais famílias puderam ser atendidas. A Portaria ampliou para até o limite dos 16 anos e o entendimento de trabalho infantil para qualquer atividade laboral. Vieira destaca também a “a condicionalidade de controle do desenvolvimento infantil, vacinas e vigilância nutricional para as crianças abaixo de sete anos (VIEIRA, 2009, p 119). Destaca-se que, embora a unificação traga ganhos, sobretudo em relação a expansão do número de famílias atendidas, a unificação dos dois programas acarretou a perda da centralidade do combate ao trabalho infantil, uma vez que na realização dos cadastros das famílias o tema trabalho infantil não estava presente (GIOSA, 2010).

O PETI, na atualidade está em vias de desaparecimento nos municípios do Brasil, este programa tem sido integrado ou remodelado para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV. Trata-se de um novo programa, instituído pelo governo de Dilma Rousseff, através da Resolução N° 01 de 21 fevereiro de 2013. É um programa que atende a todos os sujeitos sociais em situação de vulnerabilidade social presentes nos municípios, assim, crianças e adolescentes em situação de trabalho ou de vulnerabilidade, jovens em situação de rua, idosos abandonados, mulheres grávidas, entre outros, são atendidos pelo referido projeto, que disponibiliza oficinas das mais variadas modalidades, profissionalizantes, socioeducativas ou de lazer, oferecidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

A extinção das ações do PETI pode representar o descuido do poder público em relação à ampliação de situações de vulnerabilidade a que estão expostos os sujeitos desta pesquisa, uma vez que “a frequência no SCFV não é mais condicionalidade para o recebimento dos benefícios de transferência de renda do Programa Bolsa Família e da Bolsa PETI, conforme disposto na Portaria MDS nº134 de 28/11/2013”. (BRASIL, 2014, p 17).

Frequência, que na Jornada Ampliada do PETI era quesito obrigatório para a permanência no programa, atualmente, como se pode inferir no texto da portaria anteriormente referida, as crianças e adolescentes mesmo que estejam inseridas nas atividades do SCFV, podem facilmente faltar às atividades para ir ao trabalho, por exemplo, e mesmo assim continuar recebendo os benefícios do Bolsa Família ou do PETI, criando um espécie de “faz de contas”, faz de conta que os mesmos não estão mais no trabalho, faz de conta que a realidade deles foi alterada, faz de conta que o trabalho infantil está sendo combatido nos municípios, sem que nada se altere.

Dentre os envolvidos no funcionamento do PETI, o programa é descrito como uma ação que ajudou as famílias envolvidas, não só pelo dinheiro concedido pelo programa, mas também pelas atividades que as crianças participavam.

O PETI não deveria ter acabado, era muito bom. Lá os meninos brincavam, tinham lanches, eles resolviam o dever da escola, e as mães sabiam que nós estávamos cuidando deles. Em vez de estar na rua, eles estavam com a gente, tinha passeio para piscina, pro shopping, eles gostavam muito. (E. B. ex-orientadora social, entrevista realizada em 30 de dezembro de 2017).

Embora o PETI seja apresentado como um programa importante no combate ao trabalho infantil, as contradições foram aparecendo no decorrer da entrevista, quando, por exemplo, a ex-orientadora social revelou que muitas vezes as crianças faltavam as atividades, em função da ida ao trabalho naquele dia. As crianças ou seus pais pediam que não fossem colocadas faltas naqueles dias, pois somente eram permitidas o máximo de quatro faltas no mês, ao ultrapassar as faltas permitidas, os pais recebiam uma notificação por escrito e uma segunda notificação acarretava na saída das atividades do PETI e na perda do benefício.

Eles avisavam antes, - professora tal dia eu não venho, porque vou ajudar meus pais, aí eu conhecia a família, sabia que era necessitada. Nós professores ficávamos em situação muito difícil, por entendermos as situações das famílias e por não podermos negligenciar o Programa e a continuidade do Trabalho infantil” (E. B. ex-orientadora social, entrevista realizada em 30 de dezembro de 2017).

A fala acima revela a fragilidade do programa, uma vez que a inserção no mesmo não significava necessariamente a retirada dessas crianças e adolescentes do trabalho. Também a bolsa concedida, ou o apoio às famílias era um valor baixo e não

suficiente para retirar às famílias da situação de pobreza e as crianças do trabalho, de modo que o retorno para o trabalho ocorria sempre que necessário para a família.

A partir dos relatos sobre o PETI, é possível identificar que este servia também a manutenção de votos nas eleições municipais, uma vez que os orientadores sociais eram escolhidos via indicação política. Assim o partido vencedor escolhia entre seus eleitores pessoas para trabalhar junto ao programa. E. B. afirma ter trabalhado no PETI por quatro anos de 2006 a 2010, quando questionada como chegou ao cargo, ela afirmou que entrou no lugar do marido, “ele não quis mais ficar, aí eu entrei no lugar dele, a gente era do partido do candidato a prefeito, aí ele prometeu que se ganhasse a gente ia trabalhar com ele, quando ganhou chamou meu marido pro PETI” (idem). Quando perguntada sobre se possuía alguma formação, relatou: “nenhum de nós era formado não, o que a gente fazia era capacitação em Aracaju, tinha todo ano, em dois ou três dias. A gente aprendia uns jogos, dinâmicas, essas coisas pra passar pra eles” (idem, *ibidem*).

Se observa, que mesmo que a LDB 9394/96, estabeleça a necessidade de formação plena, em Licenciaturas, para o ato de educar brincando, nas modalidades de educação infantil e de séries iniciais ou para as idades mais avançadas, o Programa deixava aberta as possibilidades de contratação de profissionais sem as habilidades requeridas para as demandas do Programa. Esse quadro corroborava em muitos casos para o desestímulo das crianças, já que a jornada ampliada exigia muita criatividade e didática dos educadores sociais.

Outra fragilidade visível no programa, diz respeito às crianças e adolescentes selecionadas para participar deste. Muitas vezes as crianças e adolescentes selecionadas não possuíam histórico de trabalho infantil, e/ou as vagas limitadas, impediam que muitos desses sujeitos em situação de trabalho e interessados em participar do PETI, ficassem de fora do Programa. Todos esses problemas levantados mostram quanto o programa ainda tinha por melhorar, contudo, mesmo com suas fragilidades, era visto como uma alternativa possível de combate ao trabalho infantil.

Um Encontro Estadual de Ações Estratégicas do PETI ocorreu no ano de 2013 e teve como pauta o redesenho do Programa. Nesse encontro, a decisão tomada foi pela transferência das crianças e adolescentes participantes do PETI para o SCFV. Este estabelecia às crianças e adolescentes envolvidas em trabalho infantil como público prioritário do SCFV. No entanto, a migração do PETI para o SCFV, não tem surtido grandes resultados, tendo em vista os dados do Sistema de Informação do Serviço de

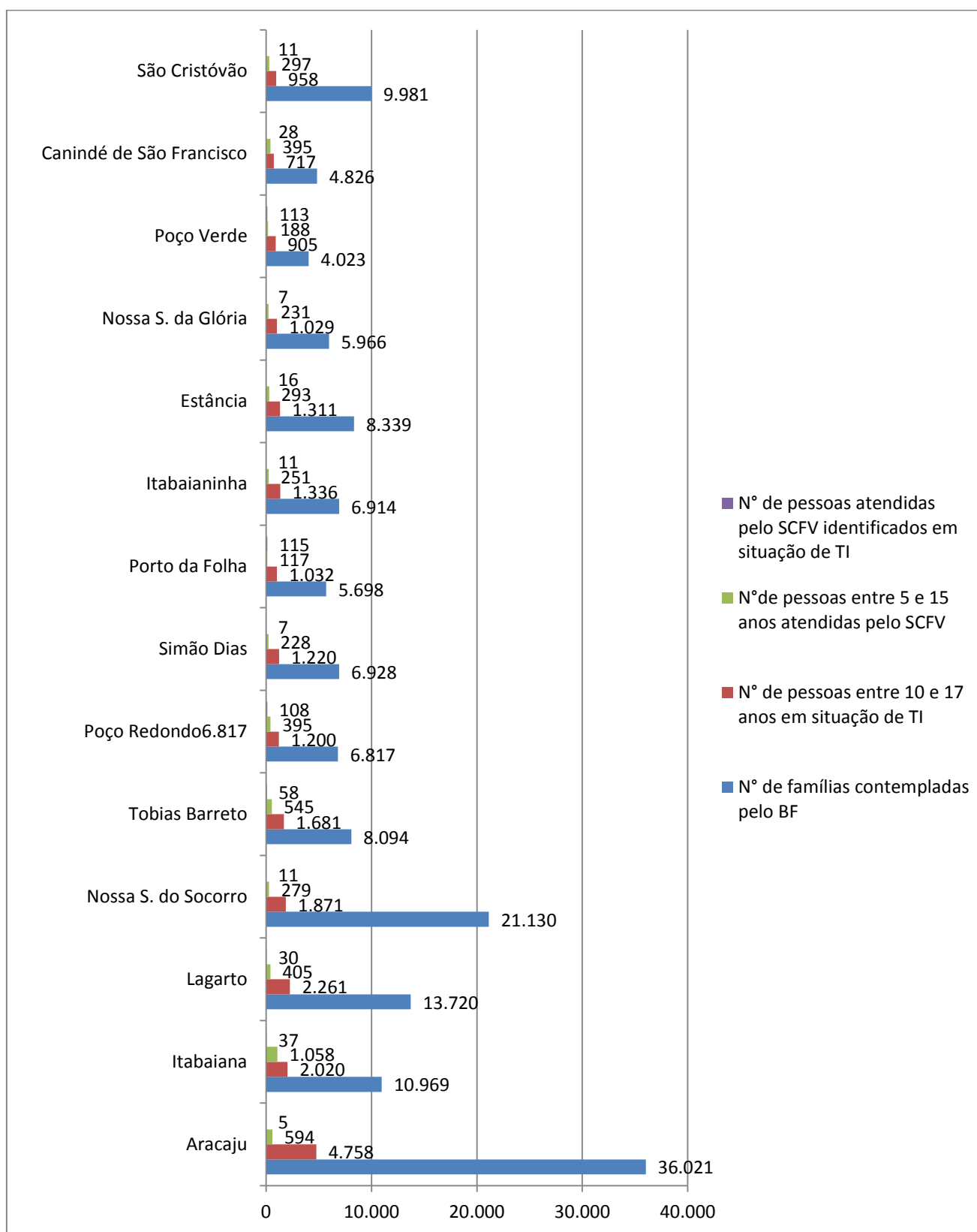
Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SISC, que no ano de 2016, aponta que dos 27.557 usuários desse programa no estado de Sergipe, apenas 1.948 eram crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, o que corresponde apenas a 7,06% do total de usuários, denotando o atendimento de apenas uma pequena parcela destes trabalhadores no estado.

De acordo com as informações disponibilizadas sobre o trabalho infantil no estado de Sergipe, pelo Ministério do Desenvolvimento Social no ano 2017, tendo como base o cruzamento dos dados colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Ministério do Desenvolvimento Social e MDS, no Ministério da Educação – MEC, no Ministério do Trabalho – MT e no Ministério da Saúde – MS, o número de crianças e adolescentes trabalhadores que frequentam o SCFV é quase irrisório nos municípios sergipanos, como pode observar no gráfico 2.

Os dados disponibilizados revelam a ineficiência do SCFV no combate ao trabalho Infantil na grande maioria dos municípios ditos prioritários¹², no combate, prevenção e erradicação do Trabalho infantil. Ao todo são 14 municípios que foram selecionados de acordo com os dados de maior incidência de trabalho infantil nos municípios sergipanos, dados esses coletados e disponibilizados pelo censo demográfico do IBGE 2010. De acordo com o referido censo respectivamente os 14 municípios com maior incidência de trabalho infantil em Sergipe são: Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto, Poço Redondo, Simão Dias, Porto da Folha, Itabaianinha, Estância, Nossa senhora da Glória, Poço Verde, Canindé de São Francisco, São Cristóvão.

¹² Os 14 municípios prioritários foram selecionados de acordo com a maior incidência de trabalho infantil em números absolutos, com base no censo do IBGE 2010.

Gráfico 2: Trabalho Infantil e Atendimento pelo SCFV e BF em Sergipe



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social¹³. Elaboração PAZ, Rafaela Santos, 2018.

¹³<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti/diagnostico-brasil/municipios-prioritarios/sergipe>

O gráfico Acima mostra um elevado quantitativo de beneficiários do Programa Bolsa Família, um grande número de crianças e adolescentes trabalhadores nos municípios considerados prioritários, o quantitativo de sujeitos entre 5 e 15 anos frequentadores do SCFV e em contraste, um número baixo de crianças e adolescentes trabalhadores que frequentam tal serviço, cujo público prioritário é justamente dos pequenos trabalhadores, serviço, que no plano teórico visa substituir o antigo PETI e auxiliar de forma mais eficiente no combate ao trabalho infantil.

O gráfico 2 revela também dados importantes sobre o enfrentamento da problemática do trabalho infantil em Sergipe. É possível identificar que no município de Aracaju, por exemplo, apenas 5 das 594 crianças e adolescentes atendidas no SCFV, possui no cadastro do município, marcação como sujeitos provenientes do trabalho infantil. Número aliás, significativamente baixo tendo em vista o quantitativo total de crianças e adolescentes trabalhadores no município.

Itabaiana que é o terceiro município com maior concentração de trabalho infantil, encontradas em situação de trabalho 2.020 pessoas entre 10 e 17 anos de idade segundo os dados do IBGE 2010, possui apenas 37 das 1.058 crianças e adolescentes frequentadores do SCFV, com marcação de sujeitos provenientes do trabalho infantil. Realidade que se multiplica por quase todos os municípios do estado.

Na busca por compreender as ações do estado de Sergipe no efetivo combate ao trabalho infantil, realizamos uma entrevista junto à responsável pelas ações do enfrentamento ao trabalho infantil, junto a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos - SEIHD. O objetivo de tal visita era buscar dados próprios e mais atualizados dos municípios sobre a problemática, no entanto fomos informadas que tais dados não existem. Assim o estado encontra-se refém dos dados disponibilizados pelo IBGE no censo decenal e pelas amostragens da PNAD.

Durante a realização da entrevista L. T., nos informou que a ausência de dados mais precisos se constitui um grande desafio do estado para o enfrentamento ao trabalho infantil, uma vez que os dados do IBGE apontam que existem mais de 47 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho em Sergipe, contudo as prefeituras não identificam essas crianças, o que dificulta bastante o combate.

A principal tarefa desempenhada pelas instituições do governo de Sergipe no enfrentamento ao trabalho infantil são as assessorias prestadas aos municípios, com palestras de formação e matérias didáticos, como cartinhas, banners, e faixas para que

os municípios possam fazer sua parte e também buscar o enfrentamento ao trabalho infantil.

Outra dificuldade relatada pela entrevistada foi em relação a fragilidade da rede de proteção da criança e do adolescente, no âmbito dos municípios. Pelas dificuldades que a rede de proteção enfrenta na coleta dos dados referentes ao trabalho infantil. Os técnicos e assistentes sociais dos municípios, por conhecer a realidade das famílias, são os sujeitos que deveriam indicar as famílias com presença de trabalho infantil. Contudo o receio das mães de perder o benefício social, fazem com que estas neguem a realidade do trabalho infantil no seio da sua família, o que dificulta o levantamento dos dados e o enfrentamento desta problemática.

O Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, é a forma mais eficiente dos municípios coletarem informações referentes ao trabalho infantil, uma vez que contém em seu questionário, uma marcação livre para o município, com a pergunta: há trabalho infantil na família? E posteriormente uma lista para marcação dos nomes das crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil. Contudo, por se tratar de uma atividade proibida (trabalho infantil), os pais tendem a negar sua existência, fato que torna mais difícil o enfrentamento de tal realidade.

Assim, o estado de Sergipe segue sem nenhum programa ou projeto próprio de enfrentamento ao trabalho infantil. Suas ações conhecidas se constituem apenas na confecção e distribuição de folders para conscientização dos prejuízos do trabalho precoce e na realização de campanhas de conscientização, em especial no dia 12 de Junho, Dia Mundial contra ao Trabalho Infantil. Segundo os dados das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI, no ano de 2017, o estado de Sergipe recebeu um repasse do governo federal, no valor de 216.000 para as ações de enfrentamento ao trabalho infantil.

Figura 2: Campanha do estado de Sergipe no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, Jun/2017.

A figura acima mostra que as campanhas realizadas constituem-se importantes instrumentos no debate sobre os prejuízos do trabalho infantil. Esse ato foi constituído também com uma caminhada pelo centro da cidade, na qual a comunidade presente pode refletir sobre essa prática. A campanha mostra as diversas atividades trabalhadas em muitos municípios do interior do estado de Sergipe. Contudo apresenta-se como um ato isolado, lembrado apenas no dia 12 de junho e de certa forma esquecido durante o resto do ano.

Também, a nova configuração do PETI, apresentado como um programa intersetorial, presente em todos os municípios, não se efetiva como uma ação capaz de fazer funcionar os cinco eixos estratégicos a que se propõe, são eles: informação e

mobilização, identificação, proteção, defesa e responsabilização, e monitoramento. Nesse interim a problemática do trabalho infantil permanece se agravando e se multiplicando.

Aqui enfatizamos que as intenções de combate ao trabalho infantil, muitas vezes não passam de discursos ou são paliativas e pontuais. Nas feiras livres dos municípios, cuja responsabilidade é do poder público municipal, as crianças e adolescentes circulam livremente prestando seus serviços. Existe uma iniciativa do “Carrego Legal”, na qual somente maiores de 18 anos cadastrados nas prefeituras e devidamente sinalizados podem prestar o serviço de carrego nas feiras, contudo, como as medidas não são de distribuição de trabalho e renda de forma sustentável, ademais, como já mencionamos anteriormente o trabalho é visto como algo positivo e disciplinador para as crianças de famílias pobres, o que se observa é a continuidade da prática do trabalho infantil exercido por crianças e adolescentes pelo estado.

CAPÍTULO 03 - O TRABALHO QUE “DIGNIFICA O HOMEM” E EXPLORA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Nos capítulos anteriores foram debatidos os processos que impulsionam o ingresso precoce de crianças e adolescentes a prática laboral, o modo de produção capitalista como um modo de produção que se sustenta a partir da exploração do trabalho e em particular, o atual estágio deste modo de produção, que está vivenciando uma crise entendida por muitos autores e por esta pesquisa como uma crise estrutural, sem resolução, ainda que ocorram ajustes/reestruturações que em outros momentos garantiram o prolongamento de períodos de ascenso do sistema, proporcionando retorno às taxas de crescimento e lucratividade. Também analisamos o conceito de “questão social” e de pobreza, que emergiram no contexto de desenvolvimento das contradições do capitalismo, responsáveis pela inserção das crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Aqui entendemos a condição socioeconômica das famílias nas quais estão presentes as crianças e os adolescentes trabalhadores como fator determinante para a explicação do trabalho infantil.

Compreendendo que a pobreza, enquanto expressão da “questão social”, é resultado e “doença” inerente e irresolúvel do/no modo de produção capitalista, por ser este marcado pela contradição e pela desigualdade entre possuidores dos meios de produção e vendedores da força de trabalho, Costa e Cassol (2008 p. 39) percebem que [...] as crianças e os adolescentes se tornam “mercadorias” inseridas nesse processo da economia de mercado e, o trabalho infantil constitui-se tanto como causa quanto como consequência refletindo a/na situação de miserabilidade das famílias.

Aqui buscaremos analisar as principais características e particularidades do trabalho infantil no campo e na cidade, bem como apontaremos a especificidade do trabalho da criança e do adolescente na unidade de produção camponesa, como parte um

processo educativo e de resistência do campesinato. Mostrando os contextos que diferenciam o conceito de trabalho na infância, do conceito de exploração do trabalho infantil.

3.1- O campo e a cidade sob a ótica do trabalho infantil

O trabalho infantil apresenta diferentes características entre as áreas rurais e urbanas no Brasil. Não diferentemente, no estado de Sergipe o trabalho de crianças e adolescentes se multiplica, tanto no campo quanto na cidade. Aqui buscamos elencar e analisar as principais semelhanças e diferenças no que concerne ao trabalho infantil nesses espaços. Em relação ao campo, definimos que o trabalho infantil desenvolvido em unidades de produção camponesa deve ser objeto de análise particularizada.

O campo e a cidade possuem grandes similitudes no que concerne a exploração do trabalho infantil. Em ambos os casos, a pobreza aparece como principal impulsionador da inserção precoce de crianças e adolescentes em atividades laborais, cuja finalidade é complementar ou garantir a reprodução familiar.

Silva (2001), realiza um estudo conceitual intitulado ‘trabalho infantil ou exploração do trabalho infantil?’, no qual o autor estabelece a distinção epistemológica e ideológica de tais termos. Neste ensaio, o autor busca caracterizar o trabalho como atividade realizada pelo homem, capaz de transformar a si mesmo, a natureza e a sociedade. Assim o trabalho na infância deve ser realizado sob a ótica da prática educativa, do auxílio ou “ajuda”, em que o campesinato aparece como exemplo ilustrativo. Já a exploração do trabalho infantil, segue a lógica da exploração do trabalho humano, base fundamental que sustenta o modo de produção capitalista. A exploração do trabalho infantil é posta pelo autor como um problema social, disseminado pelo capital. A exploração do trabalho precoce se insere na lógica da produção de mercadoria, que em nada se constitui como trabalho educativo.

Desde o Brasil colônia, até por volta da década de 1960, quando ocorreu a expansão da industrialização, a urbanização das cidades, a modernização da agricultura e a inversão demográfica de um país eminentemente rural para predominantemente urbano, o trabalho infantil historicamente se concentrou no campo e no setor da agricultura. Atualmente, os dados oficiais apontam que o trabalho infantil está concentrado na zona urbana (69% do total), onde se prolifera o trabalho de prestação de

serviços, na informalidade, como autônomos, domésticas, engraxates, vendedores ambulantes, feirantes, auxiliares de pedreiros, dentre outras atividades.

Ainda que numericamente minoritário, o trabalho infantil no campo salvo algumas exceções que analisaremos no decorrer deste capítulo, gera tantos ou mais prejuízos a criança e ao adolescente quanto o trabalho urbano.

O campo brasileiro é composto por uma diversidade de formas de exploração da terra e da força de trabalho presente nela, também são diversos os modos de relacionar-se e reproduzir-se no campo. Daremos destaque a utilização do trabalho de crianças e adolescentes no campo sob duas perspectivas diversas: a utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes no campesinato, cujo trabalho insere-se numa lógica “educativa”, de aprendizagem e aquela na qual a inserção no trabalho desses sujeitos segue a lógica do trabalho assalariado, de produção de mais-valia e lucro, a partir da exploração dos sujeitos que vivem e/ou trabalham no campo. O sociólogo Vladimir Stropasolas (2012), realiza um estudo sobre o trabalho infantil na agricultura no século XXI, no qual o autor ressalta a importância de que se estabeleçam as diferenças do uso dessa força de trabalho infantil, sob a lógica do campesinato e do capital.

Ao se abordar a inserção de crianças e adolescentes nas atividades agrícolas é fundamental que se diferenciem as atividades inerentes à agricultura familiar daquelas restritas ao trabalho assalariado, que possui outras implicações e significados. [...] ao se explicitar a lógica de inserção das crianças no trabalho agrícola familiar [...] é ressaltado o sentido de aprendizagem e socialização das crianças (STROPASOLAS, 2012, p 260).

Em vias de regras, a inserção de crianças e adolescentes no trabalho agrícola assalariado, tem como objetivo a venda da mercadoria força de trabalho, em troca do salário (dinheiro) que possibilita a reprodução familiar, baseado na exploração do trabalho humano. Diferentemente da agricultura camponesa, na qual o trabalho na infância tem como objetivo o aprendizado, a socialização e a troca de conhecimentos entre gerações.

A abordagem sobre trabalho e campesinato, nos remete ao pensamento e contribuições de Alexander Chayanov, autor russo que dedicou a maior parte da sua vida formulando teorias a respeito das especificidades da economia camponesa, para quem o campesinato deve ser investigado de forma diferenciada das unidades de produção capitalistas, uma vez que o campesinato se sustenta através do uso da força de

trabalho da família, e no qual não existe o fenômeno do salário. O autor chega até esta afirmação, ao propor que a unidade de produção camponesa

lleva su empresa sin pagar mano de obra recibe como resultado de un ano de trabajo una cantidad de mercancia que, despues de cambiada en el mercado, forma el producto bruto de su unidad economica. De este producto bruto debemos deducir una cantidad para el gasto material requerido en el transcurso del ano; nos queda entonces el incremento de valor de los bienes materiales que la familia ha adquirido con su trabajo durante el ano, o para decirlo de otro modo, el *producto de su trabajo*. Este producto del trabajo familiar es la unica categoria posible de ingreso para una unidad de trabajo familiar campesino o artesano, porque no hay manera de descomponerlo analitica u objetivamente. Dado que no hay fenomeno social de salarios, el fenomeno social de beneficio neto tambien falta. Entonces resulta imposible aplicar el calculo capitalista de la ganancia (CHAYANOV, 1975, p 5).

O produto do trabalho como resultado da autoexploração camponesa é determinado pelo tamanho da propriedade e pela quantidade de membros trabalhadores capazes de exercer alguma atividade durante o ano. “En la explotacion familiar, la familia, equipada con medios de produccion, emplea su capacidad de trabajo en cultivar la tierra y recibe como resultado del trabajo de un ano cierta cantidad de bienes” (CHAYANOV, 1975, p 5).

A partir das análises de Chayanov sobre o campesinato, torna-se possível compreender que este possui uma dinâmica própria de divisão social do trabalho, diferenciada dos padrões do modo de produção capitalista. No modelo camponês, todos os membros da família atuam no trabalho segundo suas capacidades, de acordo com sua idade e sexo.

Para Chayanov (2014) o modo de produção doméstico (camponês), resiste e se reproduz a partir do uso da força de trabalho familiar, da inexistência do trabalho assalariado e da ausência do lucro, assim o trabalho camponês tem como base a autoexploração, a participação e colaboração de todos os sujeitos da família na produção para a subsistência. Já a produção excedente é trocada ou comercializada para suprir outras necessidades não atendidas no seio da unidade camponesa, nesse sentido o trabalho da criança e do adolescente se insere numa lógica diferente da existente no modo de produção capitalista, como forma de aprendizado, resistência, desassociado do conceito de exploração e de pobreza, tendo como premissa a coletividade, a cooperação, em um modo de vida, calcado na divisão de tarefas, segundo sexo e faixa etária. Para

Chayanov (2014) no campesinato “a família é o suposto da produção, nada mais é que o de garantir a própria existência”.

Tal explicação coloca a unidade de produção camponesa fora do circuito capitalista de produção de mais valia. Ainda que esta seja subordinada pelo sistema do capital, ao relacionar-se com o mercado. Assim, mesmo uma forma não-capitalista serve a este modo de produção pela extração da renda da terra.

Segundo Gerardi e Salamoni (2014, p 165-166)

O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como uma análise microeconômica interna das unidades camponesas, na qual cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que a compõe e suas idades. Esta composição familiar determinará as variações no volume de trabalho e consumo necessário para garantir a sobrevivência da família, pressuposto que é de extrema importância para compreender o campesinato sob o ponto de vista de Chayanov.

Wortmann (2014), corrobora com as análises de Chayanov, ao afirmar que o modo de produção doméstico (camponês), difere de outros modos de produção em especial do capitalista, em função do campesinato se basear no uso da força de trabalho da família “cujo objetivo básico seria o de garantir a satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente” (WORTMANN, 2014, p 231).

Para Oliveira (1996) o trabalho da criança e do adolescente presente no campesinato, segue a lógica do trabalho educativo, compreendido enquanto “atividade mediadora dentro da prática social, como um fator imprescindível do processo de passagem do ser ao dever-ser, um processo de transformação social” (Idem, p 22). Nesse processo há distinção da prática educativa em relação à realidade da exploração, a prática educativa parte da curiosidade que envolve o trabalho realizado pelos pais no campo. Quando e porque preparar a terra? Como e o que plantar? Quando colher? Como cuidar? Práticas educativas que envolvem os saberes acumulados de geração em geração. Essas práticas do aprender a fazer são importantes, sobretudo, no campesinato para garantir a continuidade do querer fazer e de tomar gosto pelo que se faz.

Todo cultivo demanda um conhecimento sobre como fazê-lo. O plantio da mandioca, por exemplo, exige um conhecimento prévio dos diversos tipos de mandioca e cuidados que demandam. Como cortar a manáiba, como planta-la, quando limpar a plantação, quando e como fertiliza-la, quando colher, como beneficiar. Esses

ensinamentos são passados desde tenra idade, quando as crianças só acompanham os pais até a roça. Crescem concedendo pequenas ajudas, aprendendo vendo fazer e depois fazendo. De forma esporádica, auxiliar, educativa e com autonomia de quando começar e parar. Sem o peso da obrigatoriedade do trabalho, da meta a ser alcançada, do desgaste físico presente no trabalhador que vende sua força de trabalho.

Outros autores que corroboram com a aceção do trabalho das crianças e adolescentes camponeses enquanto prática educativa é Marin et. al., segundo esses autores, deve-se “diferenciar o trabalho precário, rotineiro e degradante das diversas formas de ajuda realizadas por crianças, especialmente no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista que o auxílio das crianças nas atividades rurais constituiria uma forma de inserção social” (MARIN et. al., 2005, p 8). Ainda de acordo com Marin et. al.

[...] os diversos autores que estudaram as sociedades camponesas no Brasil destacaram a importância do trabalho na transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados. A formação profissional e a construção do herdeiro exigiam que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob a orientação dos pais ou dos trabalhadores adultos, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a idade adulta. Conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se às atividades produtivas e reprodutivas das famílias, na condição de ajudante. [...] Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses (2005, p 8).

Os pais reconhecem a importância da educação formal ensinada nas escolas, contudo reconhecem também que o processo de fechamento das escolas do campo é acompanhado pela centralização do ensino na cidade que não raro desvaloriza o campo e o conhecimento milenar presente neste, percebem também que

[...] as atividades desenvolvidas pelos jovens, respeitando-se as condições físicas e as responsabilidades escolares, proporcionam a inserção destes nos valores e culturas locais, sendo um momento de transmissão dos conhecimentos necessários para a continuidade do modo de vida camponês (MARIN et. al., 2005, p 13).

A família camponesa compreende o trabalho na infância como prática educativa, de socialização, possibilidade de sucessão e de continuidade e resistência do trabalho camponês. Na realidade camponesa “o trabalho é apresentado como parte indispensável da sociabilidade das crianças no meio rural, bem como uma forma de aprendizagem e

reprodução de um modo de vida que deve ser valorizado” (MARIN et. al., 2005, p 19). A outra noção de trabalho infantil é estabelecida pela legislação, que visando proteger as crianças e adolescentes da exploração, dos prejuízos à educação e à saúde, equipara todas as formas de trabalho e proíbe a prática de qualquer forma de trabalho infantil que esteja abaixo da idade estabelecida.

Essas duas concepções sobre a prática do trabalho de crianças e adolescentes, muitas vezes entram em choque, uma vez que no caso do campesinato, muitos pais discordam da legislação, entendem que a atividade exercida por seus filhos são importantes para a perpetuação do modo de vida camponês, a ligação com a terra, os conhecimentos de como lidar e se reproduzir no campo, entendem também que as atividades realizadas por este não os priva do tempo para os jogos, as brincadeiras, para a educação formal.

Para o campesinato, a inserção de crianças e adolescentes nas atividades cotidianas do campo não se justificativa pela prevenção à marginalidade ou como formador de caráter, baseia-se numa prática de ensinar para os filhos o conhecimento de toda uma vida.

A exploração do trabalho infantil é uma problemática que merece atenção e intervenção por parte do Estado e da sociedade. Contudo, notamos que a metodologia do censo demográfico do IBGE 2010, pode abrir margem para alguns erros, principalmente relacionado ao trabalho da criança e do adolescente no campo. A figura 3 abaixo foi retirada do questionário de amostra do Censo, que questiona o entrevistado sobre se ele exerceu alguma atividade remunerada ou não, por pelo menos uma hora na semana de referencia.

Figura 3: Questionário do censo Demográfico do IBGE 2010.

TRABALHO E RENDIMENTO	
PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA: 6.41 - TRABALHOU GANHANDO EM DINHEIRO, PRODUTOS, MERCADORIAS OU BENEFÍCIOS? BENEFÍCIOS: MORADIA, ALIMENTAÇÃO, TREINAMENTO, ETC.	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.45)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.42)
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010: 6.42 - TINHA ALGUM TRABALHO REMUNERADO DO QUAL ESTAVA TEMPORARIAMENTE AFASTADO(A)? (Férias, doença, licença, greve, falta, más condições do tempo, etc.)	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.45)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.43)
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA: 6.43 - AJUDOU SEM QUALQUER PAGAMENTO NO TRABALHO REMUNERADO DE MORADOR DO DOMICÍLIO?	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.45)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.44)
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA: 6.44 - TRABALHOU NA PLANTAÇÃO, CRIAÇÃO DE ANIMAIS OU PESCA, SOMENTE PARA ALIMENTAÇÃO DOS MORADORES DO DOMICÍLIO? INCLUSIVE CAÇA, E EXTRAÇÃO VEGETAL	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.46)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.54)
6.45 - QUANTOS TRABALHOS TINHA?	
<input type="checkbox"/> 1 - UM	<input type="checkbox"/> 2 - DOIS OU MAIS
Siga 6.46	
Os quesitos de 6.46 a 6.49 devem referir-se ao trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência ATENÇÃO - Critérios para definir o trabalho principal na semana de referência: 1 - Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2 - Maior rendimento mensal habitual; 3 - Trabalho que possui há mais tempo.	

Fonte: IBGE, 2010.

Para o IBGE, segundo o questionário acima, o sujeito com mais de 10 anos de idade que tenha exercido alguma atividade remunerada ou não, por pelo menos uma hora, é considerado trabalhador. Tal afirmação inclui como criança e adolescente trabalhador, o sujeito que eventualmente possa acompanhar e ajudar os pais no trabalho agrícola.

Como demonstraremos com mais profundidade no capítulo III, o autor e intelectual russo, Alexander Chayanov empenha boa parte de sua vida, na investigação sobre as especificidades da unidade de produção camponesa. Para Chayanov (1975) a unidade de produção camponesa se fundamenta pelo uso da força de trabalho de todos os membros da família que possam contribuir de alguma forma com a produção. Nesta unidade, a produção visa à subsistência da família, nela não há o fenômeno do salário, nem a produção do lucro. Assim a inserção de crianças e adolescentes no campesinato difere da lógica capitalista de produção e extração de mais-valia, ainda que de algumas

formas, esta unidade de produção não-capitalista, tenha a renda da terra apropriada pelo capitalismo.

Os dados do IBGE apontam que 39% do trabalho infantil no Brasil, é realizado no campo. No entanto, parte desses sujeitos são meninos e meninas que seguindo a tradição do campesinato, acompanham e ajudam sua família, na distribuição da água entre os trabalhadores, cultivando, colhendo, entre outras atividades que não denotam exploração, mas sim uma prática ligada ao aprendizado de um grupo social, que se reproduz e resiste, a partir do ensinamento que é passado para os filhos.

Sem pretender fazer a defesa do trabalho infantil, percebemos a necessidade de questionar a metodologia implementada pelo IBGE, porque notamos que a mesma, ao mesmo tempo em que não investiga a exploração do trabalho entre os sujeitos entre 5 e 9 anos de idade, generaliza de certa forma, ao considerar uma hora em exercício de alguma atividade laboral no decorrer de uma semana inteira, como um sujeito trabalhador. Acreditamos que algumas atividades fazem parte do processo educativo. Acompanhar eventualmente os pais ao trabalho, e de alguma forma ajudá-los, não implica em exploração da criança. Assim, essa metodologia pode cometer equívocos, quando remete ao trabalho infantil no campo.

Não se pretende nesta pesquisa defender qualquer forma de trabalho infantil, contudo faz-se necessário estabelecer as diferenças entre a prática do trabalho infantil no campesinato, cujo uso da força de trabalho da família aparece como elemento central no modo de produção doméstico (leia-se no modo de vida camponês), e a exploração do trabalho infantil sob o viés do modo de produção capitalista cujo objetivo central e único é a produção de mercadoria e do lucro. Neste, os sujeitos cujos meios de trabalho são insuficientes ou que se encontram despossuídos dos meios de subsistência, veem-se obrigados a vender sua força de trabalho, a fim de garantir a reprodução de sua família, nesse ínterim as crianças e adolescentes arcam com o ônus da pobreza, assumindo longas jornadas de trabalho e baixos salários.

O trabalho infantil sob a lógica da produção de mercadorias pode ser encontrado em diversos segmentos no campo, no latifúndio, no agronegócio, no monocultivo, no trabalho por produção, dentre outras modalidades. Na maioria das vezes o trabalho de crianças e adolescentes aparece como acessório ao trabalho do pai ou da mãe, principalmente no trabalho por produção, no qual os pequenos trabalhadores se inserem para alcançar determinados níveis de produção, necessários para que o rendimento permita o pagamento das despesas semanais ou mensais da família. Esse tipo de

trabalho em Sergipe é bastante comum na colheita de laranja, coco, batata doce e no beneficiamento da castanha de caju e mandioca, atividades em que os pais recebem uma quantia por caixas, quilo ou toneladas colhidas ou beneficiadas. Contudo, a produção e, por conseguinte a remuneração do adulto sozinho é muito baixa, logo os pais veem-se obrigados a levar seus filhos para ajudar na produção, estes em geral não recebem nenhuma remuneração por tal atividade, se constitui portanto, um modo de produção que explora de uma só vez, pagando apenas um salário, a força de trabalho adulta e infantil.

Ocorre que, algumas das atividades supramencionadas se realizam na própria unidade de produção camponesa, cujo grau de subordinação ao capital é acentuado e nas quais, parte da renda da terra é apropriada pelo capitalista. O caso das áreas de produção da commodity laranja, no Centro Sul de Sergipe, é ilustrativo. Aqui, as crianças e adolescentes são compelidas ao trabalho desde o plantio até a colheita do produto, como ajuda aos pais. Entretanto, nesses casos, a pressão para atendimento dos tempos curtos para o plantio ou colheita, sob pena de passar o período chuvoso ou do apodrecimento do fruto na planta, impõe a intensificação do trabalho e a submissão desses sujeitos, às jornadas muitas vezes intensas. Quando a família é pressionada pela necessidade, o trabalho infantil, que poderia ser acatado como ajuda e aprendizado se metamorfoseia em trabalho alienado. Uma forma de trabalho que, ao mesmo tempo em que corrobora para a permanência do campesinato na terra, expressa nas condições atuais, a imprescindibilidade de subordinação do trabalho ao capital, ou a relação capital trabalho infante-juvenil.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), contrapondo teorias que compreendem o campesinato como resquício de modo de produção anterior dentro do capitalismo, ou que apregoam a modernização da agricultura e o fim do campesinato, chama atenção para a dialética da reprodução camponesa, defendendo a tese de que tanto o latifúndio como o campesinato precisam ser explicados dentro do capitalismo e não como modos de produção específicos ou por relações exteriores ao capitalismo. Essa tese explica o aumento do campesinato, que se reproduz vinculado a relações capitalistas e não capitalistas, expondo a natureza contraditória do modo de produção. Para o autor, o capital cria e recria relações não-capitalistas, de forma combinada, significando que, na base das suas contradições cresce não somente o trabalho assalariado, como o trabalho familiar e a unidade de produção camponesa. Esse cenário expõe a funcionalidade do

trabalho familiar e das atividades de crianças e adolescentes, importantes na reprodução do campesinato brasileiro.

Quando houve a metamorfose de parte dos camponeses em classe trabalhadora assalariada, não significou a melhoria das condições de vida desses e de suas famílias, pelo contrário,

[...] esse aumento significou crescimento do subemprego, na forma de massa numerosíssima de trabalhadores volantes, forma de trabalho clandestino, porque não atingida pela regulamentação legal do trabalho agrícola. Trata-se da generalização em muitas áreas da agricultura brasileira, precisamente naquelas onde se concentra a maior parte da produção, do emprego precário em atividades de curta duração por empreitadas (MARTINS, 1993, p 81).

A realidade do trabalho no campo provoca grandes dificuldades para a reprodução e sobrevivência das famílias, multiplicam-se os processos de superexploração e subemprego, permite a redução dos salários e o incremento do trabalho infantil, permite também a reprodução do trabalho escravo, fenômenos comuns no espaço agrário brasileiro.

Nestes espaços, assim como nas cidades, os elementos culturais, são utilizados para justificar a prática da exploração do trabalho infantil, que se apresenta como um meio de sobrevivência para as famílias de baixa renda e permitem uma remuneração importante para as mesmas. Segundo Junior,

Nas famílias pobres desde muito cedo o trabalho doméstico ou mesmo as atividades remuneradas são vivenciados e reiterados como valor moral e condição indispensável para o bem de educar aquele que é pobre e como meio educativo associado a formação moral e ao caráter das crianças (2015, p 9).

A compreensão das especificidades do trabalho infantil na zona urbana, demanda uma análise da formação e das características dos centros urbanos no Brasil, onde atualmente cerca de 84% e 73% da população brasileira e sergipana, respectivamente, vivem. Grande parte vivendo nas periferias das cidades, imersas no desemprego, e sobrevivendo da economia informal, principal setor de atração do trabalho infantil urbano.

O processo de urbanização no Brasil ganha impulso no final do século XIX, com a industrialização do país, porém é em meados do século XX com a Revolução Verde, a “modernização” da agricultura via mecanização e aplicação de insumos no campo, a

abertura da economia nacional, a chegada das multinacionais, a urbanização se consolida. Neste período, de forma concomitante, ocorreu a expulsão da população camponesa e de sua atração às cidades.

Esse processo fez chegar às cidades os rebatimentos sociais provocados pelo aumento das demandas por serviços urbanos e ausência de infraestrutura e trabalho correspondentes às necessidades do crescimento acelerado. Tais mudanças foram acompanhadas de graves problemas sociais, como a falta de saneamento básico, a proliferação de doenças, a pobreza, a violência urbana e o trabalho infantil. O desemprego, o subemprego, a sujeição às formas de trabalho informal e precário passam a se constituir características da urbanização. Como aponta Campos e Marques,

Nas cidades os migrantes submetem-se a quaisquer formas de trabalho para terem um mínimo de condições de sobreviver [...] sem condições de sobreviverem nesse novo sistema de produção, as famílias se veem obrigadas a inserir seus filhos no trabalho explorado (2010, p 37).

As cidades são tomadas pelos migrantes que se reproduzem em sua maioria de forma autônoma, através do trabalho informal, pela autoexploração da força de trabalho familiar. Tais formas de exploração são mais frequentes nos países periféricos, nos quais o desemprego e os subempregos possui proporções alarmantes. Assim,

O trabalho precoce faz parte do subdesenvolvimento. Os países considerados desenvolvidos exploram, indiretamente, os trabalhadores dos países pobres, para beneficiarem, portanto, uma pequena minoria, implicando o desgaste da mão-de-obra já barata e a disseminação de diferentes formas de trabalho clandestino, sem garantias nem direitos (ALBERTO e ARAUJO, 2006, p 60).

O trabalho infantil, em especial o frequentemente encontrado nas cidades, tem como pano de fundo, a pobreza a que estão submetidas às famílias dos pequenos trabalhadores. De acordo com Alberto e Araujo (2006, p 55) o trabalho infantil é formado por “filhos de trabalhadores desempregados, proletários e lupemproletários, os quais compõem os excluídos sociais. São crianças que se tornaram trabalhadores precoces porque os pais não conseguem garantir a sobrevivência da família”.

Na cidade, o trabalho infantil na atualidade ocorre principalmente ligado ao setor de serviços e comércio e principalmente ligado a prestação de serviços junto ao mercado informal. O trabalho de crianças e adolescentes está ligado, sobretudo as camadas mais pauperizadas das periferias urbanas. São milhares de famílias atingidas

pelo desemprego, vivendo ligados à informalidade, com renda insuficiente para a reprodução familiar. Como resultante, ocorre o ingresso precoce dos filhos, ainda crianças ou adolescentes, onde lhe surgir a oportunidade ou autonomamente nas praças, ruas, avenidas ou nas proximidades de grandes redes de supermercados e feiras livres.

O trabalho prestado nas cidades pelas crianças e adolescentes são em sua maioria longe da supervisão dos pais ou responsáveis, o que os expõe ainda mais a exploração por outrem, as violências físicas, psicológicas e morais, ao aliciamento à criminalidade, a prostituição, ao uso e a venda de drogas, a exposição a diversas doenças, dentre outras mazelas comuns nas cidades.

O principal prejuízo da exploração do trabalho precoce seja ele no campo ou na cidade é o baixo desempenho escolar, nesse processo o trabalho ocupa o tempo que deveria ser dedicado aos estudos. O cansaço do trabalho afeta o aprendizado na escola, o rendimento escolar despenca, as baixas notas acarretam elevados índices de repetência. As responsabilidades os tornam adultos precoces, não raro esses jovens abandonam a escola. Os anos passam e aquelas crianças e adolescentes se tornam adultos e constituem suas famílias, permanecem na maioria das vezes trabalhando na informalidade, assumindo as piores formas de trabalho.

Como apontam os estudos da OIT (2015), elencados no capítulo anterior, as crianças e adolescentes que ingressaram no trabalho de forma precoce tendem a permanecer nos piores postos de trabalho quando adultos.

Em termos gerais, o trabalho infantil na cidade está mais relacionado a fatores econômicos, enquanto que no campo, além das condições de pobreza, os aspectos culturais/familiares desempenham papel importante.

3.2- O trabalho de crianças e adolescentes em Sergipe

Embora o trabalho realizado por crianças e adolescentes no estado de Sergipe seja um fato recorrente na história, as informações sobre essa problemática são escassas. As principais fontes encontradas remontam a literatura, as notícias de jornais ou os relatos contados por aqueles que hoje adultos ou idosos, trabalham desde a infância e se recordam de como era a realidade das décadas anteriores.

A literatura sergipana, por exemplo, ‘Os Corumbas’, de Amando Fontes (1933), retrata a história ficcional de uma família do interior do estado que migra para a capital em busca de melhores condições de trabalho, salário e vida. Nesta obra, o autor relata momentos do trabalho realizado pelos filhos do casal, tanto no campo onde moravam, como na indústria, quando na capital chegaram. Esta obra, que revela o quadro social de Sergipe do início do século XX, serve de denúncia à realidade da época, marcada pela miséria, a exploração do trabalho infantil, as péssimas condições de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas e as condições insalubres e perigosas a que estavam expostos os trabalhadores sergipanos.

As constantes secas e o quadro de pobreza em que se encontrava as famílias era um dos principais elementos que naquela época obrigavam a migração da população do interior do estado para a capital, em busca de melhores condições de vida através da remuneração obtida pelo trabalho nas fábricas têxteis da capital. Contudo, a realidade vivenciada na cidade era tanto ou mais difícil que no campo, o salário pago aos trabalhadores era baixíssimo e obrigava a inserção de todos da família no trabalho, retirando aos poucos os menores da escola, como única saída à sobrevivência na cidade grande.

Em uma das narrações sobre a migração diária dos trabalhadores, Fontes (1984), relata a presença de crianças nas idas ao trabalho na fábrica, “Dentro daquela ondulante massa humana movia-se uma raparigueta muito branca de treze anos apenas [...] chamava-se Clarinha e servia, como ajudante, na seção dos teares da Sergipana, vencendo o ordenado de quatrocentos réis por dia” (Idem, p 21). Relata também como eram constantes o abandono da escola para ingressar no trabalho fabril “Imaginem só vocês que aquela menina vai deixar a escola normal, já em meio do curso, para ajudar o pão da família, internando-se numa fábrica [...]”(FONTES, 1984, p 89).

Também nesta obra são narrados os acidentes de trabalho, tão comuns, nas fábricas têxteis do Bairro industrial. Em um destes relatos Fontes (1984) narra,

A larga correria de uma transmissão que fazia funcionar todo um grupo de teares, alcançou um rapazelho de 15 anos pelo braço, atraíra-o para a roda, suspendera-o no ar, e arremessara-o violentamente sobre a parede que a pequena distância se encontrava. Quando o corpo veio no chão, estava já sem vida, o crânio extensamente fraturado (FONTES, 1984, p 97).

A obra anteriormente mencionada se apresenta como um reflexo das condições de vida, trabalho, educação e pobreza em que se encontravam as famílias trabalhadoras das indústrias fabris aracajuanas no século XX, nos idos dos anos de 1930. Sobre o uso da força de trabalho infantil nas indústrias Passeti (2002) aponta que

(...) bastava permanecer na porta de qualquer fábrica à hora de principiar ou cerrar a laboração para se constatar que uma enorme legião de crianças entre nove e os quatorze anos, se definha e atrofia, num esforço improprio à sua idade, para enriquecer os industriais gananciosos, os capitalistas ladrões e bandoleiros (PASSETI, 2002, p 352).

Ao longo do século XX o trabalho infantil perdurou como uma prática comum no estado de Sergipe. Pouco a pouco a legislação proibia o trabalho de crianças e adolescentes no ramo industrial. As fábricas têxteis foram entrando em declínio no estado, contudo persistia o trabalho infantil nas ruas e no campo, seja na produção de laranjas, na produção da cana-de-açúcar, ou nas pequenas propriedades para ajudar na lida dos pais. Ou nas cidades nas feiras, como biscates, engraxates e entre outras atividades.

As notícias de jornais servem também de fonte documental que exemplifica a exploração dos pequenos trabalhadores em Sergipe. Uma notícia do CINFOM (1997), relata a utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes na citricultura na região centro-sul do estado.

Cerca de 11 mil crianças trabalhavam 14 horas por dia no cultivo da laranja em Sergipe. Se submetendo a atrofia mental e física e quando ganham dinheiro recebem 0,20 por 200 laranjas colhidas. São obrigadas a trabalhar para ajudar seus pais. (Apud RODRIGUES, 2002, p. 22).

Já em relação à história oral daqueles que trabalharam quando criança é possível perceber que a maior parte das crianças integrantes de famílias pobres trabalhava para ajudar seus pais, no complemento da renda, na lida com os animais ou nas necessidades da roça. O trabalho realizado pelos pequenos trabalhadores no estado de Sergipe como nos demais estados do país se concentrava, sobretudo, na agricultura, pela condição eminentemente rural em que se encontrava a população do Brasil até a década de 1970 e pelas más remunerações que historicamente sempre receberam os trabalhadores do campo, seja no cultivo ou na colheita da mandioca, da batata doce, do milho, do feijão,

do amendoim, da laranja, do coco-baía, da mangaba, da cana-de-açúcar, dentre outras produções tradicionais do estado. O trabalho das crianças e adolescentes sempre esteve presente.

No estado de Sergipe a problemática da atividade laboral realizada por crianças e adolescentes, ganha destaque nas monografias, dissertações e teses realizadas principalmente sobre a região citrícola do estado. Estudos feitos por Diniz (1999), Santos et. al. (1999), Rodrigues (2002) e Vasconcelos (2009) remontam esta problemática no estado.

Santos et al. (1999), apresentam em sua monografia uma série de dados acerca do século XX, dando ênfase aos processos pós crise estrutural de 1970 e os rebatimentos da investida neoliberal da década de 1990, que mostram a difícil situação financeira a que estavam submetidas às famílias que vendia sua força de trabalho nos laranjais, no contexto da modernização da agricultura de Sergipe. Para o autor, a “crescente pauperização das famílias na região citrícola é a grande responsável pela inserção precoce de crianças na colheita de laranja” (Idem, p 32).

Ao abordar sobre o trabalho infantil na citricultura de Sergipe Rodrigues (2002) enfatiza que

O desenvolvimento da citricultura foi marcado pela utilização não só da mão-de-obra adulta de homens e mulheres, como também, da mão-de-obra infantil dos filhos dos trabalhadores, que foram envolvidos nas atividades para garantir a sobrevivência da família, pois o trabalho da criança aumentava a renda familiar da população pobre [...] que dependia exclusivamente do trabalho da citricultura (RODRIGUES, 2002 p 22).

No contexto do final da década de 1980 a modernização dos laranjais, por meio de cultivo em telas, da exigência de novas mudas, de um padrão de qualidade entre outros investimentos, representava a modernização que iria garantir o aumento da renda no rural, contudo, os altos investimentos que os produtores foram obrigados a realizar, somados ao retorno dos Estados Unidos como produtor do citros, acabou rebatendo na necessidade de redução dos custos na produção, o que decorria na deterioração dos salários dos trabalhadores, e na inserção maior de crianças e adolescentes nos laranjais como forma de elevação das taxas de lucratividades dos grandes e possibilidade de permanência do cultivo entre os pequenos produtores.

Também Diniz (1999 p 72), destaca a relação entre trabalho infantil e a condição de pobreza das famílias ao mostrar que “[...] o trabalho infantil na citricultura de Boquim, como em qualquer outra parte do mundo, está diretamente vinculado aos níveis de pobreza das famílias de origem”. Ainda segundo a autora “A hipótese mais plausível é que se trata de uma questão de sobrevivência [...] A problemática do trabalho infantil está diretamente associada à realidade sócio-econômica dessas famílias” (DINIZ, 1999 p 5).

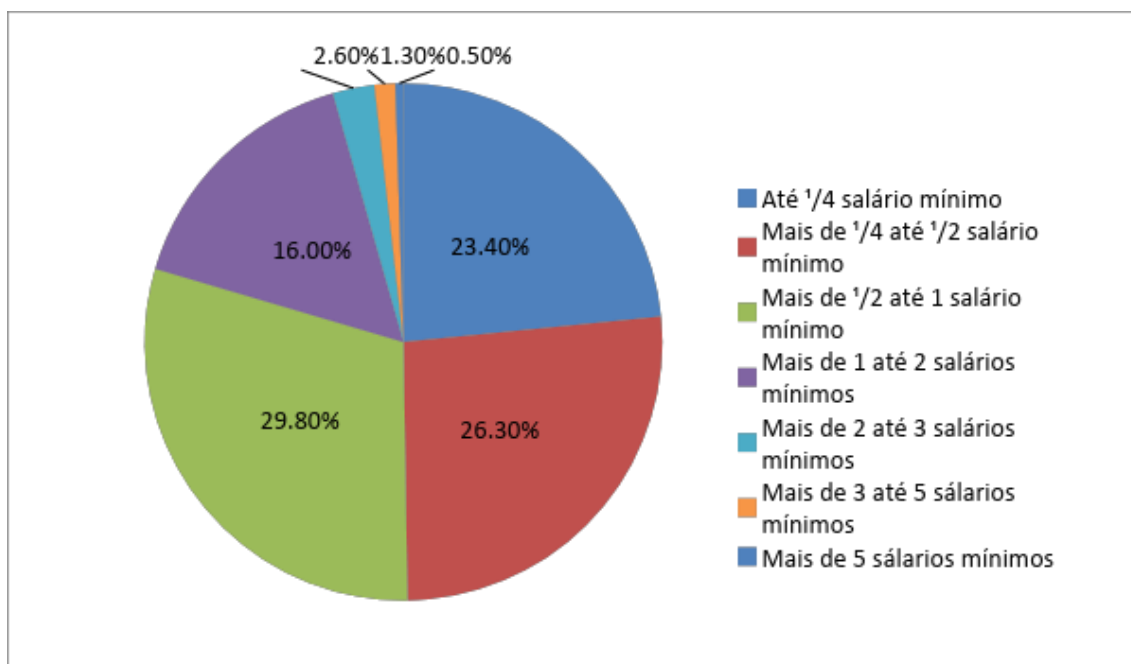
Por sua vez Vasconcelos (2009), reforça essa visão do trabalho das crianças e adolescentes para reprodução familiar dos pobres, ao mostrar que os baixos salários obrigam esses sujeitos a se inserirem para ajudar seus pais. Entretanto:

A exploração ou super exploração do trabalho é uma constante na região citricultora de Sergipe. Os trabalhadores recebem baixa remuneração, especialmente as mulheres e crianças (muitas vezes sem remuneração e incluídas como parte do trabalho dos pais). (2009 p 196).

Santos et al. (1999) analisa o trabalho infantil como condição de reprodução das famílias pobres. Para este autor, quanto mais pobre é a família, maior a necessidade de socialização do trabalho dos membros que a compõe.

O gráfico 3 abaixo mostra a relação entre renda e trabalho infantil no Brasil, o que acompanha as análises supramencionadas, nesta fica ilustrada a situação econômica dos envolvidos no trabalho infantil, ao mostrar que 79,5% das crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade pertencem a famílias com até 1 salário mínimo per capita, o que denota a condição de pobreza a que estão submetidos.

Gráfico 3: Distribuição Percentual das pessoas ocupadas, de 5 a 15 anos de idade, segundo classe de rendimento domiciliar per capita



Fonte: PNAD 2014/ IBGE Elaboração CGVIS/DGSUAS/SNAS/MDS

Nesta pesquisa temos clareza que a pobreza como condição principal do trabalho infantil é produto da (re)produção do modo de produção capitalista, que se alimenta, da concentração da riqueza a partir da produção da miséria e da pobreza. Compreendemos, portanto, que o modo de produção é a escala macro, e que a pobreza é a face visível das desigualdades resultado deste modo de produção e produto da lei geral da acumulação capitalista tratada no capítulo 1.

A problemática do trabalho infantil na sociedade brasileira e não diferentemente no estado de Sergipe, foi, e é uma realidade latente. Como exposto anteriormente, a pobreza é uma das motivações maiores que empurram milhares de crianças e adolescentes, para o trabalho no campo e na cidade.

3.3- A situação atual

O trabalho infantil no estado de Sergipe aparece tanto no campo quanto na cidade. O trabalho infantil nas cidades é encontrado nas feiras livres, principal foco de concentração desses sujeitos que trabalham no carregue de mercadorias, nas barracas de frutas e verduras, como camelôs de produtos variados, ou prestando serviços em lava jatos, oficinas mecânicas e de reparação de veículos. Também no campo essa realidade é latente, as crianças e adolescentes ajudam os pais na lida do trabalho camponês ou no árduo trabalho por produção, no beneficiamento da castanha de caju, em casas de farinha, colhendo laranjas, gêneros alimentícios de grande destaque no estado. Por todo lado são encontradas crianças e adolescentes trabalhando para ajudar no sustendo familiar, ou para satisfazer necessidades de consumos que seus pais não podem prover.

Os dados do recenseamento do IBGE 2010, sobre trabalho infantil no Brasil, no Nordeste e em Sergipe, foco de análise desta pesquisa, mostram que no referido ano, o Brasil possuía cerca de 24 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos. Destas, cerca de 3,5 milhões estavam ocupadas na semana de referência em que foi realizada a pesquisa, o que significa 14,15% do total de crianças e adolescentes dessa faixa etária. Em relação aos dados do Nordeste, esta região possui 1.019.855 ou 12,13% das pessoas entre 10 e 17 anos ocupadas, já em relação a Sergipe, o estado possuía no referido ano, cerca de 334 mil pessoas entre 10 e 17 anos, no qual 37.244 ou 11,14% da população dessa faixa etária estavam ocupados na semana de referência.

Os dados além de revelar os altos índices de trabalho infantil, deixam a margem as crianças envolvidas na prática laboral que possuem entre 5 e 9 anos de idade, além de somente levar em consideração os ocupados na semana de referência. Esses dados revelam que os números são bem acima dos apresentados e que, portanto, o Brasil está muito longe de alcançar a erradicação do trabalho infantil.

A tabela 3, abaixo apresenta dados sobre o número das crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, por região e município do estado de Sergipe. Os dados referem-se ao número de crianças e adolescentes que estavam ocupados na semana de referência da realização do censo do IBGE de 2010.

Tabela 3: Crianças e adolescentes em 10 e 17 anos ocupados na semana de referência por município sergipano no ano de 2010

Região	Município	TOTAL DE Pessoas entre 10 e 17 anos na semana de referência	Pessoas entre 10 e 17 anos ocupadas na semana de referência	%	IDH-M
Alto Sertão					
	Porto da Folha	3.887	1.032	21	0,568
	Poço Redondo	4.801	1.200	20	0,529
	Monte Alegre de Sergipe	1.964	481	19,7	0,553
	Nossa Senhora da Glória	4.484	1.029	18,7	0,587
	Nossa Senhora de Lourdes	921	173	15,8	0,598
	Canindé de São Francisco	4.275	717	14,3	0,567
	Gararu	1.799	208	10,4	0,564
Médio Sertão					
	Gracho Cardoso	777	160	17,1	0,577
	Aquidabã	3.038	453	13	0,578
	Cumbe	541	79	12,8	0,604
	Itabi	757	87	10,3	0,602
	Nossa Senhora das Dores	3.744	359	8,8	0,600
	Feira Nova	922	62	6,3	0,584
Baixo São Francisco					
	Canhoba	560	185	24,8	0,569
	Pacatuba	2075	399	16,1	0,555
	Santana do São Francisco	1.090	149	12	0,590
	Japoatã	1.983	231	10,4	0,560
	Muribeca	1.163	126	9,8	0,626
	São Francisco	544	37	9,5	0,587
	Propriá	4.168	390	8,6	0,661
	Neópolis	2.927	275	8,6	0,589
	Brejo Grande	1.465	130	8,2	0,540
	Cedro de São João	729	62	7,9	0,623
	Amparo de São Francisco	353	26	6,9	0,611
	Malhada dos Bois	582	42	6,7	0,599
	Telha	516	27	5	0,604
	Ilha das Flores	1.451	67	4,4	0,562

Leste Sergipano					
	Pirambu	1.300	209	13,9	0,603
	Japaratuba	2.600	385	12,9	0,621
	Divina Pastora	712	59	7,7	0,610
	Capela	5.052	362	6,7	0,615
	Rosário do Catete	1.488	83	5,3	0,631
	Carmópolis	2.274	78	3,3	0,643
	General Maynard	535	16	2,9	0,645
	Santa Rosa de Lima	624	18	2,8	0,592
	Siriri	1.414	37	2,6	0,609
Agreste Central					
	São Miguel do Aleixo	500	183	26,8	0,567
	Moita Bonita	1.314	440	25,1	0,587
	Nossa Senhora Aparecida	1.075	274	20,3	0,577
	São Domingos	1.408	334	19,2	0,588
	Ribeirópolis	2.195	479	17,9	0,613
	Macambira	870	174	16,7	0,583
	Areia Branca	2.558	492	16,1	0,579
	Carira	2.787	518	15,7	0,588
	Malhador	1.727	304	15	0,587
	Pinhão	812	142	14,9	0,583
	Itabaiana	11.960	2.020	14,4	0,642
	Frei Paulo	2.061	332	13,9	0,589
	Campo do Brito	2.494	384	13,3	0,621
	Pedra Mole	445	30	6,4	0,593
Centro Sul Sergipano					
	Poço Verde	2.909	905	23,8	0,561
	Tobias Barreto	6.363	1.681	20,9	0,557
	Simão Dias	5.307	1.220	18,7	0,604
	Lagarto	13.662	2.261	14,2	0,625
	Riachão do Dantas	3.103	423	12	0,535
Sul Sergipano					
	Tomar do Geru	1.948	478	19,4	0,551
	Itabaianinha	5.718	1.336	18,5	0,556
	Umbaúba	3.249	710	17,9	0,579
	Indiaroba	2.625	493	15,8	0,580
	Pedrinhas	1.411	245	14,8	0,592
	Salgado	3.016	489	14	0,609
	Cristinápolis	2.786	408	12,8	0,553
	Boquim	3.869	562	12,7	0,604

	Estância	9.537	1.311	12,1	0,647
	Santa Luzia do Itanhy	2.344	292	11,1	0,545
	Araúá	1.853	151	7,5	0,595
Grande Aracaju					
	Itaporanga d'Ajuda	4.806	534	10	0,561
	São Cristóvão	11.582	958	7,6	0,662
	Nossa Senhora do Socorro	25.156	1.871	6,9	0,664
	Santo Amaro das Brotas	1.856	125	6,3	0,637
	Aracaju	71.573	4.758	5,6	0,770
	Barra dos Coqueiros	3.695	220	5,6	0,649
	Maruim	2.641	120	4,3	0,618
	Riachuelo	1.598	53	3,2	0,617
	Laranjeiras	4.518	96	2,1	0,642

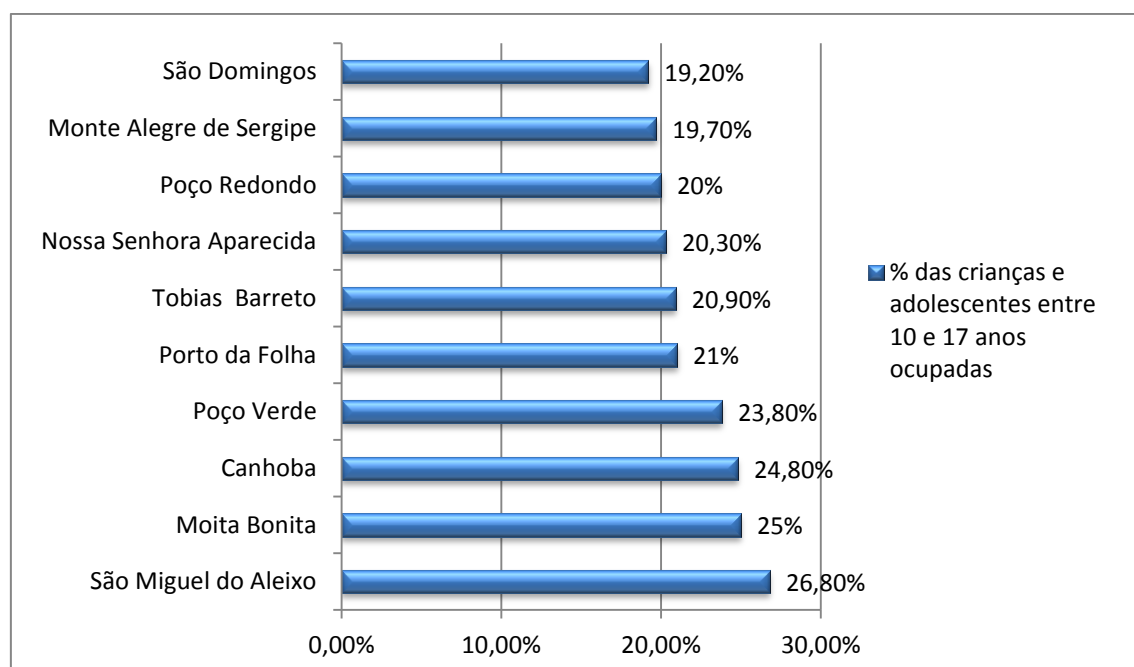
Fonte: IBGE 2010, Elaboração da autora.

De acordo com a tabela acima, os municípios com maior incidência de trabalho infantil por região do estado são; no Alto Sertão, o município de Porto da Folha, no qual das 3.887 crianças e adolescentes, 1.032 estavam ocupadas na semana de referência, o que representa 21% dessa população de 10 a 17 anos ocupada; no Médio Sertão, o município de Gracho Cardoso, onde das 777 crianças e adolescentes, 160 informaram trabalhar, o que corresponde a 17% dessa população ocupada; no Baixo São Francisco, o município de Canhoba, em que a taxa de ocupação é de 24,8%, com 185 crianças e adolescentes trabalhando; no Leste Sergipano, município de Pirambu possui 13,9% de taxa de ocupação dessa faixa de idade; no Agreste Central, o município de São Miguel do Aleixo representa o mais alto dos índices de ocupação, com 26,8% das crianças e adolescentes ocupadas; no Centro Sul Sergipano, o município de Poço Verde possui 905 das 2.909 pessoas dessa faixa etária trabalhando o que significa 23,8% de taxa de ocupação; no Sul Sergipano, o município de Tomar do Geru possui uma taxa de ocupação de 19,4% com 470 crianças e adolescentes trabalhando e por fim, na região da Grande Aracaju, o município de Itaporanga d'Ajuda possui a maior incidência de trabalho infantil com 534 das 4.806 crianças e adolescentes encontradas em situação de trabalho, o que corresponde a 10% dessa população ocupada na semana de referência desta região, segundo a pesquisa do IBGE, 2010.

Ainda segundo a referida tabela os dez municípios com maior número de trabalho infantil do estado de Sergipe em números absolutos, são respectivamente; Aracaju com 4758, Lagarto, com 2261, Itabaiana, com 2020, Nossa senhora do Socorro, com 1871, Tobias Barreto, com 1681, Itabaianinha, com 1336, Estância, com 1311, Simão Dias 1220, Poço Redondo, com 1200 e Porto da Folha, com 1032.

Já em relação ao trabalho infantil levando em consideração o número total de crianças e adolescentes trabalhadores e a população total entre 10 e 17 anos, mostra que em números relativos, os dez municípios com maior concentração de trabalho infantil são em ordem crescente;

Gráfico 4: Trabalho infantil em números relativos



Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: PAZ, Rafaela Santos, 2018.

Confrontando os dados absolutos e os dados relativos, podemos perceber que, embora nos maiores e considerados economicamente mais “desenvolvidos” municípios se concentrem os maiores quantitativos de trabalho infantil, é nos municípios “pobres” com baixo IDH-M, que se concentram as maiores taxas de trabalho infantil, levando em consideração o quantitativo total de crianças e adolescentes dos municípios e o quantitativo de trabalhadores. Logo, fatores como renda, educação e qualidade de vida (expectativa de vida), interferem fortemente no ingresso precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

Um dado alarmante apresentado pelo Jornal da Cidade (2012), mostra que Sergipe saiu de 20º colocado nacional no ranking de incidência de trabalho infantil em 2010, para 9º em 2012. De acordo com a notícia

Sergipe ocupa a nona posição no ranking nacional do trabalho infantil, São mais de 50 mil crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, ocupadas em atividades desenvolvidas, especialmente, na agricultura e feiras livres, além de serem vítimas da exploração sexual (JORNAL DA CIDADE, 2012).

Ainda de acordo com o Jornal, houve um

[...] aumento da exploração do trabalho infantil em 23,8% no ano de 2012 quanto comparado com 2011, quando então Sergipe ocupava a 19º posição no ranking nacional, com mais de 41 mil crianças e adolescentes ocupadas, preocupa os órgãos competentes que, até o momento, desconhecem o fator motivador desse acréscimo que levou o estado subir 10 posições (ibid).

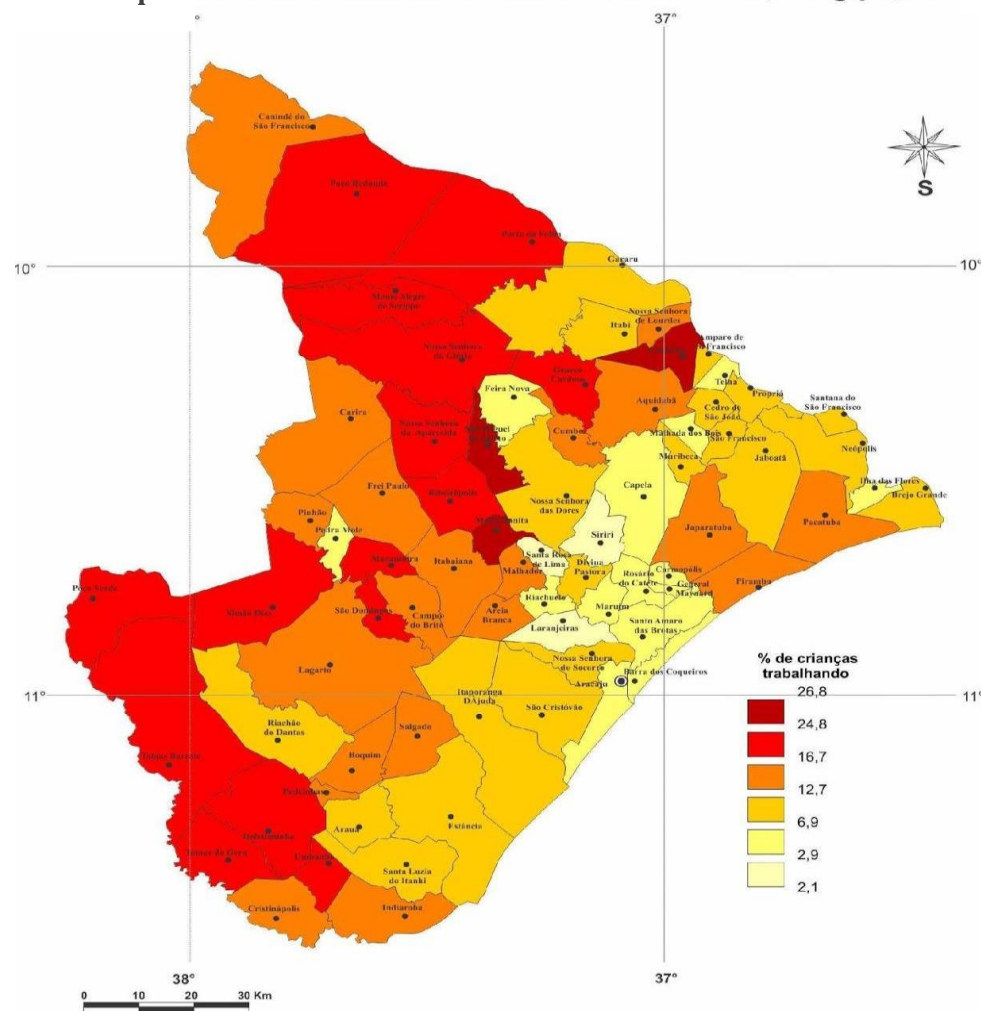
Sergipe apesar de ser o menor estado da federação ficou no ano de 2014 em segundo lugar no ranking que levava em consideração as taxas de crescimento do trabalho infantil no Brasil. Segundo o levantamento realizado pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio – PNAD, a incidência de trabalho infantil no estado passou de 7% em 2013 para 10,4% em 2014. Percebe-se nitidamente que a situação das crianças e adolescentes no estado de Sergipe tem se agravado de 2010 até 2015, ano do qual se tem dados.

O mapa 1 apresenta alguns dados importantes para reforçar a hipótese desta pesquisa, uma vez que os municípios com maiores concentrações de trabalho infantil relativo¹⁴ são em sua grande maioria os municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M¹⁵, o que para nós reforça a tese de que a pobreza e seus correlatos, grau de instrução/escolaridade colaboram para o ingresso precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

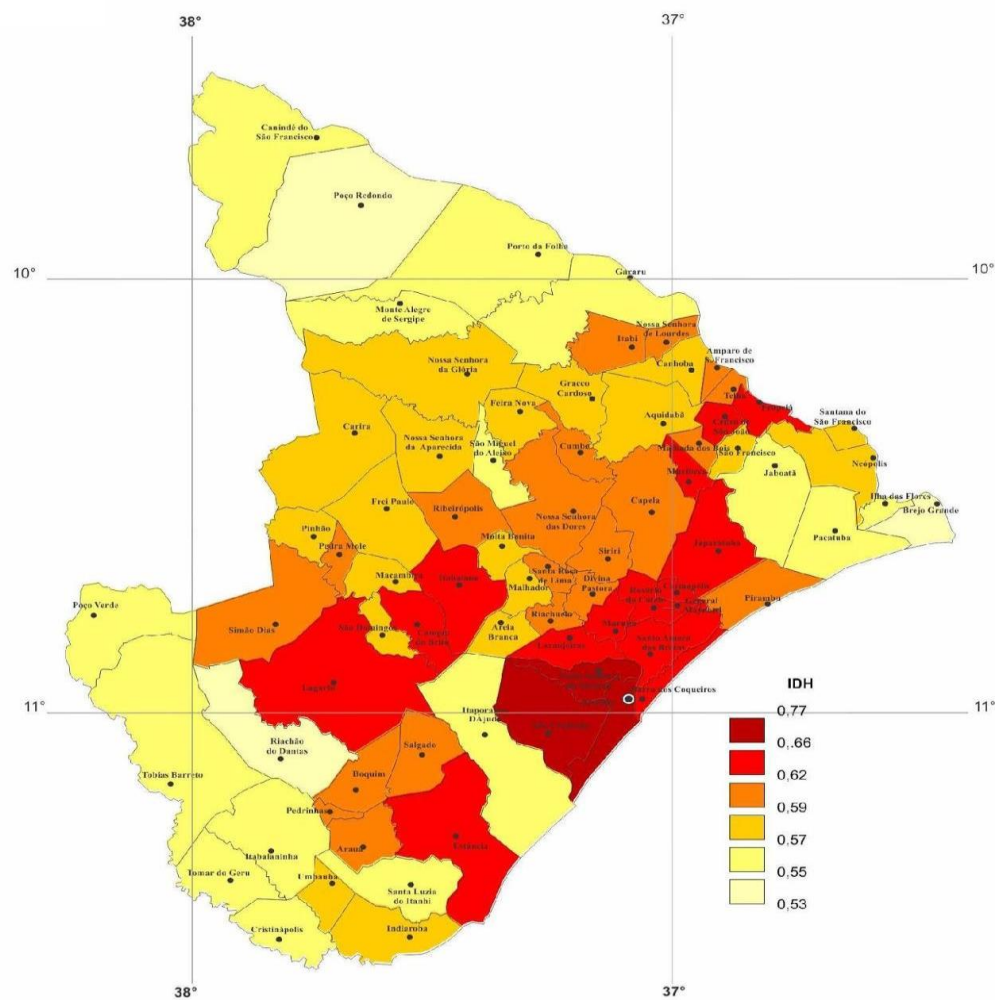
¹⁴ Leva em consideração o número total de crianças e adolescentes do município e número de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil, destes dados é possível obter um resultado em porcentagem.

¹⁵ O IDH-M é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, podendo o referido índice variar de 0 a 1. Os municípios com IDH-M mais próximo ao coeficiente 1 representam municípios com maior e melhor taxa desenvolvimento humano .

Mapa 01: Percentual de Trabalho Infantil e IDH, Sergipe, 2010



Software de Cartomática: PHICARTO
Organização: Rafaela Paz
Digitalização: Hunaldo Lima
Fonte:



O mapa acima complementa os dados apresentados na tabela 3 ao mostrar a espacialização do trabalho de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos e a distribuição do IDH dos municípios no estado de Sergipe. Tendo como base o censo do IBGE 2010, o referido mapa permite também comparar e confrontar as duas espacializações. O mapa da espacialização do trabalho infantil mostra que a concentração do trabalho infantil está localizada, sobretudo na região sudoeste e noroeste do estado. Regiões que também são marcadas pelo baixo IDH-M, ou seja, os municípios onde se concentra o trabalho infantil são em sua grande maioria os mesmos em que a expectativa de vida, a educação e a renda, possuem os menores níveis no estado de Sergipe, o que ratifica a discussão empreendida durante toda esta pesquisa.

Alguns dados apresentados pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de Sergipe – FEPETI, dão conta de que entre 2006 e 2017 foram registrados 4 óbitos de crianças e adolescentes por acidente de trabalho no estado e 37 acidentes considerados graves, também envolvendo crianças e adolescentes. Os mesmos dados apontam que no ano de 2016, no Brasil, foram registradas 2867 notificações por acidente de trabalho envolvendo crianças e adolescentes, número que provavelmente é muito superior ao registrado, uma vez que por se tratar de uma atividade proibida, muitas vezes as crianças e adolescentes omitem as causas reais nas quais o acidente ocorreu, ou ainda o serviço médico não faz a notificação devidamente. Prova disto é a violência sofrida pelos pequenos trabalhadores durante o período de trabalho em que sete entrevistados relataram já terem sido assaltados durante suas atividades laborais e dois deles afirmaram ter sofrido agressão física no trabalho. Acidentes de trabalho e violência são realidades recorrentes na vida desses sujeitos. Contudo, esses dados não chegam aos dados oficiais para que os pais ou responsáveis não sejam advertidos pelo conselho tutelar, como determina o Artigo 129 inciso VII do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

O ECA estabelece como infração administrativa passível da pena de multa de três a vinte salários e dobro da pena em caso de reincidências em seu Art. 244 os pais ou responsáveis que descumprir, dolosa ou culposamente, as obrigações inerentes ao pátrio poder. Tais obrigações estabelecidas no Art. 22 incumbe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Assim os pais ao permitir o trabalho de crianças e adolescentes fora das regras permitidas na legislação, descumprem o dever de sustento e podem ser punidos com a multa estabelecida no estatuto. Embora tal punição não seja colocada em prática, servindo apenas de letras mortas inscritas no estatuto, o

constrangimento e o receio da repreensão por parte dos órgãos da administração pública são suficientes para o abafamento das violências sofridas pelos menores trabalhadores.

Hoje a forma de punição mais comum são as multas aplicadas as empresas e pessoas que utilizam a força de trabalho de crianças e adolescentes. Atualmente quem contrata ilegalmente esses sujeitos é multado no valor de um salário mínimo por criança e adolescente encontrados em situação de trabalho irregular.

Mesmo sabendo da irregularidade e da proibição do trabalho infantil, os pais permitem que os filhos se submetam aos riscos e perigos do trabalho precocemente, uma vez que vivem em situações de precariedade, e necessitam da contribuição financeira advindas do trabalho dos filhos, ou não possuem condições de assegurar os bens materiais que estes demandam, transferindo para os próprios filhos, um dever que é da família. Como manda a Constituição Federal de 1988;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p 124).

Atualmente tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 237, de 2016 que visa caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil. Essa lei estabelece a punição de dois a quatro anos de prisão e multa a quem contratar menos de 14 anos, podendo chegar a oito anos de prisão em casos de exploração do trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Tal projeto é rebatido por muitos deputados que afirmam que tipificar a exploração do trabalho infantil como um crime, é um absurdo. A afirmação destes é de que trabalham desde criança e que não veem o trabalho como uma atividade prejudicial. Estabelecem fatos particulares e isolados, como regra. Deixam de considerar os estudos e os dados oficiais sobre baixo desempenho escolar, reprovação, abandono escolar, acidentes de trabalho, violência e adoecimento que versam sobre a realidade do trabalho infantil.

Não estamos certos de que a repressão e a punição sejam eficientes na erradicação do trabalho infantil, embora tenhamos a clareza de que os números certamente possam ser reduzidos, com a aprovação de tal projeto de lei. Acreditamos que esta realidade possa continuar existindo na clandestinidade, uma vez que a miséria,

a fome, e a pobreza continuarão se ampliando e obrigando esses sujeitos a encontrar formas de burlar a legislação e ajudar sua família.

O quarto e último capítulo, que se segue, traz a realidade empírica encontrada durante a realização dos trabalhos de campo, na cidade de Aracaju e na zona rural do município de Itabaiana, ambas as realidades ratificam a hipótese levantada nesta pesquisa e mostram como lugares tão diversos, possuem grandes similitudes.

CAPÍTULO 04- CRIANÇA E ADOLESCENTE TRABALHADOR EM SERGIPE: A EXPRESSÃO VISÍVEL DA POBREZA DO/NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A problemática do trabalho infantil no estado de Sergipe é recorrente tanto no campo quanto na cidade. Buscamos revelar a produção do espaço relacionando com a inserção de crianças e adolescentes no trabalho, a partir da análise de sua situação socioeconômica. Para explicar tal realidade, recorreremos às análises macroeconômicas, as contradições que compõem o modo de produção capitalista e as análises sobre a crise estrutural que servem para explicar o uso, a permanência e continuidade da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes.

Tomamos como campo de estudo desta pesquisa a cidade de Aracaju tendo como foco o trabalho infantil nas feiras livres, pela alta incidência desta problemática no espaço urbano do município. Também analisamos o trabalho infantil no campo do município de Itabaiana, em atividades agrícolas e não-agrícolas, pelo peso histórico da policultura no município e correspondente trabalho familiar. A partir dessas duas realidades, a da cidade e a do campo, foi feita uma análise comparativa, apontando, características semelhantes presente em ambas, explicando a partir da condição socioeconômica que os caracteriza e as diferenças recorrentes ao trabalho nesses espaços, assim como as singularidades de cada um.

Como resultado dos trabalhos de pesquisa de campo, foi possível construir o perfil do trabalho infantil na cidade e no espaço rural. Revelando quem são; Quais atividades realizam; Qual a renda média adquirida; O que o levou a se inserir no mundo do trabalho tão precocemente; E dados referentes à educação. Pudemos também construir um mapa com a espacialização do trabalho desses sujeitos na cidade de Aracaju e no campo do município de Itabaiana.

4.1 Espacialização do trabalho infantil na cidade de Aracaju

Aracaju é o município mais populoso do estado de Sergipe, e como toda capital, concentra a maior parte das oportunidades de trabalho, lazer, cultura e possui os maiores e melhores índices relacionados à educação. No entanto, a maior parte das famílias aracajuanas enfrentam dificuldades na reprodução familiar. À luz dos dados disponibilizados pelo IBGE 2010, mais de 50% das famílias aracajuanas recebem até 3 salários mínimos e 32% delas não possuem rendimentos, o que representa cerca de 82% da população com dificuldades econômicas. Como expressão desse quadro, a análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju afirma que “Aracaju, apesar de ser considerada cidade da qualidade de vida, possui alguns desníveis quando o assunto é renda per capita” (ARACAJU, 2017).

As famílias aracajuanas enfrentam não só dificuldades socioeconômicas como lhes são negadas, acesso à educação de qualidade, a cultura e ao lazer. A violência da capital do estado de Sergipe também deve ser levada em consideração, já que, Aracaju foi apontada como a capital mais violenta do país, no ano de 2016, com 66,7 mortes por 100 mil habitantes, dado que revela o quadro social da capital e confirma as condições de renda supramencionadas.

A cidade de Aracaju possui cerca de 76 mil crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, destas 4.758 foram identificados em situação de trabalho infantil, segundo os dados oficiais do IBGE 2010. Sabemos, contudo, que os números reais são muito maiores, como apontou a coordenadora da Comissão Estadual Intersetorial:

O trabalho Infantil aqui em Sergipe é um problema grave, é difícil alcançar esse público, os pais muitas vezes mentem. Já ouvi muito relato de quem faz o cadastramento das famílias, de que eles sabem quem aquela família tem criança que trabalha, mas quando é perguntado, a mãe, responde que não. Os números certamente são maiores (Pesquisa de campo a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos SEIHD, Mar/2018).

São centenas de crianças e adolescentes encontradas exercendo alguma atividade laboral, sobretudo no setor de serviços. Destacamos dois polos que concentram essa mão de obra: no primeiro, estão as atividades de prestação de serviços relacionadas ao fluxo de automóveis da cidade, os pequenos trabalhadores estão localizados em cruzamentos de importantes avenidas e ruas ou nas proximidades dos terminais

rodoviários, trabalham em semáforos vendendo alimentos e bebidas, ou pequenos objetos, limpando para-brisas, trabalhando como flanelinha, ou ainda como malabares. A figura a seguir é ilustrativa:

Figura 4: Pequenos trabalhadores no terminal de transporte de passageiros em Aracaju



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

A figura 4 revela uma pequena fração desses trabalhadores no centro da cidade. São crianças vendendo água e doces aos passageiros que utilizam o serviços da Cooperativa de Transporte de Sergipe - Coopertalse, e transeuntes. Elas são provenientes da periferia de Aracaju e trabalham para ajudar no sustento da família, uma vez que seus pais estão desempregados e/ou atualmente trabalham na informalidade também como vendedores ambulantes.

O segundo campo de atração de crianças e adolescentes é a prestação de serviços ligado às feiras livres, em que esses sujeitos trabalham, sobretudo, no carregamento de mercadorias, na venda de frutas e legumes, ou de acessórios e vestuário. Como universo amostral desta pesquisa foram realizados duas pesquisas de campo no centro da cidade com a aplicação de 10 questionários e selecionadas quatro feiras livres do município de Aracaju, na qual foram realizadas 28 entrevistas com aplicação de questionários com as crianças e adolescentes trabalhadores. Tais feiras foram selecionadas com o intuito de abranger os bairros mais populosos e de grande relevância na cidade de Aracaju, buscando também selecionar diferentes tipos de bairros, como os de classe média alta, como é o caso da feira dos bairros Suíça e São José, ou um bairro periférico da classe média baixa, como é o caso do bairro Santo Antônio, ou como o caso da feira do Conjunto Augusto Franco, situado no bairro Farolândia, em que a população em sua grande maioria pertence à classe média. A figura abaixo confirma a presença de crianças e adolescentes nesse segundo campo de trabalho.

Figura 5: Criança trabalhando em Feira Livre do município de Aracaju



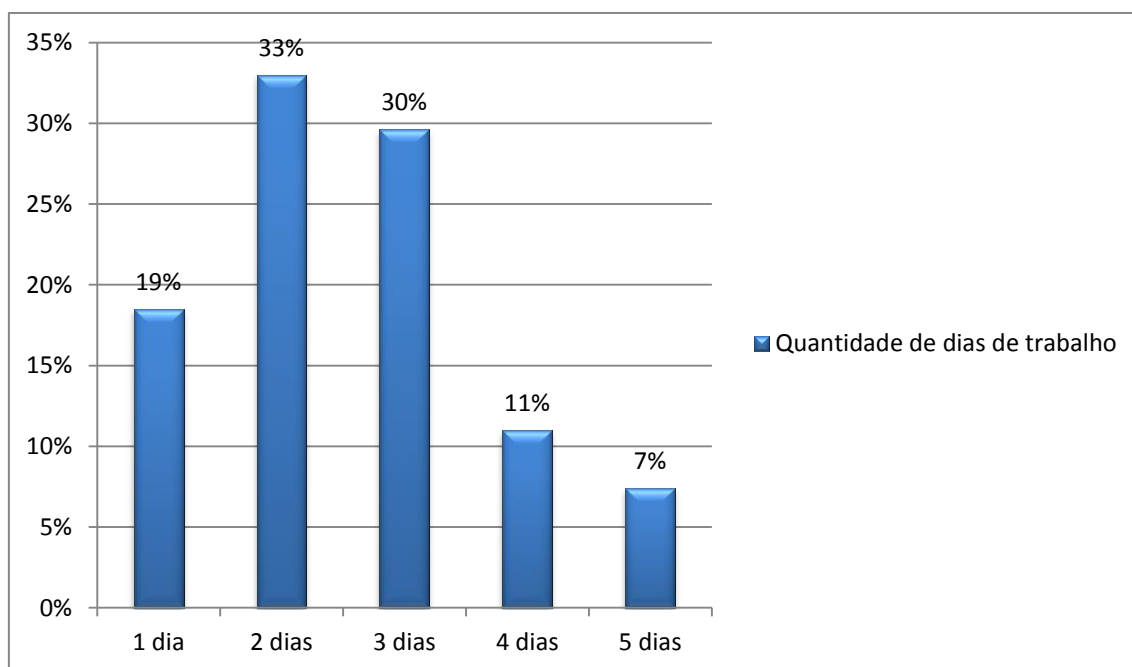
Fonte: PAZ, Rafaela Santos, Trabalho de Campo, jan/2018.

As entrevistas consistiam em perguntas que buscavam compreender a realidade que permeia a vida dos sujeitos da pesquisa. Temas como as atividades que realizam, quando se inserem no mundo do trabalho, média de dias e horas trabalhadas, remuneração, destino da renda, educação, violência e adoecimento no trabalho, nos ajudou a confirmar a discussão empreendida nesta pesquisa.

Dois questionamentos que nos ajudaram a entender o cotidiano das crianças e adolescentes trabalhadoras das feiras livres são apresentados nos gráficos 5 e 6 que

respectivamente mostram o quantitativo de dias e horas de trabalho informado pelos entrevistados.

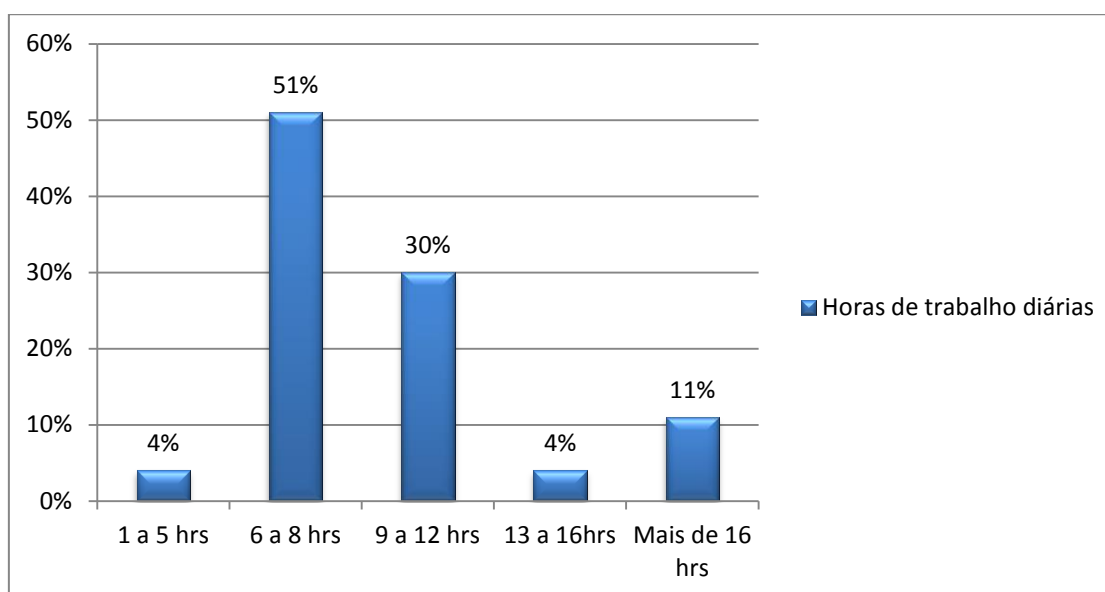
Gráfico 5: Quantidade de dias de trabalho informado por crianças e adolescentes trabalhadores



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

A luz dos dados coletados, podemos perceber que o trabalho não é uma realidade esporádica na vida das crianças e adolescentes entrevistadas, uma vez que apenas 19% disseram trabalhar apenas um dia por semana. Assim a maior parte dos sujeitos entrevistados afirmou que trabalham em mais de uma feira livre da cidade e/ou que se desdobram em mais de uma atividade.

Gráfico 6: Horas de trabalho informada por crianças e adolescentes trabalhadores



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

Os dados apresentados acima mostram que 45% do total de crianças e adolescentes entrevistados, trabalham mais que a jornada de trabalho estipulada na legislação para trabalhadores adultos. Destes, 30% trabalham entre 9 e 12 horas e ainda 11% deles informaram trabalhar mais de 16 horas em determinadas feiras, o que representa uma condição de trabalho análoga a escravidão.

a exposição do empregado a jornada extenuante de trabalho, em desacordo com os limites previstos na legislação, é um dos fatores que levam à caracterização do trabalho escravo. A jornada exaustiva deteriora as condições de trabalho, além de repercutir negativamente na vida pessoal e particular do trabalhador, privando-o do convívio familiar e social, assim como do lazer, indispensáveis para a qualidade de vida do indivíduo (MINAS GERAIS, 2014, S/P).

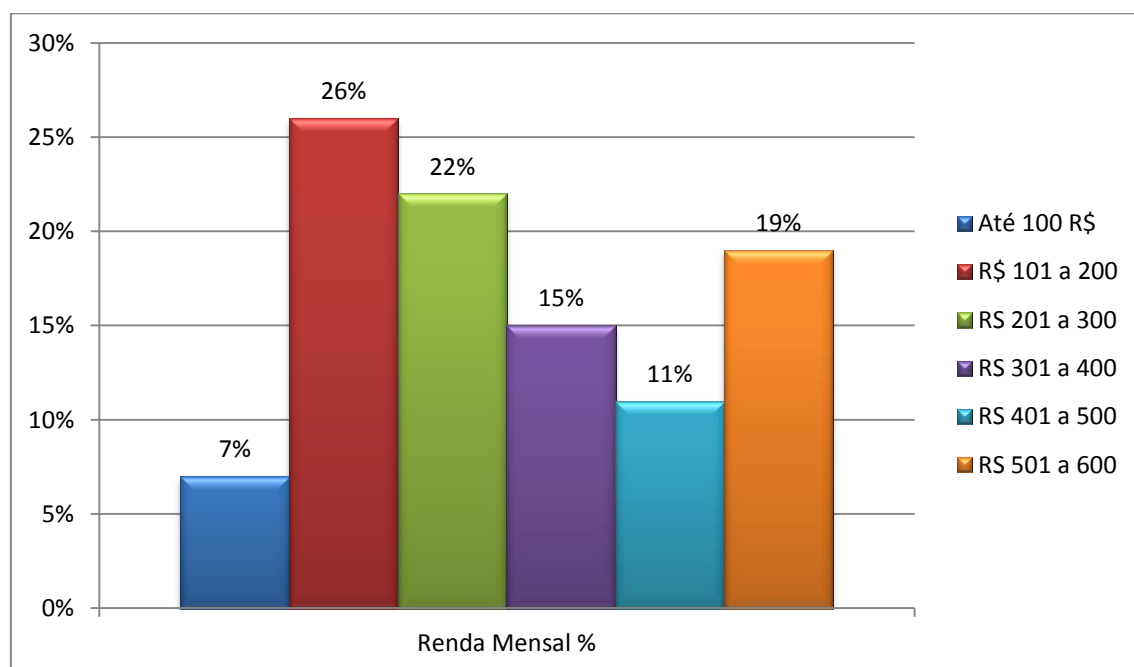
Ante ao exposto na legislação brasileira, a jornada de trabalho exaustiva gera grandes prejuízos aos trabalhadores e os privam do convívio familiar em detrimento do exercício do trabalho. Neste contexto encontramos algumas crianças e adolescentes que não se percebem na condição de exploração exaustiva e se submetem a tais processos. Chegam pela madrugada e trabalham o dia inteiro, parando apenas para se alimentar rapidamente e voltando a laborar em seguida.

[...] aqui a lida é dura moça, dia de feira eu acordo três da manhã e chego aqui na feira umas quatro horas e só vou pra casa quando a feira termina oito, nove horas da noite, só paro mesmo pra comer. Quando

chego em casa estou morto de cansado. (A. S., 15 anos, trabalhador da feira do Augusto Franco jan/2018).

O relato acima somado aos dados da pesquisa mostra a dureza das jornadas de trabalho em troca de baixas remunerações. O gráfico 7 apresenta a renda mensal informada pelos sujeitos durante as entrevistas. Se observa que 81% do total de crianças e adolescentes entrevistados possui remuneração mensal entre 0 e 500 reais/mês, do qual parte é destinada aos pais. Consoante aos relatos das entrevistas, os ganhos por dia de trabalho variam de acordo com a função exercida na feira.

Gráfico 7: Renda média mensal das crianças e adolescentes entrevistados nas feiras livres de Aracaju



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

Os trabalhadores de carregio costumam ganhar entre 20 e 60 reais por dia. A remuneração depende de uma “feira boa”, como são denominados os dias de feira com maior movimento de pessoas e utilização dos serviços ofertados por eles nas carrocinhas. O trabalho da criança e adolescente do carregio envolve muitas vezes, acompanhar o comprador/cliente da feira, individuo que está realizando suas compras pelas barracas da feira e em seguida acompanha-lo até sua residência ou até o seu carro, em troca de 2 a 5 reais, a depender do tempo gasto ou da distância percorrida. Assim pelo valor da remuneração informada pelos sujeitos, cada criança e adolescente realiza

de 10 a 20 trajetos de carregamento por dia para ao final da jornada de trabalho somar uma quantia média de 40 reais por feira.

Os sujeitos que trabalham nas bancas de frutas e verduras possuem um ganho fixo, em média 50 reais por dia de trabalho, alguns que trabalham ajudando os pais não recebem remuneração alguma, outros que nos informaram serem donos das barracas e portanto trabalham para si próprios, informaram ganhar cerca de 200 reais por dia de feira.

As crianças e adolescentes que trabalham nos terminais de ônibus do centro da cidade, ganham cerca de 20,00 reais por dia, vendendo garrafinhas d' água e chicletes aos passageiros e transeuntes. Já os sujeitos que trabalham em barracas de doces fixadas aos terminais, disseram que não sabem a renda diária, uma vez que parte dela é reempregada na compra de novas mercadorias.

A realidade da grande maioria dos meninos e meninas entrevistados é bastante semelhante entre si, são quase sempre de comunidades periféricas de Aracaju, como Santa Maria, Santos Dumont, Cidade Nova, Jardim Centenário, Japãozinho, entre outros bairros periféricos, ou se deslocam de municípios do interior do estado para as grandes feiras livres de Aracaju. A figura abaixo mostra o cotidiano do trabalho de crianças e adolescentes nas feiras livres.

Figura 6: Meninos trabalhando na feira livre do Conjunto Augusto Franco em Aracaju



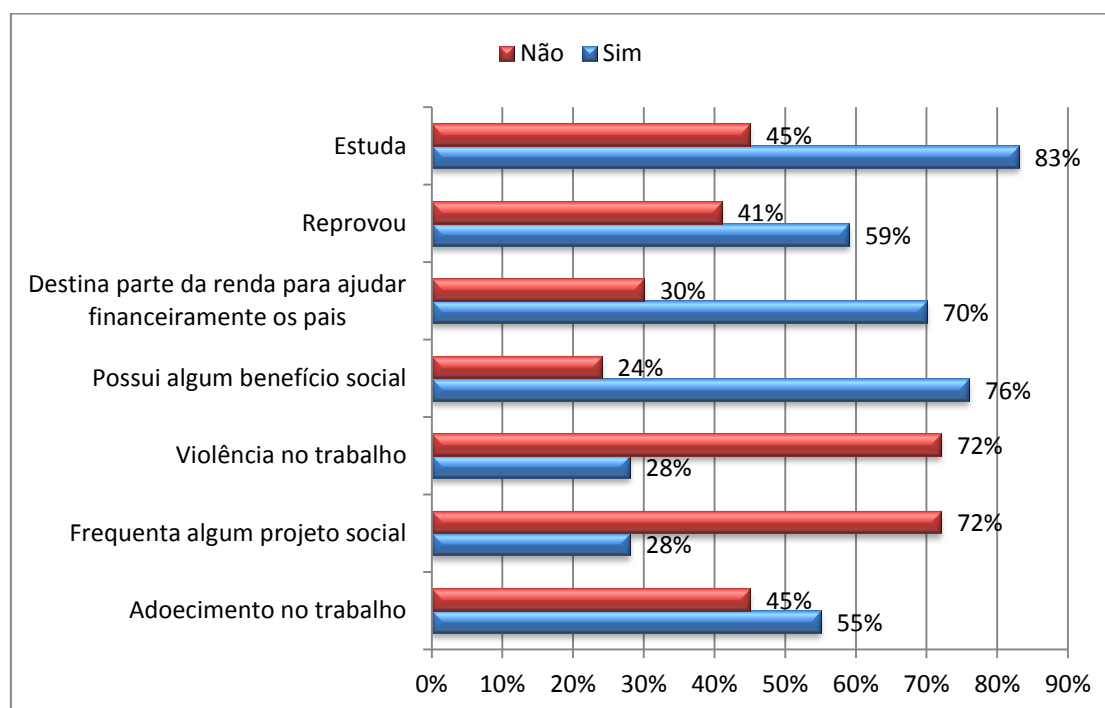
Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

A fotografia acima foi tirada na feira do Augusto Franco, e mostra dois irmãos moradores do bairro Santa Maria, ambos trabalhadores de duas feiras da cidade e que ajudam a mãe com a renda extraída nas feiras. Eles se encontram atrasados na relação idade-série na escola, disseram já ter reprovado duas vezes cada um deles. A.S, 12 anos, o irmão mais novo, afirmou ganhar 20 reais por dia de feira, enquanto que V. S., 13

anos, o irmão mais velho, disse ganhar por volta de 30 reais. “Mãe vende água lá no terminal, mas ganha pouco, e a gente tem mais dois irmãos pequenos, tem que ajudar (V. S. 13 anos, 2018)”. Tal realidade corrobora com as análises da pobreza como elemento central que obriga milhões de crianças e adolescentes a se inserirem precocemente no trabalho, corrobora também ao reforçar o baixo desempenho escolar, que se desdobra nos índices de reprovação e abandono escolar e a perpetuação do ciclo da pobreza, sobretudo para aqueles que ingressam precocemente no trabalho e assumem cedo as obrigações da vida adulta.

A partir das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, foi possível traçar o perfil dos pequenos trabalhadores das feiras livres de Aracaju, a grande maioria dos meninos e meninas trabalhadores, ainda estudam e apresentam defasagem na relação idade-série, uma vez que 59% dos entrevistados revelou já ter reprovado pelo menos uma vez, como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8: Dados sobre trabalho infantil nas feiras livres da cidade de Aracaju



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

Outra característica muito recorrente apesar de contraditória entre esses entrevistados é o fato de a maioria receber algum benefício social para famílias de baixa renda (ex: Bolsa Família). 76% dos entrevistados informaram serem beneficiários do

Programa Bolsa Família, que se destina a reduzir as desigualdades e através da transferência de renda, melhorar a situação socioeconômica das famílias.

A presença do trabalho infantil nas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família é vista como contraditória, porque a condicionalidade da frequência escolar é critério determinante para a manutenção do benefício social, contudo, algumas das feiras visitadas ocorrem durante os dias letivos e em sua maioria, duram boa parte do dia, o que significa que esses meninos e meninas faltam a escola para estar nas feiras. Esse fato é comum nas escolas de periferia, na qual os estudantes apelam para não serem penalizados pelas ausências na escola em dias de feiras, em virtude do risco da suspensão ou perda do benefício social.

Alguns dos entrevistados relataram já ter participado do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, contudo a maior parte destes não frequenta ou nunca frequentou nenhum projeto ou programa social no contraturno escolar, o que poderia ser uma alternativa educativa, que os retirasse do tempo ócio e das ruas e lhes proporcionassem atividades educativas.

Outro dado alarmante diz respeito aos relatos de violência confirmados pelos pequenos trabalhadores desta pesquisa. 28% dos entrevistados afirmaram já terem sofrido alguma violência enquanto trabalhavam. O assalto é apontado como a principal violência sofrida pelos sujeitos dessa pesquisa durante a jornada de trabalho.

Eu chego aqui cedo, tem dia que chego aqui cinco da manhã e só saio dez da noite [...] aí no meio do caminho uma vez eu topei com um vagabundo que levou meu dinheiro todo, eu trabalhei o dia todo e o vagabundo tomou meu dinheiro (G. S., 12 anos, trabalha na feira do Conjunto Augusto Franco e mora no bairro Santa Maria, jan/2018).

Também A. J., 16 anos, morador do bairro Japãozinho e trabalhador da feira do Santo Antônio nos relatou:

Aqui na feira eu trabalho de duas da manhã até duas da tarde [...] ganho uns 45 reais [...] um dia desses, uns caras me chamaram pra pegar um carregó, aí quando cheguei lá, eles me disseram, - passa o dinheiro. Aí levaram, a sorte foi que eu dividi o dinheiro em dois bolsos, senão tinham levado tudo (jan/2018).

Entre os pequenos trabalhadores dos terminais de integração de ônibus a realidade é semelhante,

Venho todo dia, com minha mãe pro terminal, ela vende nuns cantos, eu saio rodando pelo centro, vendo água também. Um dia desses, três moleques me cercaram e levaram meu dinheiro. Era pouco sabe, mas era meu, foi suado (G. S., 12 anos, dez/2017).

Essa realidade de violência é bastante comum também para os meninos e meninas que prestam serviço nos terminais de transporte de passageiros. Em uma das entrevistas realizadas, uma adolescente trabalhadora de um dos terminais de integração de Aracaju, quando questionada sobre a frequência em que presencia assaltos no local de trabalho, respondeu que “trabalho há um ano no terminal do mercado e vejo assalto aqui todo dia moça. Com faca, com arma, na maioria das vezes os assaltos aqui no terminal quem faz são os pivetes, eles se juntam e vem com faca roubar as meninas” (C. S., de 16 anos; jovem trabalhadora do Terminal Rodoviário/Centro de Aracaju, jan/2018).

A fala da adolescente trabalhadora além de revelar a violência a que estão expostas as crianças que trabalham, trata quase como natural e comum o cotidiano da criminalidade. Revela também outros menores marginalizados, que agora se encontram no mundo do crime. Pertencem à mesma classe social, advém muitas vezes da mesma periferia. Uns tiveram sua infância dos jogos e brincadeiras roubada pela responsabilidade pela condição precoce de adultos, outras foram seduzidas ou obrigadas a cometer pequenos crimes para reproduzirem-se, ajudar no sustento da família, drogarem-se ou satisfazerem necessidades de consumo.

Outro problema relatado durante as entrevistas diz respeito ao adoecimento em virtude do trabalho, como mostra o gráfico 8. 55% dos entrevistados afirmaram sofrer ou já ter sofrido com problemas de saúde relacionados ao trabalho. No Brasil os acidentes e o adoecimento do/no trabalho são fenômenos comuns. Como mostra Alves (2012, p 190),

Seiscentos a setecentos mil casos de acidentes e doenças laborais por ano leva o Brasil a um cenário de guerra civil. [...] Nesse cenário de horror, o número efetivo de acidentes e doenças ocupacionais subnotificados é incalculável, e o quadro é ainda mais grave porque há uma mentalidade de deixar tudo como está, de varrer a sujeira para debaixo do tapete.

Os pequenos trabalhadores, sobretudo os meninos que trabalham com carregamento nas feiras, dizem sofrer com dores no corpo. Um deles P.A., de 13 anos, trabalhador da feira do Augusto Franco, diz já ter sido submetido à cirurgia para retirada de hérnia de disco, que surgiu ou foi agravada pelo esforço físico do trabalho com carregamento. Também

as crianças que trabalham com vendas no centro da cidade, relatam que a exposição ao sol e a chuva provocam doenças constantes. “Semana passada eu peguei chuva aqui no terminal e fiquei molhado né? Eu já tava gripado e piorei, tive febre, dor no corpo, nem conseguir vim no outro dia” (C.S., 12 anos, vende água e doces na Rodoviária Velha, dez/2017).

Os dados coletados durante a realização dos trabalhos de campo, mostraram que a realidade vivenciada pelos entrevistados é basicamente a mesma. São crianças e adolescentes das periferias de Aracaju, pertencentes a famílias pobres e acometidas pela necessidade de dinheiro na família, na maioria das vezes, filhos de pais desempregados. 67% dos entrevistados informaram que seus pais estão desempregados, ou trabalham na informalidade, o que ratifica a proposição da redução do trabalho formal como grandes responsáveis pelo fenômeno de pauperização da sociedade brasileira e sergipana em específico. São crianças e adolescentes que trabalham desde muito pequenos para ajudar seus pais, ou para suprir necessidades, que estes não podem lhes proporcionar, são muitas vezes vítimas de violências no local de trabalho, possuem altos índices de reprovação e em sua maioria nunca tiveram a oportunidade de participar de projetos educativos, que poderiam se apresentar como uma alternativa ao trabalho.

No processo de exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes observamos a ocupação do espaço por esses sujeitos pela necessidade de sobrevivência. Observamos que a maioria dos casos encontrados cotidianamente na cidade de Aracaju é de crianças e jovens que aparentemente não são úteis para o capital. Entretanto, podemos a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho faz parte de um processo combinado, que exclui para incluir. Resulta de um modo de produção que se alimenta e retroalimenta a partir da exploração da força de trabalho, produzindo sempre um exército sobrando à disposição do mercado, esse exército cresceu de tal forma no decorrer da história do capitalismo, que no quadro atual dispensa parte do trabalho vivo, substituindo-o pelo trabalho morto, que boa parte, jamais será absorvida pelo trabalho formal. Ao mesmo tempo, essa opção pelo capital constante, expõe a insustentabilidade do próprio sistema do capital, que não vive senão da extração de mais valor. Um quadro que obriga adultos, adolescentes e crianças a sobreviverem na informalidade, em meio à violência, a criminalidade, a exploração, a prostituição, a exploração sexual, dentre outras formas degradantes da sociedade atual. São muitas vezes força de trabalho supérflua, e estão apenas sub existindo. Nas palavras de Martins (1993, p 13-14),

O desenvolvimento alucinado que os países ricos, e a vorazes elites dos países pobres, exigem dos países pobres, para beneficiar apenas uma pequena parcela da população, implicou o descarte de mão-de-obra já barata. Implicou também, a disseminação de diferentes formas de trabalho clandestino, mediante pura e simples supressão dos direitos conquistados pelas classes trabalhadoras, na incorporação precoce de trabalho barato, tornou-se caro nos termos da lógica cerrada da acumulação sem limites e sem escrúpulos. Hoje o filho criança desemprega o pai adulto, porque seu trabalho é mais barato. Ou o filho criança completa o salário ou o ganho do pai adulto porque o que este recebe é insuficiente para sustentar a família.

A análise destacada por Martins (1993) é uma realidade apontada por autores como Rizzini (2007, p 381), que percebe que as famílias nas quais os pais possuem o nível de estabilidade financeira melhor, ou seja, aqueles que ganham mais de dois salários mínimos per capita, tendem a adiar a entrada dos filhos no mercado de trabalho, em prol da escolaridade, processo que é menos comum entre os filhos das famílias mais pobres, na qual os filhos trocam a escola pelo trabalho, ou ainda não as abandonou em função das exigências de programas sociais de transferência de renda, contudo, possuem elevados índices de reprovação, um desempenho escolar deficitário e grandes chances de permanecerem em trabalhos mal remunerados, precários, longe da formalidade, na marginalidade e próximos à criminalidade.

A figura 7 a seguir retrata uma paisagem cotidiana no município de Aracaju. São milhares de meninos e meninas que sofrem com os rebatimentos de um modo de produção, que se sustenta na exploração em massa, na expropriação da riqueza socialmente produzida para benefício de poucos, se sustenta dentre outras formas na expansão de exército industrial de reserva, ao mesmo tempo, na utilização da força de trabalho infantil e juvenil.

Figura 7: Crianças trabalhando no Terminal Rodoviário de Aracaju



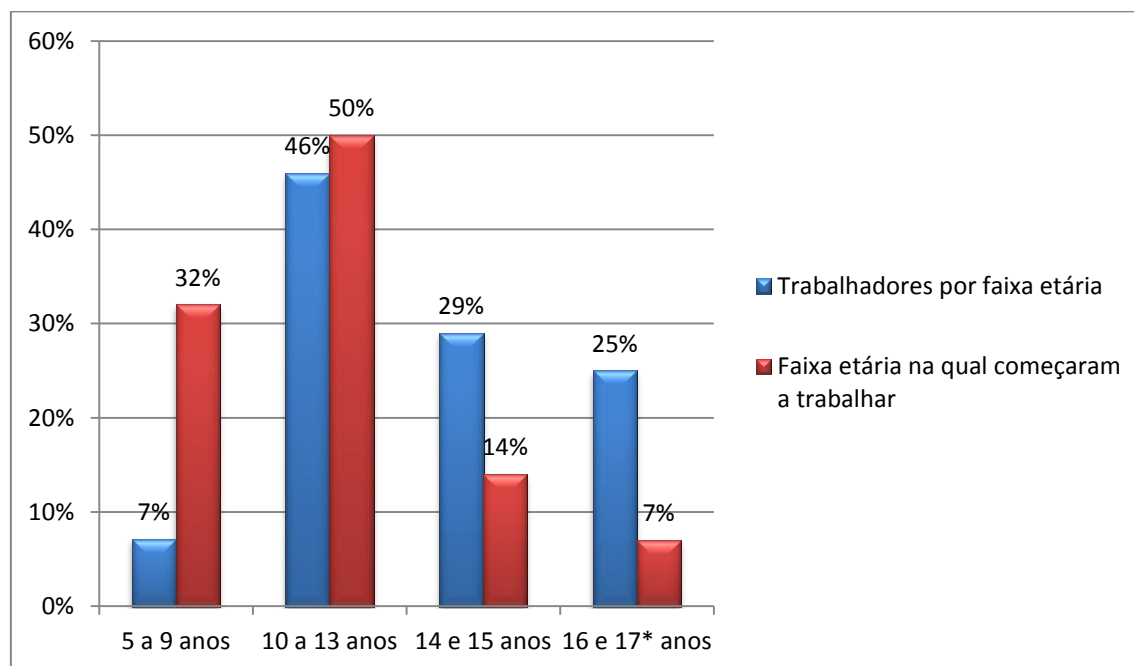
Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de campo, jan/2018.

As duas imagens demonstram formas de sustento das famílias na sociedade atual, pais desempregados, sobrevivendo do trabalho informal, revezam com seus filhos a jornada do trabalho. São pequenos trabalhadores que acabam arcando com deveres e obrigações que não são suas.

Ainda nos trabalhos de campo realizados na cidade de Aracaju, buscamos identificar duas outras informações, são elas; o grupo de idade das crianças e adolescentes trabalhadoras e a faixa etária na qual as mesmas ingressaram no mercado de trabalho. Esses dados podem ser vistos no gráfico 9, no qual é possível perceber que embora tenham sido encontradas poucas crianças na primeira faixa etária, entre 5 e 9 anos, grande parte dos entrevistados afirmaram ter começado a trabalhar com essa

idade, revelando a assertiva de José de Souza Martins (1993), quando o mesmo se refere a infância dos jogos e das brincadeiras, roubada pela responsabilidade e pela rotina do trabalho. O gráfico a seguir apresenta a faixa etária dos trabalhadores entrevistados e também quando estes se inseriram no trabalho.

Gráfico 9: Dados sobre faixa etária das crianças e adolescentes entrevistadas nas feiras livres e sobre faixa etária com a qual começaram a trabalhar



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

*16

Foi possível confirmar na pesquisa, que a maior parte dos meninos e meninas trabalhadores de feiras livres do município de Aracaju, são proveniente de bairros periféricos da cidade, cujas condições materiais de vida obrigam esses sujeitos a ingressarem prematuramente no mundo do trabalho. Outro elemento que fortalece a hipótese da pobreza como determinante desse ingresso precoce é o fato de que 70% dos entrevistados afirmou ajudar seus pais no sustento familiar. F. S., de 13 anos, morador do bairro Santa Maria é um exemplo desses meninos de periferia que trabalham para

¹⁶Embora, o trabalho realizado por pessoas de 17 anos não seja considerado como trabalho infantil, o Decreto 6.481 de 12 de junho de 2018, institui as piores formas de trabalho e proíbe os menores de 18 de se inserirem em qualquer uma delas. O trabalho nas feiras livres está presente na referida lista e não pode ser realizado por menores de 18 anos, por este motivo consideramos para fins desta pesquisa os sujeitos de 17 anos de idade.

ajudar os pais. F. S., trabalha com carrinho de mão na feira do Augusto Franco. Ao explicar um pouco sobre a realidade que vivencia, nos contou que a renda que ganha,

[...] depende muito do dia, às vezes eu consigo uns 30 reais, às vezes uns 40, depende [...] chego aqui umas três da tarde e saio umas dez da noite, aí se eu consigo 30 reais fazendo carregão, eu dou 25 reais pra ajudar minha mãe e fico com 5 reais.

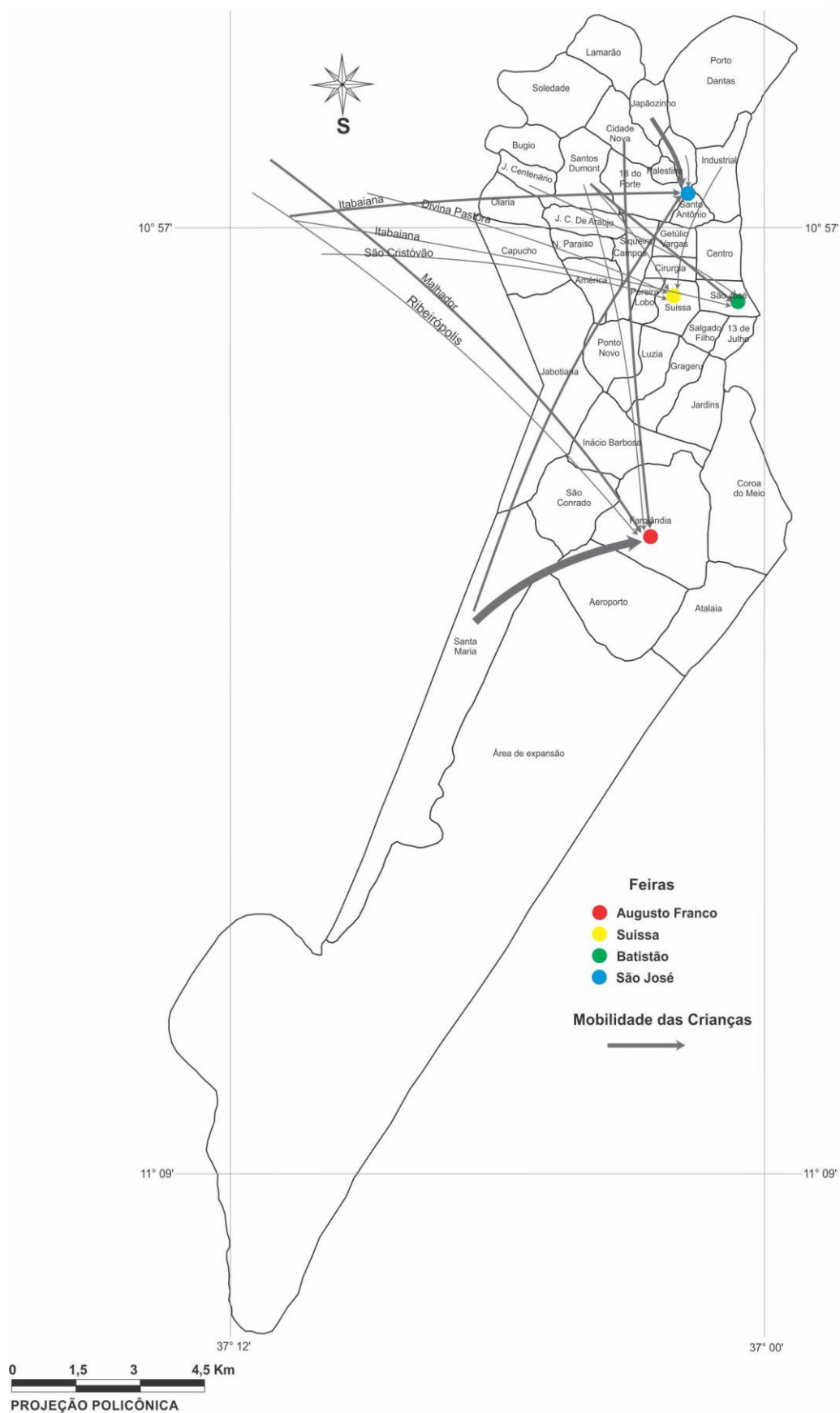
Também T. S., de 10 anos, trabalhador de uma barraca de legumes da feira do Augusto Franco e morador da periferia do município de Itabaiana afirmou,

Eu trabalho desde os 5 anos, já fiz muita coisa, já trabalhei na roça, já trabalhei pro povo, aqui na feira eu trabalho a uns dois anos, chego aqui seis da manhã e saio 10 da noite, toda quarta. [...] o dono da barraca me paga 20 reais aí metade eu fico e metade dou pra minha mãe.

A ausência da figura paterna foi uma afirmação recorrente entre os entrevistados, 43% destes, relatou que moram apenas com a mãe e os irmãos. A ausência do pai, que em termos históricos sempre foi o responsável pela manutenção e providência majoritária do sustento da família, agrava ainda mais a reprodução social destas. Essa ausência muitas vezes transfere a responsabilidade para os filhos, em especial, os do sexo masculino.

O mapa abaixo revela a espacialização do trabalho infantil em Aracaju, mostrando onde trabalham e de onde são provenientes as crianças e adolescentes envolvidas em trabalho infantil.

Mapa 2 Espacialização e mobilidade do trabalho infantil em Aracaju



Fonte: Trabalho de Campo, 2018
Elaboração: José Hunaldo Lima

O mapa acima mostra onde estão as feiras livres nas quais foram realizados os trabalhos de campo, e ainda, a mobilidade do trabalho das crianças e adolescentes entrevistadas. São sujeitos que se deslocam das periferias pobres de Aracaju e das periferias dos municípios do interior do estado para as feiras. Realidade que confirmam as proposições levantadas durante todo este estudo, de que o modo de produção capitalista, produtor de desigualdade e de disseminação da pobreza, esta entendida como privação material das condições de vida digna, é elemento propulsor para o ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Tais sujeitos são necessários para a garantia da sobrevivência da família, pois complementam a renda dos pais, uma vez que estes estão desempregados e/ou não conseguem mais sozinhos garantir a reprodução familiar.

4.2 Itabaiana/SE: espacialização do trabalho infanto-juvenil no campo, tradição e/ou necessidade?

A escolha do município de Itabaiana para a investigação do trabalho infantil se deu, sobretudo, pelos elevados índices dessa problemática no município. No ranking do trabalho infantil, Itabaiana ocupa a 3ª posição, ficando atrás somente da capital e do município de Lagarto. É também o quarto maior município em população com cerca de 90 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE 2010. O município possui ainda, 11.960 pessoas entre 10 e 17 anos das quais 2.020, são crianças e adolescentes trabalhadores, o que corresponde a 14,4% dessa população ocupada (IBGE, 2010). Itabaiana possui grande destaque no Estado, pela presença forte da policultura com domínio do trabalho familiar.

Nossa investigação se propõe a realizar uma análise dialética apresentando os dados do trabalho de crianças e adolescentes nas atividades de beneficiamento da castanha, no povoado Carrilho, nas atividades de produção de telhas, nas olarias do povoado Rio das Pedras e na produção agrícola de hortaliças e plantio da batata doce dos povoados Mangabeira e Agrovila. Sobre tudo, porque compreendemos que em relação ao trabalho no campo, as várias determinações devem ser explicadas à luz da lógica camponesa, por sua vez, consideramos que precisaremos separar aquilo que é

parte da lógica da tradição/transferência de saberes dos camponeses, daquilo que se impõe como uma determinação da lógica de produção do capital no campo, que joga para os filhos jovens do campesinato, a reprodução da família, que necessita do trabalho da criança e do adolescente para sobreviver. Nesse interim, o município de Itabaiana expressa, a nosso ver, essas diferentes determinações, como veremos.

Itabaiana está localizada no Agreste Central de Sergipe, à aproximadamente 56 km de distância da capital Aracaju. O mapa 2, apresenta o município alvo da pesquisa.

Mapa 3: Localização do Município de Itabaiana – SE, áreas de pesquisa



A região do Agreste em que está situado o referido município é marcada pela presença forte da policultura e com Itabaiana não é diferente, desde sua fundação. É possível dimensionar a importância desse setor no município e região, pela implantação da agricultura irrigada através da criação das políticas públicas, a exemplo dos perímetros irrigados de Jacarecica I e Ribeira, na década de 1980, além da construção do açude da Macela na década de 1990. Como aponta Carvalho;

O município de Itabaiana caracteriza-se pelo desenvolvimento da policultura com ênfase para as culturas temporárias, como as de feijão, amendoim, milho, mandioca, e hortaliças (batata-doce, coentro, tomate, pimentão, cenoura, cebolinha, etc.). Ambas as atividades são desenvolvidas em pequenas unidades produtivas e executadas por agricultores autônomos, sendo observadas praticamente em todos os povoados do município. (2012 p, 117)

A agricultura foi, inclusive, um dos principais motivos que elevaram a vila de Itabaiana a município, em 28 de agosto 1888 e impulsionou o crescimento de outros setores. Há diversificadas atividades na policultura do município, onde se destaca, o beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho, o plantio de hortaliças nos povoados Mangabeira e Agrovila, as olarias do povoado Rio das Pedras, dentre outras atividades que ocupam as famílias do campo.

No que concerne ao beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho, Carvalho (2012) destaca que este diferencia-se das demais localidades de beneficiamento do país, pois toda a família está envolvida no processo de beneficiamento, inclusive as crianças e adolescentes, que acabam por se inserir para ajudar seus pais na torra, na quebra, despelando, ensacando e até por vezes comercializando a castanha de caju. Trabalho esse desgastante, precário e prejudicial, inclusive, a saúde dos mesmos. A perda das digitais, dores musculares, cansaço físico e problemas respiratórios são os principais problemas apontados pelos sujeitos trabalhadores da castanha.

A ausência de terra para o cultivo, foi um dos principais motivo que levou a população do povoado Carrilho a prática do trabalho não-agrícola de beneficiamento da castanha de caju, vendendo sua força de trabalho para os atravessadores. 90% da população do povoado trabalham direta ou indiretamente com o beneficiamento da castanha proveniente dos estados da Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará.

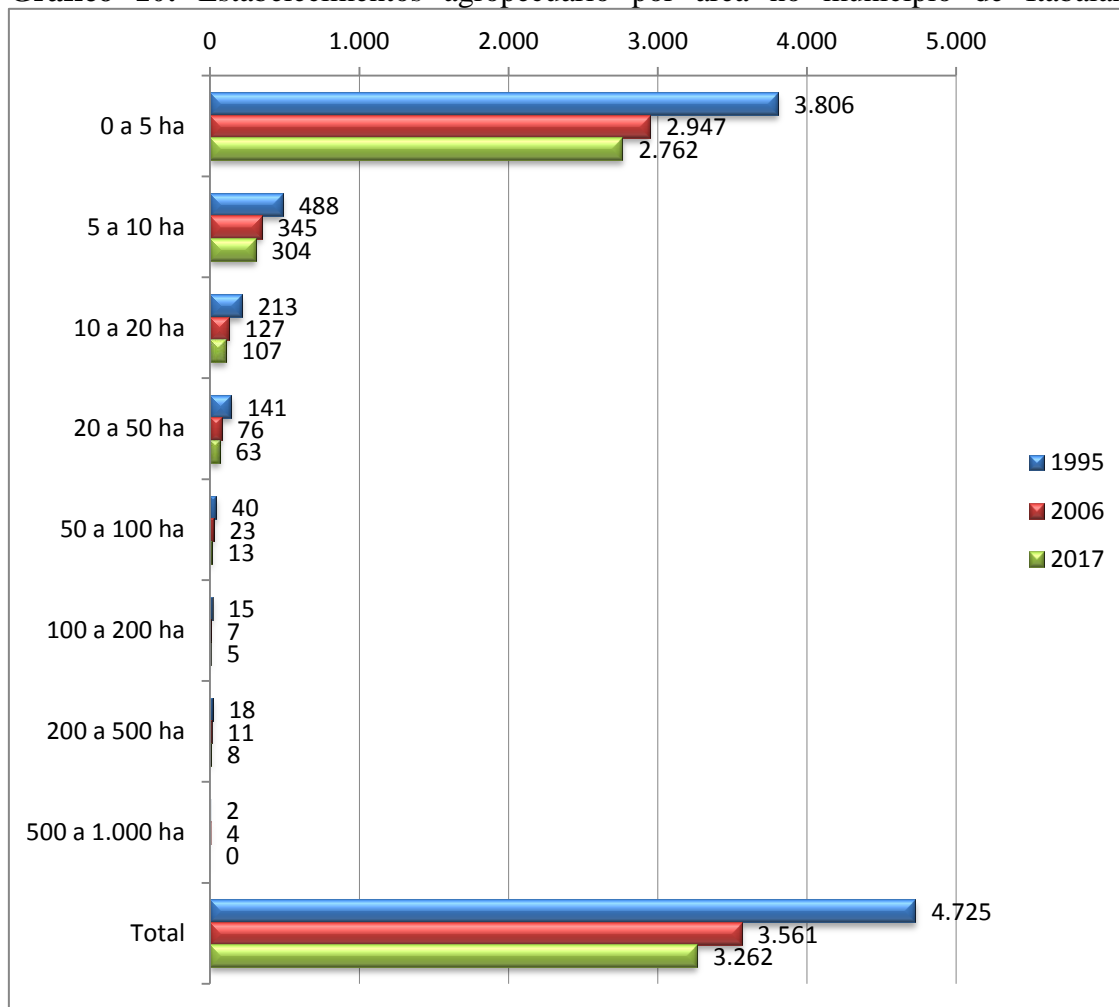
No circuito da castanha a renda da terra é dividida por diferentes sujeitos, desde os responsáveis pela colheita nos estados de origem que ganham em média um real e setenta centavos, por quilo da castanha in natura, passando pelos atravessadores, que repassam estas para os beneficiadores no povoado Carrilho a em média três reais e vinte centavos o quilo. Os trabalhadores do povoado compram as sacas de 50 quilos à 160 reais. Cada saca da castanha in natura, depois de beneficiada, reduz-se para em média 13 kg de castanha. A renda da terra é dividida também pelos trabalhadores que assam e quebram a castanha, estes ganham cerca de 15 reais por saca beneficiada, o que representa cerca de um real e quinze centavos por quilo. O Beneficiamento da castanha no povoado Carrilho como já mencionado envolve toda a família. Assim as crianças e adolescentes se inserem na produção, no processo da “pelagem”, retirada da pele da castanha, pela remuneração de 2,00 reais por cada quilo despelado. A castanha depois de processada é vendida novamente para o atravessador que destina à indústria e ao comércio até chegar ao consumidor final pelo preço em média de 50,00 reais o quilo.

O que se percebe no beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho, é a monopolização do capital, no qual a população é subordinada a produção de uma riqueza que não é apropriada por estes, mas sim, pelos atravessadores e pela grande indústria, que sem cultivar sequer um pé de caju, e sem quebrar uma castanha, se apropria desta renda.

A pesquisa de mestrado de Adelli Nascimento (2011), realizada no PPGEIO, intitulada a “Exploração do trabalho camponês: Reestruturação produtiva do capital e trabalho não-agrícola no município de Itabaiana-SE” reforça a especificidade do trabalho não-agrícola no povoado Carrilho, como resultado da estrutura fundiária desta comunidade, que impede a reprodução camponesa por meio da agricultura.

A partir do censo agropecuário do IBGE de 1995 e 2006 foi possível produzir o gráfico 10 abaixo e estabelecer uma análise comparativa, do número de estabelecimentos agropecuários por área no município de Itabaiana.

Gráfico 10: Estabelecimentos agropecuário por área no município de Itabaiana



Fonte: IBGE, Sidra. Censo Agropecuário, 1995 e 2006.

Organização: PAZ, Rafaela Santos, 2018.

O gráfico supracitado mostra a redução do número de propriedades no município de Itabaiana, entre os anos de 1995 e 2006. Observa-se que a maior redução ocorreu nas pequenas propriedades, nas quais se concentram a produção dos camponeses, o que acaba empurrando essa população para outras atividades, como o beneficiamento da castanha, e a produção de telhas, sem necessariamente expulsá-los da zona rural, onde está construindo sua casa.

Em relação ao trabalho agrícola de produção de hortaliças e legumes, presentes nos povoados Mangabeira e Agrovila, o trabalho familiar e a venda da força de trabalho na propriedade de terceiros também é uma prática comum. Nestas as crianças e adolescentes se inserem para complementar o trabalho dos pais e ajudar no montante da remuneração ao final da semana, ou trabalham sozinhos para ajudar financeiramente a família.

A maior parte da produção agrícola nos povoados Mangabeira e Agrovila são realizadas por camponeses que usam a força de trabalho da família, para a reprodução enquanto sujeitos sociais do campo. Nesta, percebe-se o processo de monopolização da produção que se dá como forma de apropriação da riqueza produzida pelos camponeses, aqui

[...] apesar do camponês continuar sendo o proprietário dos meios de produção, sem relações de assalariamento e de sujeição real ao capital, há ainda o mecanismo de subsunção, principalmente na esfera da circulação da mercadoria, que possibilita a reprodução ampliada do capital, havendo a exploração do trabalho e a renda da terra sem ocorrer a expropriação dos meios de produção (NASCIMENTO, 2011, p 84).

Neste circuito, tal como nas atividades não-agrícolas de beneficiamento da castanha no povoado Carrilho, as crianças e adolescentes se inserem no trabalho para ajudar seus pais, e acabam sendo desta forma usada no processo de acumulação capitalista. A proximidade destes povoados com a Serra de Itabaiana, que garantem solos arenosos férteis e chuvas orográficas, mais os projetos de irrigação, possibilitou condições que permitiu a resistência camponesa nestas áreas, através do cultivo de hortaliças e leguminosas, que tal como no caso da castanha de caju é intermediada pelos atravessadores que se apropriam da maior parte da renda da terra.

Figura 8: Trabalho infantil no campo de Itabaiana



Fonte: PAZ, Rafaela Santos, trabalho de campo na feira, dez/2017

A produção de telhas nas olarias é a principal fonte de renda da população do povoado Rio das Pedras. Nestas, adolescentes entre 14 e 17 anos trabalham sem nenhum contrato formal, expostos à acidentes e queimaduras nos fornos de construção de telhas, por uma remuneração diária de 25 reais, a fim de ajudar nas despesas da família. Também entre esses sujeitos o cansaço, o baixo desempenho escolar são apontamentos que resultam em reprovação e abandono da escola.

A força de trabalho destes sujeitos diferente da lógica do campesinato, torna-se uma mercadoria, usada para produzir mais-valia. Neste processo percebe-se a conversão do trabalho concreto, produtor de valor de uso, em trabalho abstrato, alienado, visível no valor de troca.

Em algumas situações a venda da força de trabalho nas olarias se dá como forma de sujeição, para garantir a resistência camponesa em períodos de entressafras e/ou quando a produção camponesa não possibilita uma renda suficiente para suprir outras necessidades de consumo da família. Assim pai e filhos, buscam alternativas que complementem e garantam a reprodução familiar.

Entre as determinações características desse quadro no município de Itabaiana, estão o pouco acesso à terra, e a presença das pequenas propriedades ou do minifúndio diretamente ligadas à situação de pobreza, os elevados níveis de autoexploração, a venda da força de trabalho para terceiros, dentre outras situações de vulnerabilidades que muitas vezes implicam na inserção precoce de crianças e adolescentes na prática laboral.

A produção de hortifrúteis, o beneficiamento da castanha de caju e a fabricação de telhas, por meio das olarias se destacam como as principais atividades exercidas no campo do município em questão.

Como já apontado nos capítulos anteriores, a pobreza no Brasil se concentra, sobretudo no campo, em função da negação do acesso à terra, do crescimento do minifúndio que se caracteriza pela falta de terras suficientes para garantir a reprodução familiar, em função também da escassez de políticas públicas que subsidiem os cultivos, da desvalorização do campo e dos altos custos dos insumos que o campo e os camponeses se tornaram reféns.

Muitos daqueles que resistem no campo, acabam se subjugando à exploração, com longas jornadas de trabalho, a venda da força de trabalho para terceiros, a adoção de atividades informais, a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, a fim de complementar a renda. São alternativas penosas e degradantes adotadas visando a permanência no campo e garantia da reprodução de sua família.

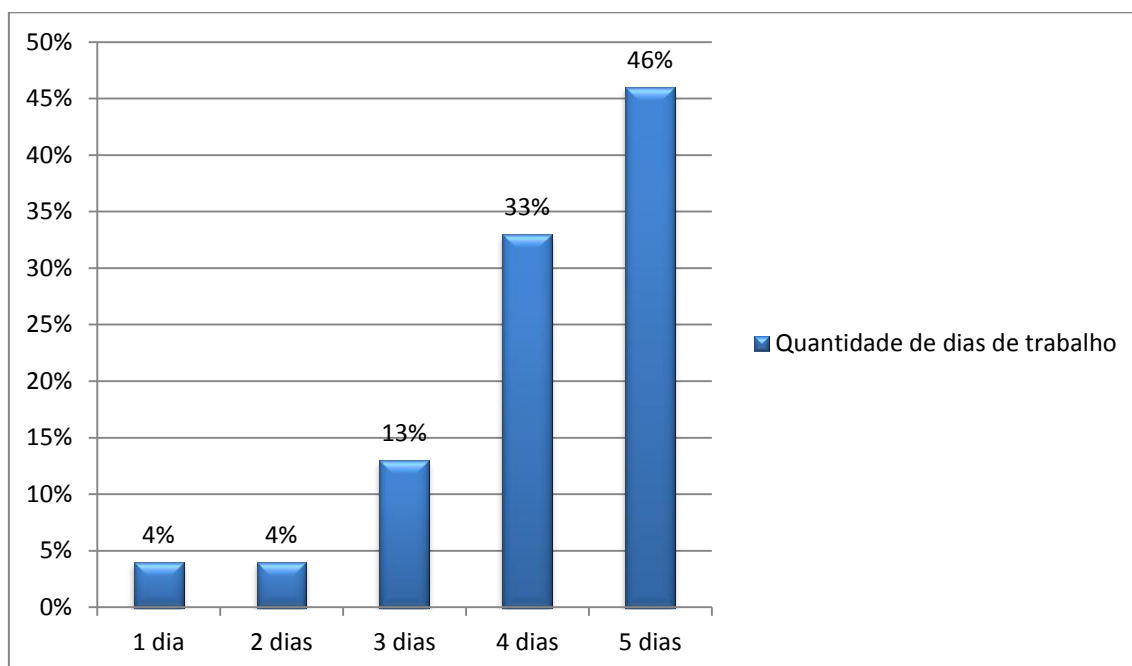
Somam-se a esses fatores uma carga cultural presente na sociedade, em especial nas comunidades mais pauperizadas, que o trabalho precoce é benéfico e necessário para a formação do caráter, a noção de responsabilidade, o combate à preguiça, a vadiagem e dentre outras características apontadas como elementos impulsionadores do ingresso prematuro de crianças e adolescentes no trabalho. Essa carga cultural, muitas vezes vai justificando a exploração, entretanto, ela pode ser a condição da reprodução dos jovens para o trabalho com a terra e a reprodução de camponeses no campo. Cabe diferenciá-las.

No capítulo anterior mostramos a diferença do trabalho de crianças e adolescentes no campo, diferenciando a prática educativa, daquela de exploração do trabalho infantil. O primeiro caracterizado pelo auxílio no trabalho coletivo exercido no seio da família. O segundo é caracterizado por uma rotina de muitos dias e longas jornadas de trabalho, pelo baixo rendimento escolar, pela substituição de atividades comuns às crianças, como as brincadeiras e o estudo, pelo compromisso e responsabilidade do trabalho. Cabe destacar que os dados coletados nas entrevistas no campo do município de Itabaiana- SE, apontam ora para a exploração do trabalho infantil por meio da venda da força de trabalho para terceiros, ora como prática da unidade camponesa, na realização de uma prática educativa, ainda que ocorra a subsunção do produto do seu trabalho pelo capital, por meio da monopolização da produção.

Foram realizados quatro pesquisas de campo nos povoados de Itabaiana, com a aplicação de 24 questionários. O questionário usado foi o mesmo aplicado nas feiras livres, e as perguntas tinham como intuito compreender a situação socioeconômica e educacional das crianças e adolescentes trabalhadoras, bem como coletar dados sobre adoecimento e violência no trabalho.

A periodicidade do trabalho é o primeiro fato que nos confirma a exploração do trabalho infantil, como mostra o gráfico 11 abaixo, em que 79% dos sujeitos entrevistados afirmaram que trabalham entre quatro e cinco dias na semana, o que denuncia que o trabalho não ocorre de forma esporádica, mas sim, é uma realidade frequente e que toma desses sujeitos o tempo do ócio, das brincadeiras, tempo esse que poderia e deveria ser ocupado pelos estudos, a leitura, entre outras possibilidades que deveriam cercar o cotidiano de crianças e adolescentes.

Gráfico 11: Quantidade de dias de trabalho informados por crianças e adolescentes entrevistados



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

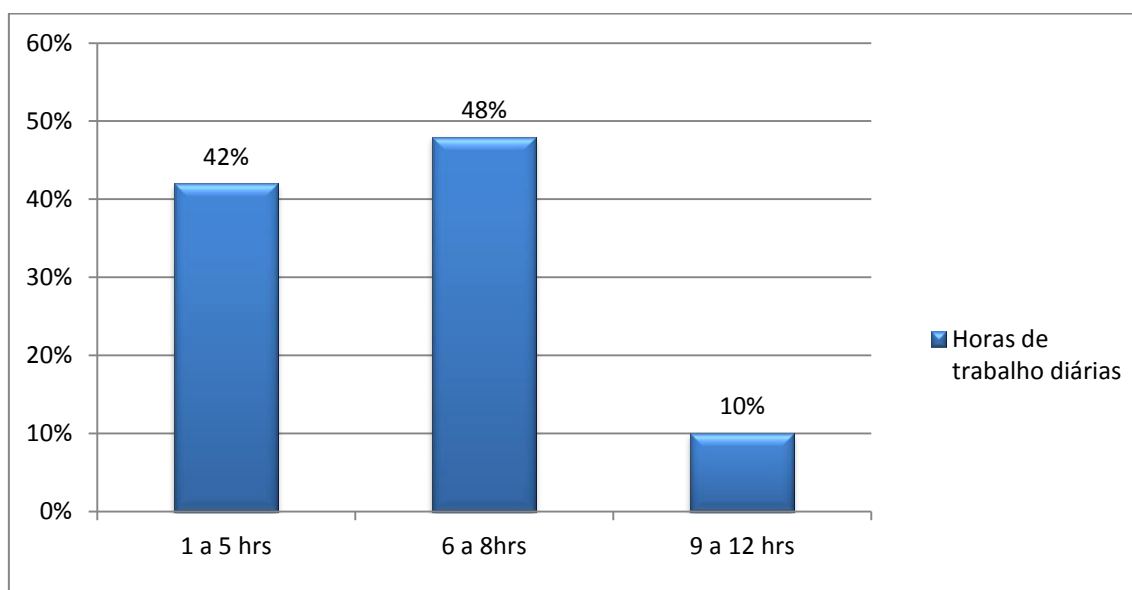
É possível notar o quão desgastante é o cotidiano do trabalho por alguns exemplos, como o de V.S., adolescente de 15 anos, que trabalha com o beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho. Para ele, a rotina do trabalho na castanha é bastante difícil.

Eu trabalho quatro dias na semana, de meia noite até meio dia mais ou menos, depois eu vou pra casa, me arrumo, como, e venho pra escola, é muito cansativo, mas tenho que trabalhar ou não ganho dinheiro. [...] venho sem dormir, só durmo mesmo quando chego em casa no final da tarde (V.S., 15 anos, pov. Carrilho/Itabaiana, jan/2018).

Sonolência, cansaço e baixo rendimento escolar, são reflexos da rotina quase que diária do trabalho no campo. Para esse jovem o tempo de descanso e de estudos é reduzido, tirando-lhe oportunidades de formação e aprendizados diversos, inclusive sobre suas condições de reprodução. Suas condições de trabalho vão sendo por ele naturalizadas, á medida que não terá espaço desde a infância/juventude, no seu cotidiano para reflexão sobre o seu status social.

Outro questionamento realizado às crianças e adolescentes, foi o quantitativo de horas trabalhadas. O gráfico 12 seguinte, mostra esses dados e revela que alguns desses trabalhadores chegam a carga horaria de mais de 12 horas diárias.

Gráfico 12: Horas de trabalho informada pelas crianças e adolescentes durante as entrevistas



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

Os prejuízos da rotina de trabalho são facilmente visualizados entre as crianças trabalhadoras, com uma rotina de muitos dias de trabalho, exercido em uma carga horária extensa, cansaço físico e mental, desdobrando-se em baixo rendimento escolar, em reprovação e muitas vezes desistência. Como é possível notar na fala de K. H. S., 15 anos, ao abordar sobre a realidade de muitos colegas que trabalham com ele na Olaria.

A maioria daqui está atrasada na escola, porque, não dá tempo de ir pra escola. Tem dias que estamos cansados demais, alguns até tentam ir à noite, porém, é difícil, cansativo. Outros de nós, os mais novos, estudam à tarde, mas, não temos o rendimento que precisamos ter pra passar de ano.

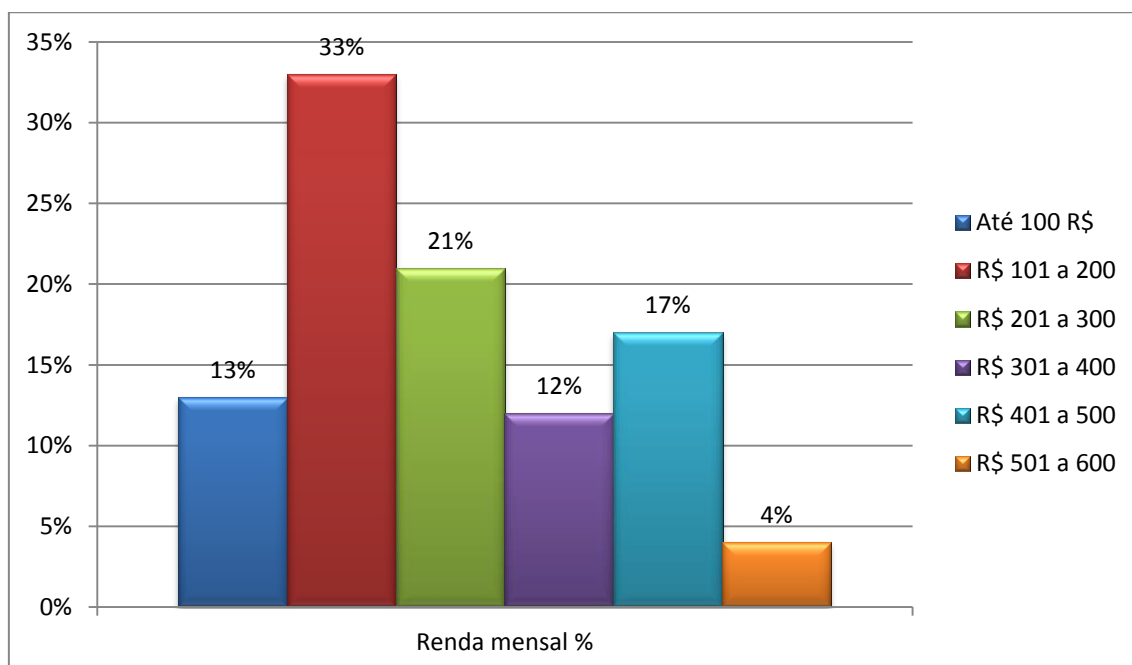
Os dados anteriores e a reflexão acima refletem a situação de precariedade a que estão submetidas às crianças e adolescentes trabalhadores. Esses sujeitos tal como os trabalhadores como um todo vivenciam uma tendência, caracterizada pela

subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculado à "economia informal", entre tantas modalidades existentes. Todas essas categorias tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração (ANTUNES, 2008, p 44).

Soma-se a esses fenômenos o processo de aceleração do ritmo e da intensidade do trabalho, que garantem a acumulação ampliada do capital, por meio da extração da mais-valia, e resultam no desgaste e esgotamento físico do trabalhador.

O gráfico 13 seguinte mostra a remuneração média mensal informada pelos entrevistados. 98% destes, recebem até 500 reais mensais pelo trabalho exercido predominantemente 5 dias por semana, como apontava o gráfico 11, com remunerações que variam entre 5 e 25 reais por dia. A baixa remuneração confirma a precariedade a que estão sujeitos os pequenos trabalhadores.

Gráfico 13: Renda média mensal das crianças e adolescentes entrevistados nos povoados de Itabaiana



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalhos de Campo, Jan/2018.

O trabalho realizado pelas crianças e adolescentes que beneficiam a castanha de caju no povoado Carrilho tem como meio de remuneração o trabalho por produção, estes informaram que ganham em média 50 reais por semana com o trabalho de “pelagem” (retirada da pele da castanha), exercido quatro dias na semana, recebendo dois reais por cada quilo de castanha limpa, o que representa cerca de seis quilos de castanha beneficiada pelos pequenos trabalhadores por dia.

Entre os trabalhadores da agricultura e das olarias a remuneração é feita por dia de trabalho, os primeiros afirmaram que ganham entre 5 e 25 reais por dia, em

atividades como plantio, colheita e limpeza de hortaliças e batatas, além de atividades mudança dos canos de irrigação e venda dos produtos nas feiras. Já o trabalho exercido nas olarias é realizado por 25 reais por dia, e as atividades exercidas envolvem, a fabricação e o armazenamento das telhas.

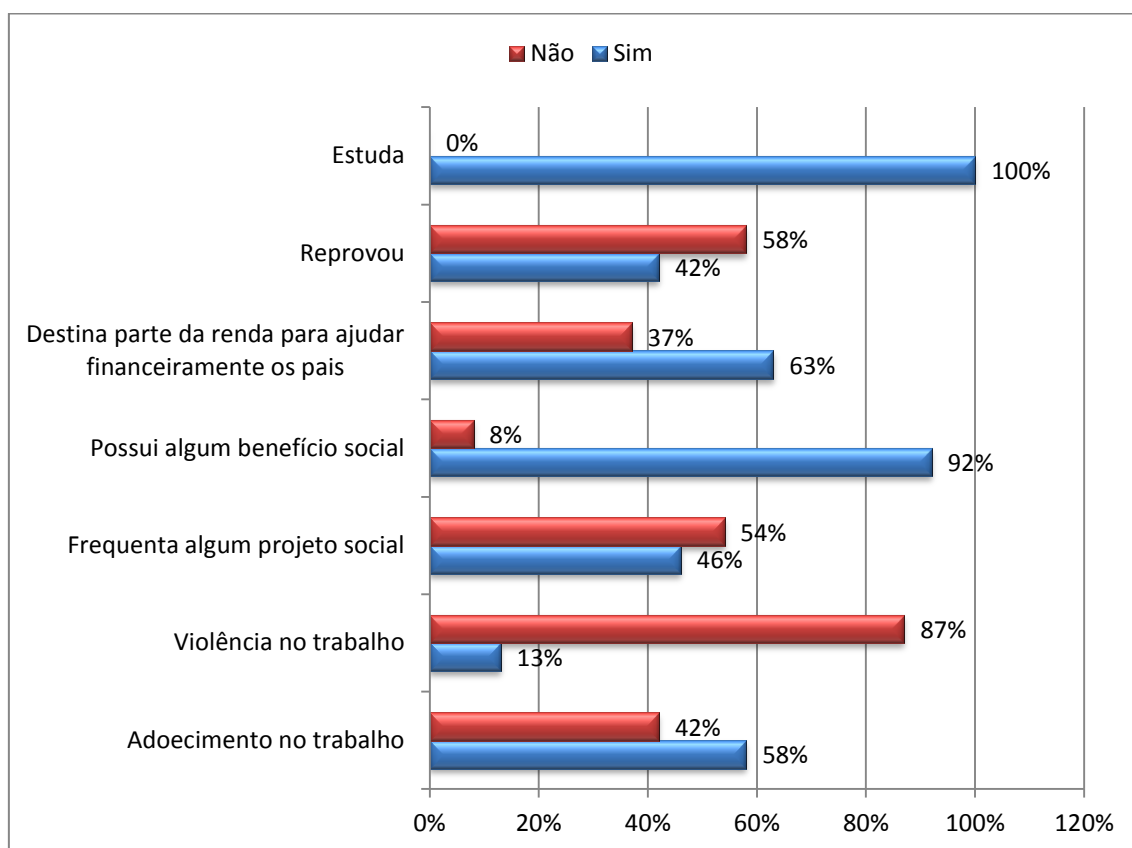
- “Ganhar pouco é melhor que não ganhar nada, a gente precisa, ai tem que trabalhar” (K.J. 13 anos, entrevista no povoado Agrovila, jan/2018).

-“É pouco mais já ajuda, dá pra comprar minhas coisas. Meu celular, eu comprei com o dinheiro do trabalho” (M. L., 14 anos, entrevista no povoado Carrilho, jan/2018).

As respostas supramencionadas revelam a necessidade da complementação de renda dos pais, seja por meio do auxílio financeiro que garanta a reprodução familiar, seja por meio do trabalho para suprir necessidades de consumo dos filhos, que os pais não podem custear.

Outra questão levantada em trabalho de campo está relacionada ao destino da renda obtida no trabalho por essas crianças e adolescentes. O gráfico 14, expõe esse quadro nas atividades laborais pesquisadas no campo do município de Itabaiana.

Gráfico 14: Dados sobre trabalho infantil no campo de Itabaiana



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de campo, jan/ 2018.

O trabalho infantil reflete o futuro desses pequenos sujeitos, a maior parte das crianças trabalhadoras tem seu desenvolvimento educacional comprometido pelos altos índices de reprovação, correspondendo a 42% dos entrevistados.

Como é possível observar no gráfico acima, 63% das crianças e adolescentes entrevistados informaram ajudar financeiramente os pais com a renda do trabalho. Logo a pobreza como elemento central da “questão social” e em específico o trabalho infantil como expressão desta problemática ajudam a explicar a inserção precoce no mundo do trabalho.

Também os programas sociais de transferência de renda não são suficientes para combater o trabalho infantil, já que 92% dos entrevistados disseram ser beneficiário do Programa Bolsa Família, programa que se destina ao combate à pobreza e melhoria das condições de vida da população. Tal pretensão não se efetiva, uma vez que a erradicação da pobreza não pode ser alcançada no modo de produção vigente, tendo em vista que o mesmo se fundamenta na disseminação da pobreza, na exploração generalizada da força de trabalho disponível num polo e na concentração e centralização

riqueza nas mãos de uma minoria no polo oposto. Entretanto, pôde-se observar a temeridade dos pais dessas crianças com a possibilidade da perda do Bolsa Família. Quando eles foram questionados sobre suas condições de vida na atualidade, muitos destacaram medo:

Minha filha a situação ta ruim, a gente vive com medo de perder as coisas que a gente conquistou. O Bolsa Família mesmo, ajuda muito a gente, comprar uma roupa pros meninos, dar um calçado, comprar os matérias da escola né? Mas direto a gente ver mães que perderam o benefício. A gente tem medo de perder também né? Aquele homem que tá lá [Michel Temer], não gosta de pobre não (M. F., 35 anos, pov. Agrovila, jan/2018).

O adoecimento e a violência no trabalho foram outras problemáticas investigadas durante a realização dos trabalhos de campo nos povoados de Itabaiana, 58% dos entrevistados informaram já ter sofrido problemas de saúde em virtude do trabalho. Os problemas mais comuns relatados, foram, dores nas costas e musculares, dores de cabeça, resfriado e cortes no corpo em virtude do manuseio com capim, problemas respiratórios em decorrência da fumaça do beneficiamento da castanha de caju, a perda das digitas é outra problemática muito comum entre os trabalhadores da castanha. Vivemos em uma sociedade que negligencia a saúde do trabalhador. Os dados oficiais apontam que

Das cerca de 2,2 milhões de mortes que ocorrem, anualmente, no mundo, em consequência direta do trabalho, 1,6 milhão resulta de algum tipo de adoecimento ocupacional, 355 mil de acidentes típicos e 158 mil de acidentes de trajeto. A situação se agrava considerando que os dados são subnotificados e que dos 330 milhões de ATs que ocorrem no mundo, todos os anos, 160 milhões referem-se a novos casos de adoecimentos ocupacionais (ALVES; AMARAL e MOTA, 2012, p 69).

Ainda segundo os mesmos autores,

a saúde do trabalhador trata-se de um direito humano fundamental, ou seja, de um direito imprescindível ao trabalhador. É possível sustentar, com segurança, que os direitos ao trabalho, à saúde, à educação e à seguridade social são direitos sociais sem os quais não se pode falar em Estado social [...] (Idem, 2012, p 217 grifo dos autores).

Ao adoecimento no trabalho, soma-se também a violência do/no trabalho esta é vivenciada por 13% dos entrevistados, que informaram receber xingamentos dos patrões e/ou apontaram a exposição ao sol e ao calor excessivo como formas de violências

comuns no trabalho. Os dados explicitados reforçam o qual danoso é o trabalho para esses sujeitos e difícil a realidade de quem vive na pobreza e sobrevive das atividades do campo.

O modo de produção capitalista busca incessantemente a produção do lucro que só se dá por meio do consumo desenfreado das mercadorias. A todo o momento, sobretudo nos meios de comunicação, a publicidade nos induz a consumir. Assim a sociedade atual é marcada pelo fetichismo da mercadoria, “somos aquilo que temos”, somos bem aceitos na sociedade se temos os bens de última geração e da moda. As vítimas mais suscetíveis a essa manipulação são justamente as crianças e adolescentes que buscam ser aceitos pelos demais, esses, são cotidianamente induzidos ao consumo exacerbado, das marcas, dos aparelhos eletrônicos, das roupas da moda, do lanche a ser consumido. Tais produtos muitas vezes não podem ser fornecidos pelos pais que só podem prover o básico da alimentação, vestuário e bens de sobrevivência, então as crianças e adolescentes se inserem no trabalho também para suprir essas “necessidades”. Necessidades que são criadas, forjadas, mas que os filhos das classes mais abastadas recebem dos seus pais, mas que vítimas do desemprego, do subemprego, da pobreza e da desvalorização do trabalho no campo não podem garantir tais bens para seus filhos.

A baixa remuneração dos pais, os que estão inseridos no trabalho formal, assim como a insuficiente renda dos trabalhadores da informalidade, explica por que os sujeitos dessa pesquisa, os jovens e crianças se submetem a atividades de baixa remuneração. São trabalhadores que exercem na maioria das vezes as mesmas funções dos adultos, com dias de trabalho e carga horária semelhante a estes, contudo, recebem uma remuneração muito inferior. Em função da necessidade de por si só alcançar o consumo que seus pais não podem lhes proporcionar, pela necessidade de ajudar no sustento da família, eles são levados a trabalhar mesmo por remunerações baixas e grande esforço físico. O quadro 3 mostra as atividades exercidas pelas crianças e adolescentes desta pesquisa.

Quadro 3: Porcentagem dos trabalhadores entrevistados por atividade

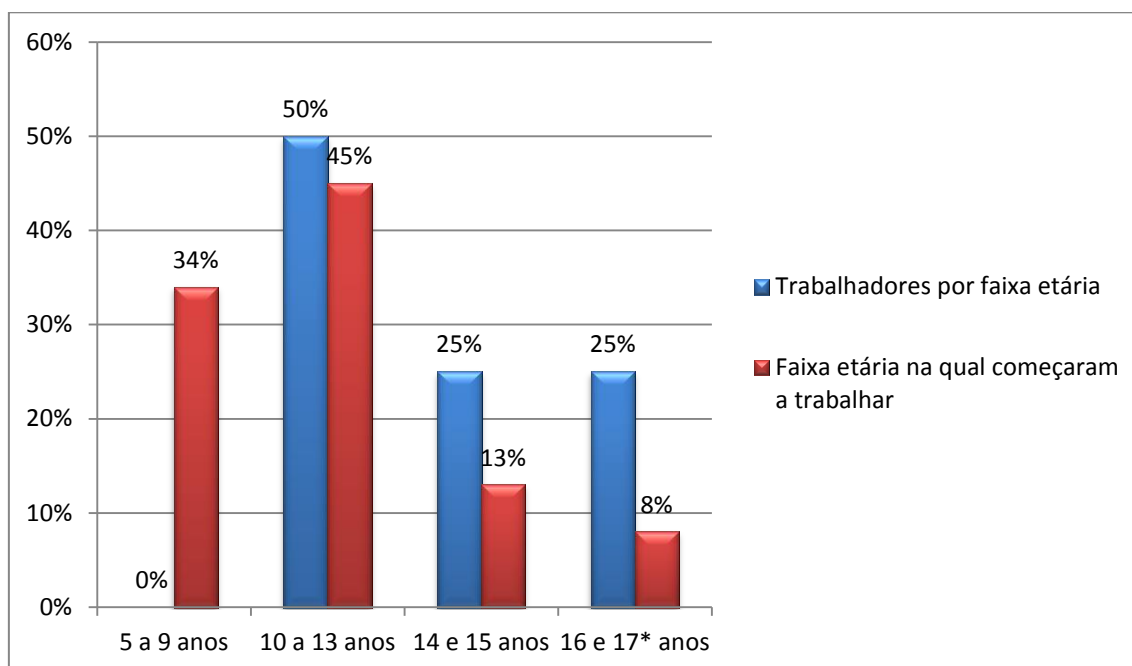
Atividade	% de crianças e adolescentes trabalhadores
Fabricação de tijolos e telhas - Olaria	16
Plantação de hortaliças	16
Irrigando a plantação	7
Plantação e colheita de batatas	12
Beneficiamento da castanha de caju	38
Feirante	4
Outras atividades	7

Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

Diversos são os estudos que relevam que as piores formas de trabalho exercidas pelos adultos são realizadas por aqueles sujeitos que começaram a trabalhar desde a infância. Assim o discurso de superação da pobreza por meio do trabalho de toda a família, não se sustenta, uma vez que as crianças e adolescentes que sabidamente recebem uma remuneração muito baixa, em relação a qualquer outro trabalhador, tornam-se adultos acostumados a trabalhar em excesso, por uma remuneração sempre baixa.

Os índices de reprovação e o abandono escolar contribuem também para a formação de um exército de trabalhadores desqualificados, e sujeitos a toda sorte de trabalho precário. O gráfico 15 abaixo, mostra a faixa etária dos entrevistados. Nota-se que a maior parte deles possui entre 14 e 17 anos, contudo chama a atenção a faixa etária com a qual começaram a trabalhar. Segundo o referido gráfico, 79% deste começaram a trabalhar antes dos 14 anos, idade mínima para o trabalho legal como aprendiz, o que revela a prematuridade da inserção desses sujeitos, que muitas vezes perdem a infância, o tempo do ócio, das brincadeiras para assumir a responsabilidade do trabalho.

Gráfico 15: Dados sobre faixa etária das crianças e adolescentes entrevistados na zona rural e sobre faixa etária na qual começaram a trabalhar



Fonte: PAZ, Rafaela Santos. Trabalho de Campo, jan/2018.

*17

Como revela V.S., 13 anos, trabalhador do povoado Agrovila:

Eu trabalho porque preciso ajudar minha mãe a pagar as contas, porque preciso pra comprar minhas roupas, minhas coisas [...] Comecei com 7 anos, arrancando ramo de batata, limpando e irrigando a plantação e não parei até hoje [...] Às vezes eu trabalho com minha mãe, mas as vezes eu trabalho só, ela vai trabalhar no Carrilho e eu vou pra Mangabeira, ou aqui na Agrovila mesmo [...] e o dinheiro que eu ganho depende de quantos dias eu trabalho, as vezes 20, 30, 50 reais por semana, depende [...] Se eu já repeti de ano? {risos} um monte de vezes moça, eu repeti a 3ª e a 4ª série, não aprendo as coisas direito, aí eu reprovo.

Há também aqueles que reproduzem o discurso de defesa do trabalho como algo benéfico. “Eu acho que não tem nada demais trabalhar não, a gente ganha nosso dinheiro, compra nossas coisas, ajuda nossos pais, é melhor do que ficar sem fazer nada (T. A., 16 anos, trabalhador do povoado Mangabeira)”.

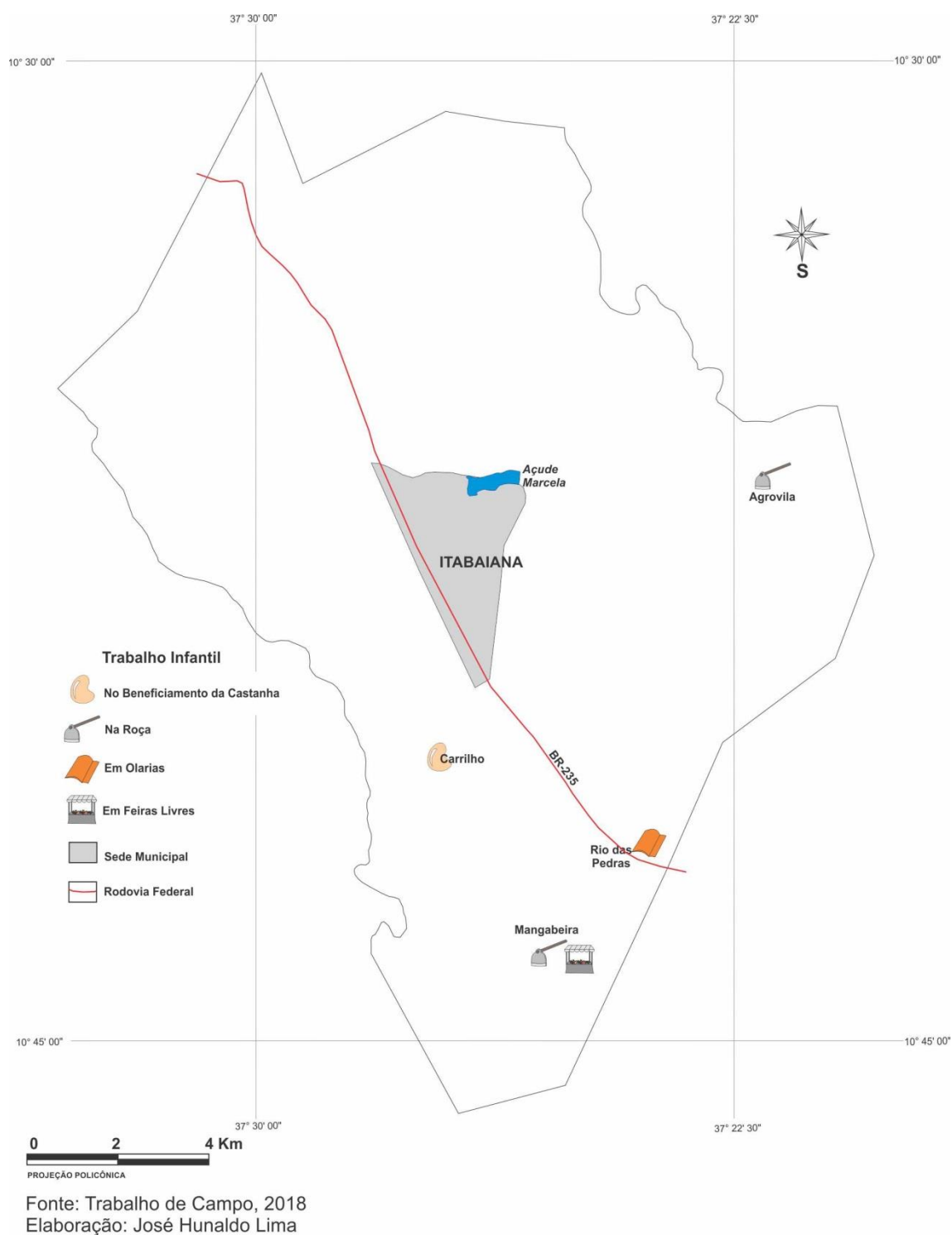
¹⁷Embora o trabalho realizado por pessoas de 17 anos não seja considerado trabalho infantil, o Decreto 6.481 de 12 de junho de 2018, institui as piores formas de trabalho e proíbe os menores de 18 de se inserirem em qualquer uma delas. O trabalho nas feiras livres está presente nesta lista e assim não pode ser realizado por menores de 18 anos, por este motivo consideramos para fins desta pesquisa os sujeitos de 17 anos de idade.

Como é possível notar, o trabalho é uma realidade já consolidada na vida de muitas crianças e adolescentes, assim eles naturalizam o ingresso precoce no labor, bem como o baixo desempenho e rendimento escolar, além da reprovação como uma incapacidade pessoal de não aprendido. Não percebem na grande maioria das vezes que se pertencessem a outra classe social, certamente não teriam que trabalhar tão logo, que ajudar sua mãe a custear as despesas, ou comprar itens de necessidade pessoal não seria sua tarefa. Não percebem que o baixo aprendizado é resultado de um cansaço que não é só físico, como também mental, e que este fato está atrelado aos seus índices de reprovação.

Embora a maior parte dos entrevistados fale do trabalho infantil como algo natural, a maioria deles diz não gostar de trabalhar, dizem preferir ficar em casa, ver televisão, mexer no celular, ou brincar. “Eu não gosto de trabalhar não, quem gosta? Eu queria mesmo era ficar em casa, mas fazer o que né? Tem que trabalhar aí eu vou” (L. H. J, 10 anos, Trabalho de Campo no povoado Agrovila, jan/2018).

Tendo como base os relatos acima podemos notar que a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes trabalhadoras do campo não se diferencia em muito da realidade do trabalho infantil urbano. São grandes as semelhanças no que se refere a condição socioeconômica, os índices de reprovação, adoecimento, necessidade de ajuda a reprodução familiar.

Mapa 4: Espacialização do trabalho Infantil na zona rural do município de Itabaiana



O mapa acima mostra onde foram realizadas as pesquisas de campo e apresenta a espacialização das atividades em que trabalham as crianças e adolescentes

entrevistadas. Os trabalhos de campo foram realizados na zona rural do município de Itabaiana, diferentemente da realidade de mobilidade encontrada na cidade de Aracaju, na qual os sujeitos residem nas periferias e se deslocam para as feiras livres por toda a cidade, na área rural de Itabaiana os sujeitos residem e trabalham no campo. Grande parte dos sujeitos entrevistados são filhos de camponeses, ainda que as atividades não-agrícolas concentrem 55% destes. A ausência de terras para cultivo, ou as dimensões reduzidas das propriedades destes camponeses, os empurram para outras atividades de gerações de renda no campo, como é o caso das olarias e do beneficiamento da castanha de caju. Alguns dos pais entrevistados afirmaram que gostariam de viver somente da terra, com a produção agrícola, contudo mencionam as dificuldades de se reproduzir a partir da mesma.

Eu nasci e me criei no sitio moça, mas hoje a terra que meu pai deixou pra mim, não da pra nada não, só tenho uma rocinha que planto, mandioca, e um pouquinho de milho, feijão e amendoim que só dá pra gente comer mesmo (H. B., 45 anos, pov. Rio das Pedras, jan/2018).

É nesse contexto de subordinação, ora da renda da terra, ora da força de trabalho, que as crianças e adolescentes se inserem para ajudar seus pais que enfrentam dificuldades de manter o sustento da família sozinhos. Guardadas as diferenças o trabalho infantil no campo e na cidade são resultados de um mesmo processo de relações contraditórias de um modo de produção que subordina tudo e todos visando a sua reprodução ampliada.

Antunes (2004), ao analisar o mundo do trabalho no fim do século XX até os dias atuais, observa que a classe-que-vive-do-trabalho enfrenta hoje uma realidade adversa, pois a exclusão dos jovens adultos e de pessoas consideradas idosas (pessoas com mais de 40 anos de idade) amplia o número de desempregados, ao mesmo tempo em que ocorre o aumento significativo de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, por se tratarem de trabalhadores com remunerações mais baixas, ou sem remuneração alguma.

Na análise de Vasconcelos,

A exclusão social, caracterizada de forma acentuada no Brasil dos anos 1990, expõe uma grande parcela das famílias ao desemprego e ao empobrecimento, reduzindo suas condições de sobrevivência [...] A economia da unidade familiar passa a ser o parâmetro de proteção social à população pobre, resultando daí a intensificação de todos seus

membros no trabalho, os mais variados e informais, expondo suas crianças ao atraso e à exploração (2009 p 215).

Tal exclusão é resultado do agravamento da crise estrutural e do Estado neoliberal que se desdobra no crescimento da desigualdade e da pobreza, nos altos índices de desemprego, subemprego, trabalho parcial, temporário, dentre outras feições atuais do mundo do trabalho. A gravidade da crise é tamanha que embora se produza riqueza como nunca antes se produziu, a apropriação desta por poucos, resulta na deteriorização das formas de sobrevivência das famílias e permite a reprodução de formas inaceitáveis de exploração, como é o caso do trabalho infantil.

4.2.1- Campo e cidade na exploração/expropriação da infância e adolescência

A pobreza e o trabalho infantil como expressões da “questão social” resulta do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que apresentam-se como realidades combatidas pelos governos e pelas instituições internacionais, são elementos necessários a manutenção dos níveis de exploração e a produção e concentração da riqueza no mundo. De forma igual, em intensidades diferentes, a exploração trabalho infantil afeta a vida dos pequenos trabalhadores no campo e na cidade.

A carga horaria de trabalho informada pelos sujeitos da cidade, implica em ausência de dias letivos, cansaço, baixo rendimento e abandono escolar, como mostrou o gráfico 8 em que 59% dos pequenos trabalhadores das feiras livres informaram já terem reprovado pelo menos uma vez, e 45% dos entrevistados afirmaram não mais frequentar a escola. Já os sujeitos entrevistados no campo de Itabaiana, apesar de 42% destes já terem reprovado pelo menos uma vez, todos informaram que estudam. Embora os dados de reprovação e abandono escolar do campo, sejam significativamente menores do que os da cidade, estes ainda representam um número alto de defasagem no sentido idade/série.

A necessidade de ajudar financeiramente os pais é a condição destacada tanto na cidade quanto no campo, respectivamente 70% e 63% dos entrevistados afirmaram que ajudam financeiramente seus pais com a remuneração do trabalho, o que mais uma vez reforça o fenômeno da pobreza como predominante na inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

Os programas de transferência de renda beneficiam respectivamente 92 e 76% das famílias dos pequenos trabalhadores do campo e da cidade, contudo apesar de uma ferramenta importante na retirada de boa parte da população da miséria, não são suficientes para mudar a condição de pobreza destas famílias, que ainda utilizam o trabalho de todos os membros para garantir melhores condições de reprodução.

Já a violência no trabalho é uma realidade que atinge principalmente os trabalhadores da cidade que vivenciam de forma mais constante a realidade do assalto, das brigas de rua e das ofensas. De acordo com as entrevistas 28% das crianças e adolescentes trabalhadoras das feiras livres de Aracaju, informaram já terem sido vítimas da violência. O mesmo fato no campo, no município de Itabaiana, foi vivenciado por 13% dos entrevistados, que afirmaram sofrer um tipo de violência diverso da sofrida pelos sujeitos da cidade, enquanto estes reclamam a violência do assalto e das brigas de rua, os trabalhadores do campo afirmaram que a violência que vivenciam é a exposição excessiva ao sol e as broncas e xingamento dos “patrões”.

O adoecimento no trabalho é outra realidade constante entre os pequenos trabalhadores da cidade e do campo, de acordo com as entrevistas 55% das crianças e adolescentes da cidade e 58% desses sujeitos do campo, afirmaram já terem ficado doentes em decorrência da atividade que exercem. Em ambos os casos, as dores de cabeça e musculares, resfriados, cortes e machucados são os principais apontamentos dos entrevistados.

A violência, o adoecimento no trabalho, o baixo rendimento e o abandono escolar seguem se proliferando entre os sujeitos vítimas de trabalho infantil, mesmo em meio a campanhas nacionais e internacionais, as ações das diferentes esferas de governo e estudos que versam e comprovam os prejuízos do trabalho precoce. Como afirma Viela,

[...] para o capital, tudo é igual à mercadoria força de trabalho, a atividade criadora de valor. Então, faixa etária, gênero e fase de desenvolvimento, pouco importam. Detalhes. Desde que se consiga extrair mais trabalho, não importa de onde. Nem importa o que possa vir a se transformar em mercadoria (mente, imagens, sexo, órgãos etc.) (2009 p 74).

Importa manter elevada a produção e a concentração da riqueza, mesmo à custa da disseminação da pobreza, do desemprego, do subemprego, da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes. Não importa se uma criança de nove anos que

trabalha vendendo alho e condimentos nas feiras, desde os cinco anos de idade é muito pequena e frágil para perambular sozinha em feiras livres de bairros distantes do seus locais de residência, desde que o sistema do capital permaneça com níveis altos de lucratividade.

Segundo os dados coletados nos trabalhos de campo, 82% dos entrevistados na cidade e 79% dos entrevistados no campo informaram terem começado a trabalhar antes dos 14 anos, idade mínima definida para ingresso no trabalho formal como adolescente aprendiz. Trata-se de um quadro alarmante que expõe a continuidade do ciclo da exploração e da pobreza, parecendo não importar que crianças e adolescentes assumam as piores e mal remuneradas formas de trabalho, que não parem jamais de trabalhar de forma precária e insalubre, que vivenciem uma realidade diária com acidentes de trabalho, mortes, cooptação para o uso de drogas e a marginalidade que faz vítimas crianças e adolescentes trabalhadoras filhas da pobreza.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalho é a categoria central na constituição do homem como ser que age na transformação da natureza em bens que satisfaçam suas necessidades e na transformação de si próprio. Sob o regime de produção capitalista, a maior parte da população é expropriada dos meios de produção. Sendo o trabalho (única mercadoria do trabalhador) subjugado para atender aos interesses do capital, na produção de lucro, pela expropriação do resultado do trabalho, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, diversas formas de exploração foram utilizadas na busca da satisfação das elevadas taxas de lucratividade. Dentre elas, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes para atendimento de força de trabalho cada vez mais barata, dócil e eficiente.

Esta pesquisa tratou o trabalho infantil como uma grave expressão da “questão social”. A exploração do trabalho infantil, em terras brasileiras, tem raízes profundas desde sua colonização pela exploração do trabalho escravo da criança indígena e africana, e perdura até hoje como resultado da Lei Geral da acumulação, proposta por Marx, na qual quanto mais se elevam os níveis de produção da riqueza e acumulação desta, mais supérfluos se tornam os trabalhadores. Mais cresce a desigualdade, a exploração, os índices de pobreza, o trabalho infantil, expressões da “questão social”. A questão social se aprofunda pela apropriação desigual da riqueza e do espaço, pela concentração da terra, pela ausência de políticas públicas sociais para os ex-escravos e seus descendentes, com a crise estrutural, que tem o desemprego, o subemprego e a informalidade do trabalho como principais expoentes. Todos esses fenômenos estão atrelados ao crescimento da pobreza e são elementos impulsionadores da exploração do trabalho infantil. A “questão social” explica diversas expressões da desigualdade presente.

As contradições e as crises cíclicas internas do modo de produção vigente, sobretudo, a partir de 1970, quando a crise toma uma natureza estrutural e incontrollável, tornam cada vez mais escassos o trabalho produtivo e, sobretudo o trabalho formal e na contramão, ocorre a sujeição e degradação da força de trabalho no setor informal.

A expansão do exército industrial de reserva é processo fundamental à Lei Geral da acumulação capitalista. É necessário que se tenha uma grande parcela da população disponível para pressionar os salários dos trabalhadores para baixo. Esse exército que

crece exponencialmente após a crise estrutural e crescente apropriação da riqueza pelos capitalistas agrava a pauperização absoluta e relativa da população, o que desencadeia manifestações como o ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho informal, a fim de possibilitar a reprodução individual e familiar, uma vez que, cada vez mais, o mercado de trabalho formal apresenta-se como restrito.

A situação econômica de pobreza a que estão submetidas às famílias é condição para a inserção no trabalho infantil. Nesse processo os pequenos sujeitos desta pesquisa são submetidos a trabalhos precarizados e perigosos e perdura pela própria necessidade que o capital tem de pagar cada vez menos pelo trabalho realizado. Entretanto, ele foi historicamente utilizado, com o pretexto de ser um instrumento de educação e formação de crianças pobres. Tal prática tem sido agravada pela adoção do modelo de desenvolvimento neoliberal, que nas últimas três décadas, tem contribuído para o aprofundamento das desigualdades sociais e a pobreza.

A pressão exercida pelos sindicatos dos trabalhadores e pela sociedade civil levou a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, uma política pública, de caráter social, que visava como sugere o próprio nome, o combate e a erradicação do trabalho infantil no Brasil, sobretudo das piores formas de trabalho, sendo aquelas consideradas, penosas e degradantes, que oferecessem riscos a integridade física e psicológica das crianças. O PETI começou a ser implantado em 1996 e buscava o combate à prática do trabalho infantil através da transferência de renda para as famílias desses sujeitos, exigindo em contrapartida a retirada destes do trabalho, a frequência escolar e a jornada ampliada no contraturno escolar, para garantir que estes estariam ocupados. Mesmo se mostrando um programa bastante eficiente na redução dos dados de trabalho infantil no Brasil, o PETI não conseguiu e nem conseguiria a erradicação a que se propunha, uma vez que a transferência de renda deste programa não foi capaz de mudar o quadro de pobreza das famílias brasileiras, ainda que a tenha amenizado. A pobreza se apresenta como um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista que se mantém, através da produção da riqueza e seu contrário.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV que hoje substitui o PETI, como ação que lida diretamente com o público envolvido com trabalho infantil, tem se mostrado uma proposta ainda mais ineficiente nesse combate. Como mostraram os dados da pesquisa, pouquíssimas crianças e adolescentes frequentadores do SCFV são advindas do trabalho infantil, mesmo estes sendo o público prioritário dessa política pública. Provavelmente a baixa adesão de crianças

trabalhadoras no SCFV se dá em virtude, desta política não oferecer nenhuma compensação financeira, como outrora oferecia o PETI. Assim os sujeitos que precisam ajudar financeiramente os pais, continuam “obrigados” a permanecer no trabalho e não detém de tempo disponível para frequentar as atividades e ações do SCFV.

O Estado neoliberal tem promovido à adoção de políticas macroeconômicas de desmonte dos direitos da classe trabalhadora, que se valem da prática do trabalho parcial e temporário. O desmonte dos direitos conquistados pela classe trabalhadora tem agravado a situação de pobreza da população, e os obrigado a se submeter a formas precárias de trabalho.

São diversos os prejuízos da inserção prematura de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, dentre elas o baixo desempenho escolar, os elevados índices de reprovação e a perpetuação do ciclo da pobreza. Além de violências físicas e psicológicas, adoecimentos e acidentes que podem marcar para sempre a vida desses sujeitos.

Esses meninos e meninas sofrem um processo de adultização precoce, perdem a infância, o tempo dos jogos e das brincadeiras, da dedicação aos estudos, da socialização e preparação para a vida adulta, trabalhando para ajudar financeiramente seus pais, ou suprir eles mesmos, obrigações que não deveriam lhes caber.

No campo e na cidade, a inserção no mundo do trabalho de crianças e adolescentes pobres se reproduz com a anuência do discurso de combate a vadiagem e a marginalidade. O trabalho para as crianças pobres é elemento constituinte da moralidade. “É melhor trabalhar do que roubar”, “mente vazia oficina do diabo”, discursos vazios que para nada servem, além de legitimar o trabalho precoce, como se as únicas opções possíveis fossem, ou trabalho, ou o crime.

A reprodução social e a produção e reprodução do espaço se dá de forma caótica. Os pobres são tangidos para as periferias urbanas ou, no campo, são os sem terra. Nas periferias do sistema, o desemprego e o subemprego resultam na pauperização generalizada que multiplica anomalias sociais, como o trabalho infantil. No campo o uso da força de trabalho infantil é largamente utilizada para a produção da subsistência da família, nas cidades esse processo é ainda mais grave, uma vez que as crianças e os adolescentes desempenham funções, na maioria das vezes, longe dos olhares da família, sujeitos a toda sorte de violência e degradação.

Nesse processo de apropriação desigual da riqueza por sujeitos desiguais, percebemos a produção de espaços desiguais. Em Sergipe as atividades informais

atraem a maior parte dos pequenos trabalhadores. As feiras livres se mostram espaços que concentram boa parte das crianças e adolescentes das cidades. O trabalho de carregamento, sobretudo, se apresenta como uma atividade bastante degradante e perigosa, são muitas horas de trabalho, muitas vezes noturnas, carregando carrinhos de mão pesados, se locomovendo por áreas perigosas, sujeitos a violências físicas e sexuais, ao aliciamento às drogas e à prostituição, longe da supervisão dos pais, em troca de pequenos ganhos. A realidade encontrada durante a realização dos trabalhos de campo, foi de sujeitos residentes na periferia urbana, pertencentes a famílias pobres, que ajudavam financeiramente os pais, estavam atrasados na escola, ou já haviam desistido de estudar em virtude do trabalho.

Também o trabalho infantil na zona rural, se mostrou uma realidade muito comum encontrada no município de Itabaiana. Neste, tanto nas atividades ligadas à agricultura, como as ligadas à produção de telhas e as de beneficiamento da castanha de caju, o trabalho precoce, tal como na cidade de Aracaju, apresenta prejuízos à vida desses sujeitos, como os elevados índices de reprovação e problemas de saúde, principalmente respiratórios em decorrência da inalação de fumaça ou poeira e de dores musculares, acarretadas pela má postura no trabalho e pelo levantamento de peso.

Uma grande dificuldade encontrada na realização desta pesquisa, diz respeito aos dados oficiais sobre a problemática do trabalho infantil no Brasil e em Sergipe. Os poucos dados do levantamento do IBGE são realizados decenalmente e na realização desta pesquisa, por exemplo, que foi realizada entre os anos de 2016 e 2018 a defasagem dos dados era considerável. O censo do IBGE 2010, só levantou dados do trabalho para os sujeitos entre 10 e 17 anos, deixando à margem as crianças trabalhadoras que possuem entre 5 e 9 anos de idade. Em contrapartida, os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD se mostraram importantes, pois levam em consideração os sujeitos trabalhadores entre 5 e 17 anos e realizam esse levantamento anualmente, apesar disso, por ser uma pesquisa de amostragem, não releva dados detalhados por municípios, como o faz o IBGE. Assim, sobram lacunas em ambas as pesquisas, que tentamos amenizar com os trabalhos de campo.

A pesquisa buscou desmascarar o discurso do trabalho infantil como formador do caráter, e alternativa contra a inserção desses sujeitos no mundo da criminalidade, uma vez que mostramos que os filhos das famílias com melhores condições financeiras raramente começam a trabalhar na infância, que para estes, o discurso de formação do caráter não se aplica, delegando a escola, a boa educação, ao desenvolvimento da

infância saudável (tempo de brincar, socializar com outras crianças) o papel de formador do caráter e da moral.

A realidade atual torna necessária a criação de novas políticas públicas que de fato combatam a pobreza. Um Estado que crie políticas de geração de emprego estável e formal para os pais, que ofereça educação, saúde e segurança pública de qualidade, que promova discussões profícuas a respeito de temas como o trabalho infantil, que sejam eficientes no combate à desigualdade e a exclusão social. Tais proposições são incompatíveis com os anseios do modo de produção capitalista que transforma tudo em mercadoria, transferindo para a iniciativa privada o controle de bens essenciais como alimentação, água, fontes de energia, saúde, educação, segurança e tudo que puder gerar lucro, restando ao Estado a função de garantir o bom funcionamento do sistema. Esse quadro submete a população a crescentes níveis de exploração. Por isso, acreditamos que somente outro modo de produção e outra forma de sociedade, sejam capazes de erradicar expressões como a pobreza e a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

6- REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de F. Pereira e ARAUJO, Anísio J. da Silva. O significado do trabalho precoce urbano. In: ALBERTO, M. F. P. (ORG.) **Crianças e Adolescentes que Trabalham**: cenas de uma realidade negada. Editora Universitária. João Pessoa, 2003.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, Giovanni; AMARAL, André Luís Vizzaccaro; MOTA, Daniel Pestana – organizadores. **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. — São Paulo: LTr, 2012.

ANTUNES, Ricardo e ALVES Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. Ed. Ver. Ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

ARACAJU, **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju – Diagnóstico Municipal**. 2017. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/seplan/arquivos/Plano_Diretor/Plandir_aprovado.pdf> Acesso em 19 mar/2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **Diferenciação espacial e análise regional sob a condição capitalista na contemporaneidade**. Cadernos metrópole 20 pp.3-56 2º sem. 2008.

BARROS, José Manoel de Aguiar. Mais uma vez: a utilização político-ideológica da delinquência. **Educação e Sociedade**. São Paulo, n. 6, p. 5-17, jun. 1980.

BATISTA, Paulo Nogueira. O **consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>> acesso em: 27 mar. de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Ministério do Bem Estar Social, 1990.

_____. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI. 2013. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/1416-dados-da-pnad-de-2013-revelam-timida-reducao-do-trabalho-infantil.html>> acesso em: 08 de agosto de 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, **Censo 2010**. <http://censo2010.ibge.gov.br/> acesso em: 03 de mar. de 2017.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD : **síntese de indicadores 2013 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 296 p.

_____. Programa de erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Área de Assistência Social. Ministério de Previdência Social e Secretária de Assistência Social: Prática Gráfica e Editora, 2000.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital: uma coexistência necessária**. 1. Ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete; BERING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2 ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A pobreza como uma produção social. In: **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS** -1.ed.— Buenos Aires : CLACSO, 2011.

CAMPOS, Túlio e MARQUES, Walter Ernesto Ude. A exploração do trabalho infantil, espaço urbano e sinais de trânsito: tensões entre ser criança e ter que trabalhar. **Revista Pedagógica** – Unochapecó, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. - São Paulo. Contexto, 2011.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975.

_____. Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de Carvalho (Org.) **Chayanov e o campesinato**. -1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa, p. 77-100, 2007. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>.

_____. Geografia do espaço da miséria In: **SCIENTIA PLENA** VOL. 1, Nº 6, 2005. Disponível em: <<https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/viewFile/573/226>>.

COSTA, Francisco de Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, Horacio Martins de Carvalho (Org.) **Chayanov e o campesinato**. -1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; CASSOL, Sabrina. Alternativas basilares para a tão almejada erradicação do trabalho infantil. In: COSTA, Marli Marlene Moraes da; TERRA, Rosane B. M. da R. Barcelos; RICHTER, Daniela. (Orgs). **Direito, cidadania e políticas públicas III: direito do cidadão e dever do Estado**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DELGADO, Eduardo. **Aproximación al pensamiento y estrategias de la OIT- IPEC para la erradicación del trabajo infantil**. Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs). Lima, n. 11-12, mar. 2004.

DINIZ, Nadja Leite. **A acidez dos laranjais: o trabalho infantil na ótica das crianças e adolescentes trabalhadores da citricultura em Boquim/SE**. Dissertação de mestrado do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Cristóvão, 1999.

DUARTE, Kamilla Alves. **Decifrando o enigma: a pobreza na raiz da financeirização e da mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca – AL**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PPSS da Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FONTES, Amando. **Os Corumbas**. José Olímpio - Rio de Janeiro 1984.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GERARDI, Lucia H. O. e SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, Horacio Martins de Carvalho (Org.) **Chayanov e o campesinato**. -1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GIOSA, Beatriz Aparecida Nogueira. **Trabalho infantil entre a exploração e a sobrevivência**. - Dissertação de mestrado. - São Paulo, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 1995. p. 20-29.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A produção do espaço**: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. Geosp – São Paulo, pp 125-131, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. Edições Loyola: - São Paulo, 2003.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola: - São Paulo, 2008.

_____. **Enigmas do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschaski - São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2011.

HOBBSBAWN, Eric. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo. 1840-2011. – Companhia das Letras: São Paulo, 2011.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 17ª Ed. – Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

Jornal da Cidade, 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/69/61700/se-e-o-9-no-ranking-de-trabalho-infantil-.html#.WMG4L28rKUk>>
acesso em 09 de mar. de 2017 às 17:59.

JUNIOR, Ademir Vilaronga Rios. O trabalho infantil no contexto contemporâneo: uma análise a partir das cidades de Juazeiro do Norte (CE) e Toritama (PE). In: **3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, 2015.

KONDER, Leandro. **O que é dialética** / Leandro Konder. — São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o nordeste: Políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; SCHNEIDER, Sergio; VENDRUSCOLO, Rafaela; SILVA, Carolina Braz de Castilho e. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista SOBER**, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2ª Ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

_____. **Exclusão social e a nova Desigualdade**. Editora Paulus. São Paulo, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1 volume 2. – 27ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo. Difel, 1988.

MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. In: Osvaldo Coggiola (org). **Globalização e socialismo**. São Paulo. Xamã, 1997.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A crise estrutural do capital**. – 2. Ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAS GERAIS, **Tribunal Regional do Trabalho** 3ª Região. Submissão do empregado a jornada exaustiva caracteriza trabalho análogo ao escravo, 2014. Disponível em <<https://trt-3.jusbrasil.com.br/noticias/153074651/especial-submissao-do-empregado-a-jornada-exaustiva-caracteriza-trabalho-analogo-ao-escravo>> Acesso em 19 de Jul/2018 às 16:37.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente**, Tese de Livre Docência: FFLCH -USP, 2000. Disponível em: <https://updoc.site/download/geografia-a-dimensao-espacial-da-sociedade_pdf>. Acesso em 12 de Jul/2018 às 23:39.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: - Editora Brasiliense, 1990.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In DELPRIORE, Mary. (org), **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

NASCIMENTO, Adelli Carla Silva. **Exploração do trabalho camponês: reestruturação produtiva do capital e trabalho não-agrícola no município de Itabaiana-**

SE. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão/SE, 2011.

NETO, Honor De Almeida. **Trabalho Infantil Na Terceira Revolução Industrial**. Porto Alegre : Edipucrs, 2007.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, Abepss, Grafile, ano 2, n 3, 2001.

OIT. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores** / IPEC. Brasília: OIT, 2001.

_____. **Informe mundial de 2015 sobre el trabajo infantil**: Allandar el camino hacia el trabajo decente para los jóvenes / Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, 2015.

OLIVEIRA, Betty. As relações entre conhecimento e valorização no trabalho educativo. In: **o trabalho educativo**: Reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas, São Paulo: Autores associados. 1996.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/SE. **GEONORDESTE**, Ano XXII, n.2, 2014.

ORLANDINI, Alessandra de Souza; JANUÁRIO, Carla Thomaz; KONNO, Cristiane Carla; COMIN, Taina Dias. **A pobreza como expressão da “questão social” no modo de produção capitalista**. 2014. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servicosocial/anais/TC_Pobreza_Como_Expres_Questao_Social_Modo_Prod_Capitalista.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

PANIAGO, Maria Cristina Soares; MELO, Edivânia; ANDRADE, Mariana Alves de. **Marx, Mészáros e o Estado**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo. – Instituto Lukács, 2012.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o serviço social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2006.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

PRIORE, Mary Del Priore (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO Viviane. **Análise do discurso crítica**.- São Paulo: Contexto, 2006.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, Simone Paixão. **“Da Laranja quero pão”**: cotidiano e trabalho do menor na citricultura de Boquim-SE - 1980/2000. TCCP - Pós-Graduação em História, São Cristóvão, 2002.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. O menor na conjuntura nacional. **Revista de Educação AEC**, Ano 15, n.62, p. 7-12, Out./Dez.1986.

SANTANA, Gleise Campos Pinto. **O Crédito Consignado no quadro da Aposentadoria Rural no campo Sergipano**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2016.

SANTOS, I. M. C.; MORAIS, L. S.; MOTA, M. A. C.; SANTOS, P. P. **“Massacre” nos laranjais**: “uma análise histórico-estrutural acerca do trabalho infantil em Boquim”. Monografia de Serviço Social, São Cristóvão, 1999.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: - Editora Cortez, 2012.

SILVA, Genivânia Maria da **O (des) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão, 2016.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. – São Paulo; Contexto, 1991.

SILVA, Maria Carolina Rodrigues. **Proposta do segmento saúde para o programa de Ações Integradas para a Erradicação do Trabalho Infantil na Região Citrícola do Estado de Sergipe**. Governo do Estado de Sergipe, Aracaju; Mimeo, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?**. 2005. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/3778/1862>>.

_____. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVA, Maurício Roberto da. Trabalho infantil ou exploração do trabalho infantil. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda, REDIN, Marita Martins (Org.) **Infâncias, cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

_____. **Das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da zona da mata canavieira pernambucana**. Cadernos Cedes. Campinas, ano XXII, n. 56, p.23-52, abr. 2002.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social:** diferentes concepções e compromissos políticos. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **O Trabalho Infantil no Brasil**, Rio de Janeiro, 2 ed; Junho de 2004.

_____. Trabalho infantil no Brasil / Simon Schwartzman. - Brasília : OIT, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza e a produção do espaço. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1984.

STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais.** – Brasília: Ler Editora, 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, Ano 17, nº 27, 2012.

TUDE, João Martins. **Conceitos gerais de políticas públicas.** 2016. Disponível em: <<http://www2.videolivreria.com.br/pdfs/24132.pdf>>.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: **Tratando da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2003. 351-368.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de. **O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho Infantil no Centro-Sul de Sergipe.** - Tese de Doutorado, São Cristóvão, 2009.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. **Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil.** Tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, – Florianópolis, 2008.

VIEIRA, Marcia Guedes. **Trabalho Infantil No Brasil:** Questões Culturais E Políticas Públicas. Dissertação de mestrado. Brasília, 2009.

WORTMANN, Klaas, O modo de produção doméstico em duas perspectiva: Chayanov e Sahlins. In: CARVALHO, Horacio Martins de Carvalho (Org.) **Chayanov e o campesinato**. -1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ZADRA, Carmen Cristina Pereira Silva. **Trabalho infantil:** contextualização e análise comparativa das avaliações do programa de erradicação do trabalho infantil – PETI. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, do Departamento de Economia, da Universidade Federal do Paraná. 2008.

ZYBERSTAJN, Hélio ET alli. **A mulher e o menor na força de trabalho**. São Paulo: Ministério do Trabalho, Nobel, 1985.

Anexo 1- Roteiro de entrevista da criança e do adolescente trabalhador

1. Idade? E bairro em que mora?

2. Em que atividade trabalha?

3. Há quanto tempo trabalha nesta atividade?

4. Com que idade começou a trabalhar?

5. Quantas horas de trabalho por dia? E quantos dias por semana?

6. Qual a renda diária do trabalho?

7. Qual o destino da renda?

8. Seus pais possui algum benefício do governo federal? SIM () NÃO ()
Se SIM qual?

9. Estuda? SIM () Não () Se SIM qual série, se NÃO parou em que série?

10. Já reprovou alguma série? Se sim qual série?

11. Frequenta ou já frequentou algum programa ou projeto social do município?

12. Já sofreu com dores ou ficou doente em virtude do trabalho?

13. Já sofreu alguma violência no trabalho?

Observações _____
